



JAQUELINE PRUDENTE ARANTES

O PAPEL DO TEATRO IRLANDÊS NA CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS INDEPENDENTE:  
UM OLHAR POLÍTICO E HISTÓRICO SOBRE A PEÇA *THE COUNTESS CATHLEEN*, DE  
W. B. YEATS

SÃO JOÃO DEL REI  
JANEIRO DE 2021

JAQUELINE PRUDENTE ARANTES

O PAPEL DO TEATRO IRLANDÊS NA CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS INDEPENDENTE:  
UM OLHAR POLÍTICO E HISTÓRICO SOBRE A PEÇA *THE COUNTESS CATHLEEN*, DE  
W. B. YEATS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del Rei, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

**Área de Concentração:** Teoria Literária e Crítica da Cultura  
**Linha de Pesquisa:** Literatura e Memória Cultural  
**Orientadora:** Professora Dr.<sup>a</sup> Melissa Gonçalves Boëchat

SÃO JOÃO DEL REI  
JANEIRO DE 2021

## AGRADECIMENTOS

Deixo aqui registrada minha gratidão por todos que contribuíram para que este texto se materializasse e, de alguma forma, movimentasse alguma fagulha de esperança no coração do leitor.

Agradeço aos meus pais, José Maria de Arantes e Maria Rita Prudente Arantes, por me apoiarem, acreditarem e se orgulharem de mim, na sua simplicidade sobre o mundo acadêmico.

Aos meus irmãos, sem os quais nada disso seria possível: Bruno, Daniel, Rafael e Denize; minha eterna gratidão.

À minha orientadora, Dr.<sup>a</sup> Melissa Gonçalves Boëchat, pela sua paciência e sensibilidade.

Aos meus queridos professores, Dr.<sup>a</sup> Deborah Castro, Dr.<sup>a</sup> Miriam Vieira, Dr. Luiz Manoel e Dr. Marcos Feitosa, pelos caminhos e pelos conselhos.

Aos meus amigos e companheiros de jornada: Jéssica, Walquíria, Shely, Marinege, Helena, Vinícius e Guilherme. Obrigada pelas flanagens nas tardes de São João del-Rei.

Às minhas amigas Vic, Virgínia e Taynara, que testemunharam o florescer desta pesquisadora que vos escreve.

Ao meu amigo e companheiro Luca, por me ouvir e me incentivar, ainda que seu mundo seja o dos átomos e moléculas.

Agradeço a todos que estiveram nesta trajetória até aqui, em especial: Seu Zé, Beatriz, Natália, Tatiana, Catarina e Diana, e toda a equipe do CNA.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas.

Ernest Renan

## RESUMO

Este trabalho parte de uma abordagem histórica para reunir e destacar os eventos políticos que vieram a construir a percepção do irlandês colonizado e sua busca pela liberdade, a partir da leitura da peça *The Countess Cathleen*, de W. B. Yeats, publicada e encenada no final do século XIX. São elementos fundamentais para nossa análise, desenvolvida na primeira parte deste estudo, os aspectos religiosos que impulsionaram os movimentos nacionalistas na Irlanda e, mais tarde os movimentos nacionalistas literários, pontos centrais da obra analisada. Ao abordar seu passado colonial, desde a presença dos povos celtas até o estabelecimento da supremacia inglesa na Irlanda, observamos de que formas o povo irlandês lidou e buscou sua identidade no passado, ressignificando sua religião, sua língua e sua literatura em nome de sua independência. Este passeio pelos acontecimentos que culminaram nos projetos nacionalistas do século XIX é crucial para percebermos o momento de concepção de nossa obra eleita para análise. Dado o contexto histórico antecedente à publicação da peça, a segunda parte do trabalho situa o lugar e o papel de Yeats na produção literária que veio a influenciar os eventos políticos posteriores à sua primeira encenação em Dublin, em 1899. Partindo para uma análise mais pontual, elucidamos alguns dos elementos que ilustram o contexto colonial da Irlanda, presente nas alegorias de Yeats. Marcado no texto, o sincretismo religioso que se estabeleceu como pilar da identidade irlandesa é discutido a partir da interação de elementos celtas e cristãos, presentes nas falas dos personagens e nas figuras místicas e mártires, que juntas compõem uma narrativa dramática que vai além das palavras.

Palavras-chave: Irlanda, Yeats, *The Countess Cathleen*, colonialismo, literatura, nacionalismo.

## ABSTRACT

From a historical perspective, this work aims to gather and highlight the political events that propelled the perception of the colonized Irish people and their search for freedom, through the W. B. Yeats' drama *The Countess Cathleen*, published and performed by the end of the 19<sup>th</sup> century. The religious aspects that fostered the nationalist movements in Ireland and later the nationalist literary movements are fundamental elements to our analysis, developed in the first part of this work. By analyzing its colonial past, from the presence of the Celtic peoples to the establishment of English supremacy in Ireland, we observe how the Irish people dealt with and sought their identity in the past, resignifying their religion, language and literature in seeking for their independence. This review of the events that culminated in the nationalist projects of the 19th century is crucial to understand the conception moment of the chosen work for analysis. Given the historical context prior to the publication of the play, the second part of this work situates the place and the role Yeats had in the literary production that came to influence the political events after its first staging in Dublin in 1899. Moving to a more specific analysis, we elucidate some of the elements that illustrate the colonial context of Ireland, present in Yeats' allegories. Manifested in the text, the religious syncretism which was established as a pillar of Irish identity is discussed based on the interaction among Celtic and Christian elements, present in the characters lines and in the mystical figures and martyrs, which together compose a dramatic narrative that goes beyond words.

Keywords: Ireland, Yeats, *The Countess Cathleen*, colonialism, literature, nationalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E IDENTIDADE: DAS RAÍZES HISTÓRICAS AO NACIONALISMO IRLANDÊS .....</b>	<b>10</b>
<b>O povo celta: história, religião, sociedade e cultura .....</b>	<b>10</b>
<b>A romanização da Bretanha .....</b>	<b>14</b>
<b>A Invasão Teutônica da Bretanha.....</b>	<b>16</b>
<b>A Invasão Viking da Bretanha e a chegada dos Normandos.....</b>	<b>18</b>
<b>Os monges cristãos e a dominação Inglesa na Irlanda .....</b>	<b>19</b>
<b>A Invasão Viking da Irlanda .....</b>	<b>24</b>
<b>A Conquista Normanda da Irlanda: fronteiras culturais e políticas.....</b>	<b>26</b>
<b>Católicos <i>versus</i> Protestantes: uma nação dividida .....</b>	<b>31</b>
<b>O alvorecer do Nacionalismo Irlandês.....</b>	<b>37</b>
<b>A Grande Fome (século XIX - 1845-1849).....</b>	<b>49</b>
<b>CAPÍTULO 2 - IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: O RESGATE DA IDENTIDADE CELTA COMO PROJETO DE RESISTÊNCIA .....</b>	<b>52</b>
<b>Renascimento Literário Irlandês ou Renascimento Celta .....</b>	<b>52</b>
<b>William Butler Yeats e o Teatro Literário Irlandês .....</b>	<b>56</b>
<b><i>The Countess Cathleen</i> (publicada em 1892 - encenada em 1899).....</b>	<b>60</b>
<b>    Principal cenário da peça: A Grande Fome .....</b>	<b>60</b>
<b>    A protagonista e o aspecto feminino da Irlanda.....</b>	<b>63</b>
<b>    Mitologia celta .....</b>	<b>65</b>
<b>    Mitologia cristã.....</b>	<b>70</b>
<b>    Considerações sobre o sincretismo celta-cristão na Irlanda .....</b>	<b>73</b>
<b>O impacto da peça na sociedade.....</b>	<b>75</b>

<b>O Legado político de Yeats .....</b>	<b>81</b>
<b>Revoltas e violência.....</b>	<b>84</b>
<b>Independência: República da Irlanda .....</b>	<b>85</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Ao assumir que os contextos histórico e político de um país são refletidos em sua produção artística, pode-se pensar de que forma, em contrapartida, a literatura pode influenciar a política, e, portanto, a história, de um país. Esta pesquisa investiga como esse processo se dá no texto teatral *The Countess Cathleen*, do autor irlandês William Butler Yeats.

Retomando um trajeto histórico da formação étnico-cultural da Irlanda, desde a presença dos povos celtas até o auge do Renascimento Literário Irlandês no século XIX, que, como constatado nesta pesquisa, veio a influenciar os eventos seguintes até a Independência da Irlanda, declarada no ano de 1937, voltamo-nos para a obra que inaugurou o espaço onde esse movimento viria a se manifestar, apontando em alguns de seus elementos textuais a múltipla e singular herança cultural irlandesa.

Seamus Deane (1990, p. 3) afirma que a Irlanda é o único país da Europa Ocidental que teve uma experiência colonial inicial e tardia e que, a partir disso, o país produziu principalmente nas primeiras três décadas do século XX uma literatura notável, pela qual se pretendia superar e substituir a experiência colonial por algo que fosse “nativo”, mas ainda assim não provincial.

Os conflitos que o país vivenciou e que provocaram uma busca sobre sua identidade são refletidos em obras da literatura irlandesa do século XIX, principalmente sob a escrita daqueles que se engajaram nas sociedades literárias que surgiram ante a urgência dessa busca. Colocando história e produção literária lado a lado, pensamos na literatura como uma via de mão dupla, quando praticada no exercício de seu poder de construção de um pensamento coletivo e crítico, mais do que apenas refletindo em si seu contexto.

Pensar o papel da literatura é algo que vai além de uma análise textual. Para constatar o potencial construtivo e formador de opiniões, retornamos ao passado da Irlanda, para que, estudando sua história, pudéssemos compreender o poder de uma manifestação literária capaz de tamanha influência no destino de uma sociedade sucumbida ao domínio de um dos maiores impérios monarquistas da história da Europa: o Império Britânico.

Para melhor compreendermos o contexto em que W. B. Yeats produziria sua notória obra que trouxe em si uma singular expressão artística e um grande passado construído a partir das relações coloniais, moldadas ao longo dos séculos desde a era pré-cristã, procuramos analisar os processos que possibilitaram o surgimento do nacionalismo irlandês.

Ao forjar seu nacionalismo, desde a Idade Média, irlandeses e ingleses se viram numa relação histórica profundamente atrelada à religião: protestantes e católicos se viram divididos ao ponto de uma segregação econômica e territorial. Os irlandeses buscaram então, no seu passado celta, um traço comum, a fim de estabelecer um significado e uma definição para o que seria o irlandês.

Levando em conta o caráter nacionalista de Yeats e os conflitos entre a Irlanda e a Inglaterra, sua obra apresenta um posicionamento político, de modo que, ao considerar seu alcance público e a reação à primeira encenação de *The Countess Cathleen*, somos levados a refletir sobre o poder educativo da literatura, defendido pelo próprio Yeats:

Literatura é, para mim, o grande poder educativo do mundo, a máxima criadora de valores, e ela é isso, não apenas nos livros sagrados, cujo poder todos reconhecem, mas por cada movimento de expressão da imaginação elevado a um grau superlativo de intensidade e sinceridade na música, no conto ou no drama, que se torna o que a literatura é em última análise. A literatura deve assumir a responsabilidade de seu poder e manter sua liberdade [...] (YEATS, 2003, p. 34, tradução da autora<sup>1</sup>)

Este texto não pretende analisar as contradições presentes tanto nos movimentos nacionalistas de outros países como no nacionalismo irlandês, discutas por teóricos como Edward Said, Terry Eagleton ou Fredric Jameson. Concentramo-nos em recortar o contexto histórico e político que possibilitou o trabalho de Yeats como influenciador desses processos, mas sem a pretensão de abordar os aspectos contraditórios tanto do movimento nacionalista como do dramaturgo em sua vida particular e em suas obras poéticas.

A construção identitária e a resistência irlandesa, pautadas no resgate de seu passado e na busca de algo que fosse capaz de unir “nativos” e descendentes ingleses subjugados por seus governantes, respaldou nas manifestações literárias o seu propósito, ilustrando um orgulho por aquilo que seria genuinamente irlandês, mesmo após o horror da fome que assolou o país, no meio do século XIX. Em *The Countess Cathleen*, religião é a principal temática, de forma que, a partir dela, observamos, sob a perspectiva de Yeats, como a fome, a extrema pobreza e o abandono podem fortalecer a fé de um povo, ou torná-lo cético.

A presença de seres da mitologia celta e as referências cristãs no drama evidenciam as raízes irlandesas de Yeats. Propomo-nos aqui, então, analisar ferramentas e símbolos de que o

---

<sup>1</sup> Literature is, to my mind, the great teaching power of the world, the ultimate creator of all values, and it is this, not only in the sacred books whose power everybody acknowledges, but by every movement of imagination in song or story or drama that height of intensity and sincerity has made literature at all. Literature must take the responsibility of its power, and keep all its freedom [...]. (YEATS, 2003, p. 34)

autor se valeu para construir sua peça, observando as consequências de sua encenação para o processo de independência da Irlanda.

Ao coletar informações pertinentes sobre as sociedades celtas e seus costumes, reunimos referências a trabalhos de autores como o pesquisador Jeffrey Gantz (1981), o arqueólogo britânico Barry Cunliffe (1997, 2003) e o pesquisador escocês John Arnott MacCulloch (1911, 1996).

Para a apresentação da romanização da Bretanha à supremacia inglesa na Irlanda, recorreremos a dois autores: de uma perspectiva britânica, o historiador David McDowall, que destaca em *An Illustrated History of Britain*, publicado em 1989, eventos históricos desde os primórdios da Grã-Bretanha até o século XIX; contrastados com os eventos irlandeses a partir do pesquisador norte-irlandês Bruce Gaston, em *Uma História Resumida da Irlanda*, de 2016.

Para tratar das questões nacionalistas, elegemos George Boyce, historiador norte-irlandês, que traz no livro *Nationalism in Ireland* — publicado pela primeira vez em 1982, o histórico político que contribuiu para a formação do nacionalismo irlandês, abrangendo seus aspectos raciais e religiosos, bem como a integridade territorial, da qual também fala o crítico Edward Said, colocando-a como resistência ao Imperialismo, definido pelo autor como “um gesto de violência geográfica por meio do qual praticamente todo o espaço do mundo é explorado, mapeado e, por fim, submetido ao controle” (SAID, 2011, p. 270).

A fim de identificar os elementos celtas na peça, foi eleito principalmente o olhar de Bruno Rafael de Lima Vieira, em sua pesquisa intitulada *O Folclórico e o Político no Teatro de Yeats: Estética Romântica e Nacionalismo em The Countess Cathleen*, de 2015, buscando no autor reflexões relevantes para nossa proposta, que se difere de seu objetivo, uma vez que nos propomos aqui analisar como Yeats influenciou a história da política na Irlanda a partir de seu papel como escritor, enquanto Vieira busca investigar a construção de Cathleen enquanto heroína irlandesa, analisando como os contos folclóricos celtas foram utilizados pelo dramaturgo nesse processo.

A contribuição de Vieira vai além da identificação dos elementos mitológicos na obra de Yeats, uma vez que o pesquisador reuniu também recortes relevantes sobre a reação da crítica ao drama publicado em 1892 e encenado pela primeira vez em 1899, aspecto relevante para nossa interpretação.

O trabalho de Sheila Amaral Zanetti e Magda Velloso F. Tolentino no artigo *A Re-Invenção do Nacional no Renascimento Literário Irlandês*, publicado na revista *Vertentes* de São João del-Rei em 2001, contribuiu também para a discussão sobre os símbolos da mitologia celta no texto de Yeats, aqui abordados.

## **CAPÍTULO 1: HISTÓRIA E IDENTIDADE: DAS RAÍZES HISTÓRICAS AO NACIONALISMO IRLANDÊS**

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.

(BENJAMIN, 1994, p. 224)

### **O povo celta: história, religião, sociedade e cultura**

De acordo com Luci Collin (2011, p. 140), os povos celtas habitaram a Europa, a Ásia Menor, a Grã-Bretanha e a Irlanda por volta de 1200 a 400 AEC. A origem desses povos é um campo de estudos ainda muito explorado. Buscas em sítios arqueológicos na Europa Central apontam traços dessa civilização desde a Idade do Bronze, há mais de três mil anos antes da Era Comum (GANTZ, 1981<sup>2</sup>). Determinar quais objetos são produtos dos celtas ou de povos anteriores a eles é o trabalho de muitos pesquisadores, e definir com precisão o início de uma cultura celta é também tema de debate.

Segundo David McDowall (1989, p. 6), os primeiros celtas vieram da Europa Central e provavelmente também do leste, ao sul da Rússia, chegando à Bretanha<sup>3</sup>, atual Inglaterra, por volta de 700 AEC. Na Irlanda, o período e a forma como chegaram é incerta e, devido à ausência de registros que indiquem uma imigração em larga escala, acredita-se que a Irlanda tenha sido colonizada por uma sucessão de diferentes tribos (GANTZ, 1981). Como eram povos guerreiros e agressivos quando se tratava de buscar novas terras, os celtas chegaram a dominar grande parte da Europa. Evidências arqueológicas, principalmente referentes ao século IV EC, atestam sua presença em territórios do norte da atual França à Romênia e até mesmo da Polônia à Planície Padana, na Itália (CUNLIFFE, 1997<sup>4</sup>).

Os primeiros registros escritos a respeito dos celtas vieram de seus inimigos gregos e romanos. Um dos mais antigos data do final do século VI AEC, na obra de Hecateu de Mileto, historiador grego (CUNLIFFE, 2003, p. 9). É importante ressaltar que os povos celtas não se chamavam de celtas, eles se intitulavam de acordo com os nomes de suas tribos e ancestrais ou

---

<sup>2</sup> Não paginado.

<sup>3</sup> Bretanha se refere neste texto à ilha, e não à parte continental da França atualmente identificada com o mesmo nome.

<sup>4</sup> Não paginado.

até mesmo de deuses e locais sagrados. Sophie Bryant (1913, p. 35) defende que eles nunca impunham o nome de sua tribo, portanto o termo “celta” provavelmente foi um desses nomes, que acabou sendo usado para generalizar esses povos posteriormente.

De acordo com Cunliffe (1997), se consultarmos as obras clássicas referentes aos celtas continentais, poderemos ver a variedade de nomes pelos quais eram chamados. Monaghan (2004, p. 4) define como celta alguém que falou ou fala uma língua céltica, usando o termo “céltico” então para se referir não a uma cultura, mas a um grupo linguístico.

Alguns linguistas chamam a língua nativa irlandesa de gaélico, outros de irlandês antigo. É válido ressaltar a diferenciação feita por alguns acadêmicos, como Peter S. Wells, da Universidade de Minnesota, em relação aos termos “celta” e “céltico”, tendo o primeiro um valor étnico e o segundo uma carga linguística e cultural<sup>5</sup>. Sendo assim, a língua nativa irlandesa é o gaélico, de origem céltica. Segundo Hook (1957, p. 37) o termo Gaélico, que designa a língua irlandesa, vem de uma das mais antigas tribos celtas.

Atualmente, seis línguas célticas são conhecidas. Elas se dividem em dois grupos: o irlandês e escocês, ambas chamadas de gaélico, e o manx ou manês — a língua da Ilha de Man, são chamadas de celta goidélico; o galês, o bretão e o córnico são chamadas de celta britônico (CUNLIFFE, 2003, p. 50). Cunliffe (2003, p. 53) pontua que tanto evidências arqueológicas como semelhanças entre as línguas célticas continentais e insulares sugerem o contato entre as tribos, principalmente nos séculos V e VI AEC.

Caracterizados como bárbaros por muitos que os desprezaram por conta de seu ímpeto na guerra e na busca por novos territórios, os celtas se dividiam em complexos grupos sociais e se desenvolveram também como artesãos, agricultores, mercadores e construtores (COLLIN, 2011, p. 140). Por outro lado, a conexão com a natureza, a magia, a espiritualidade e a crença num mundo dos mortos e das divindades também são traços que definiam esses povos, daí a fúria nos campos de batalha, pois tinham a convicção de uma existência posterior à morte. A estrutura social era composta por uma elite de guerreiros, uma classe de sacerdotes e o restante do povo, todos liderados por um rei. Segundo Gantz (1981), como os celtas viam a terra como uma divindade feminina, o rei era aquele que a fecundava, se fosse forte e viril; no entanto, se falhasse, a terra se tornaria infértil.

---

<sup>5</sup> WELLS, Peter S. “Who, Where, and What Were the Celts?” Londres, 1998, p. 814.

A posição da mulher na sociedade celta também é um assunto muito discutido entre os pesquisadores. De acordo com Cunliffe (2003, p. 61), as mulheres tinham poder na sociedade, servindo também como líderes na guerra. Segundo McDowall (1989, p. 8), quando os romanos invadiram a Bretanha no século primeiro da Era Comum (ano 61), as duas maiores tribos locais eram lideradas por mulheres. Uma delas foi Boudicca, que assumiu o exército após a morte de seu marido e quase chegou a expulsar os romanos da ilha, até que foi derrotada. MacCulloch (1911<sup>6</sup>) informa que mulheres celtas também podiam exercer funções sacerdotais e que inclusive Boudicca foi uma delas, havendo para designá-las a palavra *bandrui*, que em irlandês significa mulher druida.

Os sacerdotes celtas, conhecidos como druidas, tinham papel essencial na sociedade: eles eram os líderes religiosos e a ligação do mundo real com o mundo espiritual. E mais do que isso, eles eram professores, filósofos, astrônomos, curadores, políticos e juízes (HOURLY, 2016). Como não existia um sistema de escrita entre os celtas, os druidas memorizavam seus conhecimentos, como os poemas e tríadas e as leis da tribo. Segundo Cunliffe (2003, p. 12), estes sacerdotes detinham um poder considerável na sociedade e eram a única força unificadora verdadeira da comunidade. De acordo com McDowall (1989, p. 8), os druidas de várias tribos da Bretanha provavelmente se reuniam uma vez por ano em bosques sagrados, montanhas ou nascentes de rios. Como eram considerados os mais justos membros da tribo, também controlavam o curso das guerras, checavam os exércitos prestes a ir para a batalha e julgavam casos de homicídio (GANTZ, 1981).

Além dos druidas, que eram os líderes religiosos máximos, existiam outras classes de servidores da cultura celta. Pelo menos na Irlanda e na Gália<sup>7</sup> essas classes seguiam uma hierarquia correspondente, como aponta MacCulloch (1911): depois dos druidas vinham os vates, como eram chamados na Gália, que, além de cantores e poetas, eram profetas. Na Irlanda, os que tinham essa função eram chamados de *filids*, e, por fim, tanto na Gália como na Irlanda, vinham os bardos, a classe menor de poetas. Os bardos estudavam e decoravam aproximadamente quatrocentos mitos e lendas, organizados como ciclos mitológicos, que abordaremos mais adiante, e eram também capazes de amaldiçoar ou abençoar por meio de suas palavras (MONAGHAN, 2004, p. 35). A submissão dos celtas aos druidas mostra, de acordo com

---

<sup>6</sup> Não paginado.

<sup>7</sup> Atual região francesa.

MacCulloch (1911), como eles lidavam com autoridade em termos de religião, sendo fiéis aos seus ideais.

São listadas mais de 400 divindades celtas (GANTZ, 1981), porém, sobre a criação do mundo existem poucos e fragmentados mitos (MACCULLOCH, 1996<sup>8</sup>). A maioria das divindades era de caráter local, com cada tribo possuindo seu panteão, onde cada deus tinha suas funções, muitas vezes semelhantes às de outros grupos, tendo alguns deles ganhado um caráter mais universal, ultrapassando os limites tribais (MACCULLOCH, 1911).

Os celtas acreditavam que dentre os poderes dos deuses estava a invisibilidade: eles podiam ser vistos apenas por aqueles a quem desejavam se revelar; e tinham também a capacidade de assumir formas de animais ou de se apresentarem antropomorficamente (MACCULLOCH, 1911). Além desse aspecto divino presente nas imagens e representações dos animais, a reverência ou temor aos animais de proteção, ou animais aliados, era marcante entre os celtas por representarem elementos e atributos de sua sociedade e por terem o poder de afastar o perigo (COLLIN, 2011, p. 140).

Além das divindades, estão presentes na tradição celta diversos seres como fadas e duendes. Assim como acreditavam em seres invisíveis, os celtas acreditavam na existência de uma região invisível, para onde iriam após a morte. A localização dessa região, também chamada de Outro Mundo (*Other-world*), varia nos mitos, podendo ser em um mundo subterrâneo, numa ilha ocidental, abaixo das águas, ou até mesmo paralela ao mundo real (MACCULLOCH, 1911). Durante certas épocas do ano, na mitologia irlandesa, as divindades e os espíritos dos mortos podiam sair desse submundo e interferir no mundo dos vivos (CUNLIFFE, 2003, p. 138).

Outro aspecto da religiosidade dos celtas era o hábito de realizar seus rituais ao ar livre, uma vez que eram muito conectados à natureza. Em geral, eles se reuniam em bosques de carvalhos, nascentes e rios, que eram considerados locais sagrados – denominadas “clareiras”. Acreditava-se que as águas eram protegidas por deusas. A divindade suprema feminina era para os celtas como uma mãe, frequentemente vista como ancestral de todo o povo e, até mesmo, algumas vezes, dos próprios deuses. Era chamada nos mitos da tradição irlandesa de Danu ou Anu (MACCULLOCH, 1911). Assim, pode-se perceber a importância da figura feminina nas sociedades celtas, papel também desempenhado pela protagonista da peça objeto desta pesquisa, como será abordado mais adiante.

---

<sup>8</sup> Não paginado.

## **A romanização da Bretanha**

Alexander MacBain (1885, p. 28) aponta que quando a história da Bretanha começa com a Era Cristã, nas terras correspondentes à França e Bélgica se falava o gaulês ou galês, bem como na parte leste da atual Inglaterra e terras ao sul da atual Escócia; enquanto a maior parte do País de Gales e toda a Irlanda pertenciam aos galeses.

Segundo McDowall (1989, p. 7-9), Júlio César chegou à Bretanha pela primeira vez em 55 AEC, mas apenas em 43 EC, quase um século depois, o exército romano ocupou o território. Eles viram vantagem em ocupar as terras da Bretanha, pois, além de ser um ponto estratégico, ali construiriam fazendas produtivas e assim poderiam alimentar suas tropas para enfrentar os gauleses, os celtas habitantes da Gália, que era então o maior território ocupado pelos celtas, com os quais estavam em conflito.

De acordo com McDowall (1989, p. 9), foi estabelecida uma cultura romano-britânica no sul da ilha, apesar de em Caerleon, nas terras correspondentes ao atual País de Gales, a fortaleza romana não ter conseguido desenvolver seu domínio. Em Caledônia, como os romanos chamavam as terras correspondentes à atual Escócia, passou-se mais de um século de tentativas e não foi possível conquistá-la.

Para a Bretanha, os romanos levaram a leitura, a escrita e o uso do latim, uma vez que, para eles, a palavra escrita era importante para espalhar ideias e estabelecer seu poder; porém essas habilidades ficavam fora do alcance dos camponeses celtas, que permaneciam iletrados no latim e falantes da língua céltica apenas. Outros habitantes, por sua vez, falavam tanto latim como grego e os donos de terras mais abastados praticamente usavam só o latim (MCDOWALL, 1989, p. 8-9).

Na década de 70 do século I EC, bretões das terras ao sul da Bretanha aderiam à língua e aos costumes romanos, enquanto o norte continuava praticamente intacto (HAVERFIELD, 1911, p. 371-372). Os conflitos entre os romanos e os nativos do norte, atual Escócia, continuaram ao longo da década de 80 EC, até que o território do atual País de Gales foi tomado e o norte subjugado pela primeira vez, permanecendo sob domínio romano até 115 EC, quando uma revolta abalou todo o Império romano e afastou novamente seu domínio do norte (HAVERFIELD, 1911, p. 368-369).

Apesar dos constantes conflitos, os séculos II, III e início do IV foram o período em que se deu o maior desenvolvimento do sistema rural, bem como a construção de fazendas e casas no estilo romano, pois, apesar de não ser possível datar com precisão, moedas antigas indicam que este foi o período em que os romanos tiveram maior presença e, portanto influência, na Bretanha (HAVERFIELD, 1911, p. 372).

A arquitetura da época também reflete tal influência: os prédios maiores e mais importantes eram construídos no estilo romano, já as casas das pessoas seguiam o estilo celta, exceto por alguns aspectos como mosaicos e outros acabamentos (HAVERFIELD, 1911, p. 374).

Enquanto as cidades possuíam estradas, mercados e lojas planejadas, fazendas dos arredores cresciam e se tornavam *villas*, como chamavam os romanos, que forneciam alimento para as cidades. Essas grandes fazendas pertenciam, segundo McDowall (1989, p. 10), aos bretões mais ricos que, assim como os habitantes das cidades, tinham o modo de viver mais romano do que celta. O restante da população, que não estava nem nas cidades e nem nas *villas*, permanecia morando em cabanas redondas em vilarejos como os celtas viviam 400 anos antes da chegada dos romanos.

De acordo com McDowall (1989, p. 9-10), a capital, hoje Londres, tinha aproximadamente 20.000 habitantes e era duas vezes maior do que Paris, além de possivelmente ter sido o centro comercial mais importante do norte europeu, por ser grande produtora e exportadora de grãos. Segundo Haverfield (1911, p. 377), comunicações com o continente se davam principalmente entre os portos de Kentish Town<sup>9</sup> e o litoral gaulês.

Há uma discussão entre pesquisadores a respeito do início das invasões teutônicas, ou seja, dos povos germânicos vindos da região da atual Alemanha. Apesar dos conflitos pontuais com os celtas do norte e das terras altas do oeste ao longo dos séculos de dominação romana, McDowall (1989, p. 9) aponta que os primeiros sinais externos de invasão à Bretanha, que levaram ao fim a ocupação romana, são de 367 EC; porém, Haverfield (1911, p. 378) afirma que marinheiros bárbaros, saxões e outros povos já rondavam a costa da área que hoje é a Alemanha e da Gália, e provavelmente da Bretanha, muito antes de 300 EC.

Durante os primeiros anos do século IV EC — início do período de conquista, que foi até o século VI, segundo Haverfield (1911, p. 386-378), a Bretanha resistiu aos ataques dos saxões e antes mesmo da década 350, o imperador romano Constante I teve de lidar não somente com os

---

<sup>9</sup> Situada na região de Londres, Inglaterra.

saxões, mas com pictos vindos do norte e escoceses vindos de noroeste. Como aponta ainda Haverfield (1911, p. 379), moedas encontradas nas chamadas *villas* sugerem que algumas casas já haviam sido destruídas ou abandonadas antes das décadas de 350 e 360, mas que a maioria continuou habitada até 385 EC ou até mais.

Os ataques dos saxões em 300 EC foram mais pesados na Gália do que na costa da Bretanha, tanto que esta começou a sucumbir 50 anos depois de tais ataques que, a princípio eram saques, mas depois vieram como ocupações dos territórios (HAVERFIELD, 1911, p. 380).

Segundo McDowall (1989, p. 10), é difícil precisar quantas pessoas viviam na Bretanha quando os romanos partiram, mas aponta que seriam mais de cinco milhões, devido à economia que estabeleceram.

O controle sobre a Bretanha começou a enfraquecer à medida que o Império Romano começou a entrar em colapso: na ilha, houve ataques vindos de celtas da Caledônia em 367 EC e na costa da Gália, invasões de povos germânicos e francos. Em 409 EC, os últimos soldados deixaram a Bretanha e romano-bretões e celtas lutaram por conta própria contra os invasores (MCDOWALL, 1989, p. 9). No ano seguinte, Roma caiu.

No início do século V, mais precisamente em 411, depois de muitos conflitos, as províncias da Bretanha foram subjugadas pelos Saxões (HAVERFIELD, 1911, p. 383).

### **A Invasão Teutônica da Bretanha**

Os celtas da Bretanha lutaram contra diversos invasores, mas acabaram forçados a recuar para o oeste da ilha ao longo do século VI EC e muitos foram empurrados para o extremo oeste, onde os anglos chamaram de *Wales*, em português, País de Gales, que significa “terra de estrangeiros”, e à maior parte da ilha deram o nome de Inglaterra, “a terra dos anglos”. Alguns celtas que foram levados a Cornwall acabaram por aceitar as regras dos senhores saxões e por isso quase nada da cultura celta permaneceu na Inglaterra (MCDOWALL, 1989, p. 11).

Por outro lado, os romano-bretões que partiram para terras onde os romanos nunca se estabeleceram de fato, foram influenciados pelos elementos celtas que ali permaneceram, como a língua (HAVERFIELD, 1911, p. 381). As línguas célticas continuaram a ser faladas entre os povos insulares mesmo com a alfabetização, na maioria dos casos contemporânea da cristianização, e muitos poemas e épicos antigos, previamente recitados e memorizados pelas

classes de bardos, foram registrados, enquanto na Gália pouco restou escrito em cavernas e locais de culto (MONAGHAN, 2004, p. 9).

A força da cultura anglo-saxã, de acordo com McDowall (1989, p. 11-12), é óbvia até nos dias atuais, devido aos nomes dados tanto a lugares como aos dias da semana. Ainda segundo o autor, naquele tempo o poder de um rei dependia da lealdade pessoal de seus seguidores e muitas pessoas, assim como os celtas, acreditavam que o primeiro dever de um homem era para com sua família; porém com o passar do tempo isso foi mudando e os saxões substituíram a lealdade à família pela lealdade ao rei.

O sistema de agricultura dos anglo-saxões também se tornou modelo por cerca de um milênio, aponta McDowall (1989, p. 13). Além disso, um sistema de classes composto por reis, senhores, soldados e fazendeiros também começou a tomar forma durante o domínio anglo-saxão, e ainda outra classe surgiu: a dos estudiosos, vindos da Igreja Católica.

De acordo com McDowall (1989, p. 13), nos últimos séculos de dominação romana, o Cristianismo estava bem estabelecido na Bretanha, tanto nas áreas de controle romano como além delas. No entanto, os anglo-saxões pertenciam a uma antiga religião germânica e, com a partida dos romanos e o afastamento dos povos celtas para as regiões mais altas, essa força naturalmente se perdeu, o que fez com que no ano de 597 EC o Papa vigente enviasse um monge para que o Cristianismo se restabelecesse na Inglaterra.

McDowall (1989, p. 14) aponta que o tal monge enviado pelo Papa teve mais aceitação em meio às famílias abastadas do que em meio à população comum, sendo a Igreja Celta a responsável por levar o Cristianismo ao povo, graças aos bispos celtas vindos de seus mosteiros no País de Gales, Irlanda e Escócia, enquanto a Igreja Romana, por sua vez, estava mais interessada em estabelecer sua autoridade e organização, fazendo das cortes dos reis, locais em que viviam, seus centros de poder ao longo da Inglaterra.

Devido a essa diferença de poder, uma divergência a respeito da data da Páscoa, que foi a maior crise entre as duas igrejas, levou o rei da Nortúmbria a apoiar a Igreja Romana em 663 EC, o que fez com que sua autoridade fosse estendida até mesmo sobre as áreas celtas da ilha, levando a Inglaterra a rapidamente tornar-se católica, pois ao apoiarem os bispos, os reis anglo-saxões recebiam a “aprovação” de Deus, e, portanto sua realeza não poderia ser questionada (MCDOWALL, 1989, p. 14).

Além disso, a Igreja contribuiu de outras formas para aumentar o poder do estado: monastérios se tornaram locais de aprendizagem, onde homens letrados desenvolviam suas habilidades a fim de firmar a autoridade da igreja e também da realeza, a exemplo de Alfredo, rei de Wessex no período de 871 a 899. Por meio dos homens letrados da Igreja, o rei estabeleceu um sistema de leis, usou suas habilidades para educar o povo e também para escrever textos importantes, como por exemplo, a obra *Anglo-Saxon Chronicle* (MCDOWALL, 1989, p. 15).

O século XI foi o ápice da autoridade real na Inglaterra: os que podiam ler e escrever tinham mais poder e isso acentuou a divisão de classes, pois os reis davam mais terras aos grandes fazendeiros, enquanto os camponeses podiam perder o direito tradicional sobre suas terras, uma vez que seus nomes não estavam “registrados” (MCDOWALL, 1989, p. 15).

Dentre outras vantagens, os governantes anglo-saxões viram na Igreja Católica um potencial econômico, já que seus membros missionários falavam latim e conheciam as rotas comerciais, o que favoreceria o contato com o continente. Como resultado, além de importar vinho, peixe, especiarias e joias, a Inglaterra anglo-saxã ficou conhecida na Europa por sua exportação de lã, queijos, cães de caça, cerâmica e objetos de metal (MCDOWALL, 1989, p. 15).

### **A Invasão Viking da Bretanha e a chegada dos Normandos**

Ao fim do século VIII EC novos invasores vindos da Noruega e Dinamarca foram atraídos para a Bretanha: os vikings. A princípio não se estabeleceram; mas queimaram igrejas e monastérios em partes da Bretanha e da Irlanda. Posteriormente, porém, como os reinos anglo-saxões encontravam-se em conflito entre si, os invasores chegaram de vez em 865 EC. Segundo McDowall (1989, p. 15), eles rapidamente aceitaram o Cristianismo e não interferiram na vida da população local, mas ao final do século IX a Inglaterra se encontrava dividida entre o poder dos vikings e o reinado de Alfredo, rei anglo-saxão que tentou resistir à invasão.

Em 950 EC, a Inglaterra vivia de certa forma pacífica, porém diante de uma nova investida, o rei saxão vigente decidiu criar um sistema de impostos para manter os vikings afastados em troca de dinheiro, no entanto, após sua morte um rei viking tomou o poder. No início do século XI, o poder voltou aos saxões, com Eduardo como rei. Durante seu reinado muitas igrejas foram construídas, a tal ponto que em quase todas as vilas havia uma igreja na

época de sua morte. O padrão de vila inglês, com casa senhorial e igreja, vem também dessa mesma época (MCDOWALL, 1989, p. 16).

McDowall (1989, p. 16-17) discorre que Eduardo construiu uma nova igreja fora da cidade de Londres com características normandas e não saxônicas, uma vez que era descendente do duque da Normandia e passara quase toda a sua vida lá. Os normandos, por sua vez, eram povos vindos do norte, descendentes de vikings que se estabeleceram ao norte da França. Eram cristãos falantes do francês e conhecidos por suas habilidades de luta (MCDOWALL, 1989, p. 16-17).

Como Eduardo havia trazido muitos normandos da França para a corte, após sua morte em 1066, uma disputa pelo trono se iniciou. Haroldo que era o mais indicado devido às suas habilidades, apesar de não possuir sangue real, foi nomeado. Porém, o duque Guilherme da Normandia reclamou o trono e, na ausência de Haroldo, que partira para lutar contra vikings ao norte com seu exército saxão, reuniu seu próprio exército, sendo Coroado rei ainda em 1066, após derrotar seu rival recém-chegado de outra batalha (MCDOWALL, 1989, p. 16-17). Isso mudou o curso da história da Inglaterra.

Segundo McDowall (1989, p. 23), a Coroação de Guilherme foi tumultuada, pois os guardas normandos, temendo que o povo o atacasse, atearam fogo nas casas do entorno, resultando em tumulto. E assim seguiu o reinado de Guilherme, tendo de enfrentar rebeliões por parte dos anglo-saxões anualmente até que, no curso dos vinte anos seguintes, apenas dois dos grandes senhores de terras e dois sacerdotes eram saxões.

Foi durante o reinado de João, depois que a Normandia foi perdida em 1204, que os normandos finalmente começaram a se casar entre os saxões, considerando-se ingleses e não mais franceses (MCDOWALL, 1989, p. 37).

### **Os monges cristãos e a dominação Inglesa na Irlanda**

Antes dos 700 anos de colonização inglesa, a Irlanda já havia construído e perpetuado um legado histórico, que mais tarde viria a ser o símbolo e a força de sua luta pela independência. Os povos celtas foram os primeiros grandes conquistadores das inóspitas terras de Éire<sup>10</sup>, por volta de 150 AEC. Alguns acreditam que há mais de mil anos antes deles já se tinha notícia de

---

<sup>10</sup> Irlanda, em Gaélico.

desbravadores por aquela terra. De qualquer maneira, foi o assentamento celta que abriu caminhos para a múltipla formação cultural irlandesa (MONAGHAN, 2004, p. 7).

Como afirma Collin (2011, p. 140), parte das informações que temos sobre a cultura celta vem de fontes cristãs ou autores greco-romanos, portanto é necessária cautela. O próprio Imperador Júlio César descreveu o povo celta como misterioso e supersticioso e deu ainda detalhes sobre sua estrutura social, como sua organização em tribos e clãs, e sua honra aos ancestrais e a proximidade com os deuses que adoravam (HOURLY, 2016, p. 27-28).

Na Irlanda, os celtas também se espalharam formando pequenas tribos e, posteriormente, pequenos reinos, ainda sem um governo unificado. As pessoas eram conhecidas pelos nomes de suas tribos e os líderes eram escolhidos para governar de acordo com sua força e habilidades (MCDOWALL, 1989, p. 19). Bryant (1913, p. 35) discorre que a Irlanda era conhecida pelo nome da deusa Éire, sendo para seu povo ela mesma a deusa, a pátria que conferia a seus filhos o título de homens de Éire, deixando de lado todas as distinções raciais.

Com o passar do tempo, cinco reinos cresceram e se destacaram na Irlanda: Ulster ao norte, Munster a sudoeste, Leinster a sudeste, Connacht a oeste, e Tara, como sede dos grandes reis irlandeses. Segundo McDowall (1989, p. 19), não havia invasores externos, mas os reinos celtas guerreavam entre si.

Nem o Império Romano e nem os anglo-saxões jamais chegaram à Irlanda, portanto a cultura se desenvolveu sem a influência direta desses conquistadores, possibilitando assim um registro escrito da mitologia, o que também ocorreu no País de Gales. Na Bretanha pouco restou dos mitos dos celtas continentais (MACCULLOCH, 1996).

Maria Thereza Schorer (1954, p. 277) relata que, com base nas obras de Beda e Proper, pode-se deduzir que havia cristãos em terras irlandesas antes mesmo de 430 EC, entretanto alguns historiadores defendem que o pioneiro foi Patrício<sup>11</sup>, que mais tarde viria a se tornar o santo padroeiro do país. Outros afirmam que foi Palladius<sup>12</sup>, no ano de 431 EC, a mando do Papa vigente, e há quem acredite que eles possam ser a mesma pessoa. De qualquer forma, os missionários cristãos chegaram e tiveram papel essencial no registro da história da Irlanda.

---

<sup>11</sup> De acordo com McDowall (1989, p. 19), o Cristianismo chegou à Irlanda por volta de 430 EC, através de Patrício, um escravo britânico que mais tarde se tornaria seu santo padroeiro.

<sup>12</sup> “The “Chronicle of Prosper of Aquitaine,” a historical record of the history of Christianity in Ireland, had the following entry for the year 431 CE: “Palladius was ordained by Pope Celestine and sent to the Irish believers in Christ as their first bishop.” If this is true, then he preceded the beloved St. Patrick, who became the patron saint of Ireland. Perhaps they are even the same person.” (HOURLY, 2016, p. 44)

Até então não havia lá uma forma de escrita vernácula estabelecida. Com a chegada dos missionários cristãos, no século V, a língua Gaélica sofreu grande influência do Latim. Com isso, desenvolveu-se o alfabeto *Ogham*, com o qual foram grafadas as primeiras manifestações do gaélico irlandês, perpetuadas nas rochas de adorações religiosas (SANTOS, 2016, p. 36). No entanto, com o passar dos séculos e a colonização inglesa, tratada mais adiante neste capítulo, a língua irlandesa foi perdendo espaço. Atualmente, segundo o Censo de 2016<sup>13</sup>, 39,8 por cento da população irlandesa falam irlandês.

É importante ressaltar como o Cristianismo irlandês se destacou devido à conduta dos monges. Segundo Schorer (1954, p. 289-290), os monges irlandeses eram moderados, parcimoniosos e procuravam uma vida dura e cheia de sacrifícios, além de praticar valores como a generosidade e a caridade. A autora discorre ainda que eles procuravam converter pela suavidade, bom senso e bondade, o que os levava a ganhar presentes de reis e poderosos, que acabavam por dar aos pobres ou trocavam pela liberdade de pessoas escravizadas (SCHORER, 1954, p. 289-297).

Esses missionários cristãos tiveram ainda papel essencial na preservação da cultura celta, uma vez que foram eles que passaram a registrar os feitos daquele povo, bem como seus mitos e lendas, até então transmitidos oralmente de geração em geração. Muitos bardos, quando do fechamento das escolas bárdicas devido à invasão romana, se converteram ao Cristianismo para sobreviver e, dentro dos mosteiros, passaram a registrar por escrito, da forma como podiam, os seus conhecimentos. Tais histórias disseminavam valores dos celtas como honra, lealdade e coragem.

As transcrições mais antigas foram destruídas por saqueadores vikings, portanto os registros que se referem à cultura celta foram novamente escritos por volta do século XII. Dentre eles o manuscrito mais antigo é conhecido como *Lebor na hUidre* e é datado de 1130 (HOURLY, 2016, p. 34).

Collin (2011, p. 141) afirma que “ainda que a mitologia da Irlanda pré-cristã não tenha sobrevivido integralmente à conversão ao Cristianismo, boa parte dela se manteve na literatura medieval irlandesa, no mais abrangente ramo preservado da mitologia celta”: os ciclos mitológicos registrados em manuscritos dos séculos XI e XII.

---

<sup>13</sup> Fonte: Central Statistics Office: Census of Population 2016 – Profile 10 Education, Skills and the Irish Language. <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cp10esil/p10esil/ilg/>, acesso em 07 mar. 2019.

As grandes lendas e sagas dos heróis celtas irlandeses foram divididas em quatro ciclos históricos<sup>14</sup>: o Ciclo Mitológico (eventos ocorridos por volta de 1500 AEC), que relata a criação da Irlanda; o Ciclo de Ulster (primeiro século EC), que reúne várias histórias de grandes batalhas e culto a grandes guerreiros; o Ciclo de Fenian (terceiro século EC), que conta as aventuras dos guerreiros do Fenian, um grupo de nômades caçadores que se arriscava em suas missões e combates; e o Ciclo histórico ou Ciclos dos Reis (do terceiro ao oitavo século EC), que narra os feitos dos reis celtas. Apesar das divisões, os personagens de um ciclo poderiam aparecer em outros.

Além dos textos antigos que sobreviveram na Irlanda, outras sociedades celtas também deixaram registros, como as do País de Gales, que deixaram um ciclo de mitos complexo e riquíssimo: o Mabinogion (MACCULLOCH, 1911) Na Escócia, escrito em gaélico escocês, ficou O Livro do Decano de Lismore, de 1516, que inclui histórias conhecidas de fontes irlandesas e também outras originais. Na Bretanha, por sua vez, os textos antigos são mais tardios, datados do século XV em diante (MONAGHAN, 2004, p. 10-11), com exceção do poema épico anglo-saxão *Beowulf*, com sua forma registrada datada do século X (HOOK, 1957, p. 48).

Além da língua e da religião, a chegada dos cristãos na Irlanda mudou todo o curso da história da nação. A miscelânea das mitologias se deu de forma tão profunda que na atualidade existem estudos dedicados a buscar as raízes celtas, antes da influência católica em sua cultura. A exemplo de Erik Wroblewski (2006), em um artigo sobre o resgate historiográfico da origem dos celtas, no qual o autor traz um posicionamento crítico em relação à cristianização da Irlanda e ao modo como alguns autores tratam desse processo:

[...] a atitude corrente, ainda hoje, é a de tratar o “mundo céltico” como uma cultura marginal de Roma, esquecendo-se de que esses povos foram os principais ocupantes da Europa na Antiguidade, e preferindo relegá-los às margens da História e esquecer-se deles antes de seu contato com os latinos e/ou cristãos (WROBLEWSKI, 2006, p. 148).

Segundo Bruce Gaston (2015<sup>15</sup>), a Igreja Irlandesa se desenvolveu a partir de uma estrutura monástica e não hierárquica, por conta da geografia da Irlanda e da falta de um centro político. Essa estrutura, defende o autor, levou à aproximação da igreja e das pessoas,

---

<sup>14</sup> HOURLY HYSTORY. *Celtic Mythology: A Concise Guide to the Gods, Sagas and Beliefs*. Edição do Kindle, 2016.

<sup>15</sup> Não paginado.

incorporando o Cristianismo à cultura e aos costumes nativos de tal forma que é comum os estudos sobre os celtas estarem tão atrelados aos cristãos.

Como boa parte dos registros mitológicos celtas é obra dos monges católicos, para alguns autores as mudanças feitas nas histórias, como a aproximação de entidades celtas com os santos da Igreja Católica, tiveram o intuito de criar uma cultura diferente.

Para substituir as crenças do povo no poder da magia, da ancestralidade e da natureza pelos dogmas do Vaticano, a Igreja foi aos poucos abraçando certos aspectos da mitologia para atrair as pessoas com o que era familiar para elas (HOURLY, 2016, p. 44). De acordo com John Arnott MacCulloch (1996), os escribas irlandeses costumavam criar situações onde os heróis e personagens míticos eram colocados em contato com santos e missionários. Outra parte da estratégia foi incorporar algumas festas pagãs ao calendário Cristão como, por exemplo, *Samhain* que passou a ser o Dia de Todos os Santos, *Beltane* que foi transformado em Pentecostes, além do sincretismo da deusa *Brigit* e Santa Brígida (HOURLY, 2016, p. 33-44).

Para Patricia Monaghan (2004, p. 9), os transcritores podem não ter tido razões para modificar os textos, porém pode ser que em algum momento tenham se incomodado com alguns dos valores expressos nas histórias que estavam escrevendo, principalmente no que diz respeito à posição da mulher; portanto, as fontes celtas insulares devem ser lidas com cuidado, segundo a autora. Standish O’Grady (2010<sup>16</sup>), por outro lado, defende que as transcrições provavelmente eram fiéis às histórias originais, por não ter conseguido localizar nos textos, tanto em verso como em prosa, marcas de uma autoridade que estivesse interferindo na condução da história e na apresentação dos fatos.

Gaston (2015) afirma que a cultura celta sobreviveu praticamente intacta até a Idade Média, resistindo até mesmo à colonização dos vikings. No entanto, ao pensarmos na influência que o Cristianismo exerceu sobre a mitologia celta na Irlanda, essa ideia de intacilidade pode se tornar questionável. De volta a Erik Wroblewski (2006), temos o seguinte posicionamento:

Podemos aceitar como sendo “céltico” o Irlandês Antigo e a tradição literária de fundo pré-cristão elaborada nesta língua, em oposição à tradição literária, eclesiástica e vernacular de língua latina dentro do recorte espaço-temporal da Irlanda Tardo-Antiga, sendo os valores sociais e políticos instituídos através de recolhas jurídicas, que mantiveram e regulamentaram a estrutura legal dos reinos irlandeses e cuja elaboração era anterior à conversão da Irlanda ao Cristianismo, uma vez que a manutenção de ideais

---

<sup>16</sup> I have not met a single tale, whether in verse or prose, in which it is not clearly seen that the author was not following authorities before him. Such traces of invention or decoration as may be met with are not suffered to interfere with the conduct of the tale and the statement of facts. (O’GRADY, 2010)

que sobreviveram a este processo de conversão serão alvos constantes da preocupação da ortodoxia da Igreja Católica (WROBLEWSKI, 2006, p. 147).

Wroblewski separa então o que seria céltico, ou seja, “puro”, porque antecede a influência cristã, trazendo outra visão sobre o que seria realmente a cultura celta. Essa divergência entre os pesquisadores nos inicia numa reflexão sobre a construção da “genuína” identidade cultural do irlandês do século XIX, tratada no segundo capítulo deste texto.

### **A Invasão Viking da Irlanda**

De qualquer modo, monges e descendentes dos celtas viviam uma época de paz até que, por volta do século VIII EC, chegaram os vikings. Segundo Boyce (2004, p. 27), o poder na Irlanda estava dividido principalmente entre dois reis: O’Neill, com domínio do norte, e Eoganacht de Munster, na parte sul.

Muitos monastérios foram saqueados, sobrando apenas os memoriais de pedra que não podiam ser carregados, e as invasões foram recorrentes e crescentes até o século IX — quando os novos invasores começaram a criar cidades que funcionavam como reinos reduzidos, iniciando assim, ainda que superficialmente, um poder político no país, o que forçou os irlandeses a se unirem para eleger um rei supremo (MCDOWALL, 1989, p. 20).

Como a Irlanda vivia dividida em pequenos reinos gauleses e não tinha um sistema político centralizado, os vikings ascenderam até chegar à figura de um “rei” de Dublin, que influenciava a vida política do país por servir como uma autoridade para outras partes dos reinos vikings-irlandeses (MCDOWALL, 1989, p. 19-20).

A chegada desse povo também teve impacto significativo na cultura irlandesa, pois foram quatrocentos anos de influência sobre o país, entre conflitos e disputas de poder (GASTON, 2015). Os vikings contribuíram desde a língua, ampliando o vocabulário, até a disseminação de técnicas de navegação e fabricação de armas (MCDOWALL, 1989, p. 19-20).

Antes da invasão normanda, o foco da vida política na Irlanda era a disputa pelo título da realeza, com brigas entre os reis das províncias rivais. No início do século XI, Brian Boru impôs sua autoridade por todo o território, mas não obteve sucesso em estabelecer de fato um controle governamental, sendo incapaz de promover estabilidade para o país (BOYCE, 2004, p. 27).

Depois de um período sob seu comando, ainda que não na totalidade de um alto rei, os normandos que haviam dominado a Inglaterra chegaram à Irlanda, e então as portas para a colonização inglesa foram abertas.

Segundo McDowall (1989, p. 20), Brian Boru, foi o maior líder da Irlanda, tendo almejado unificar o território e organizar a nação tanto na igreja como na administração, mas acabou morto em uma batalha contra os vikings. Um século depois, um sucessor do rei celta de Leinster, que havia lutado ao lado dos vikings, pediu ajuda para os normandos da Inglaterra, que viram ali uma oportunidade para expandir seu reino (MCDOWALL, 1989, p. 20). Esse rei foi Dermot MacMurrough que, no ano de 1169 EC, recorreu ao rei vigente Henrique II (BOYCE, p. 2004, p. 40).

Havia se iniciado na Irlanda um processo de formação de uma identidade, um *natio*, em função do impacto das invasões externas, e esse processo está fundamentado na produção literária, como discorre Boyce (2004):

[Assim como] no País de Gales medieval, a Irlanda era um país de lealdades locais cujo senso de "alteridade" foi descoberto olhando para o passado. Foi sugerido, no contexto galês, que a prática de escrever velhas tradições é um sinal de crescente autoconsciência e, se assim for, então os gaélicos estavam se movendo em direção a uma crescente consciência de sua '*natio*' ou comunidade. A Irlanda tinha uma classe de poetas cujo lugar na sociedade irlandesa primitiva era semelhante ao do druida na Gália antiga, o do homem onipotente de erudição, o vidente. Esses poetas preservaram um tipo de história composta de folclore, memórias raciais, mitologia, propaganda dinástica e genealogia; foram eles os guardiões e expositores da lei tradicional — considerada boa para toda a Irlanda. (BOYCE, 2004, p. 28, *itálico nosso*<sup>17</sup>)

Edward Said (2011) diz que “uma das primeiras tarefas da cultura de resistência foi reivindicar, renomear e reabitar a terra” e “com isso veio toda uma série de outras armações, recuperações e identificações, todas elas literalmente enraizadas nessa base poeticamente projetada” (p. 272). Essa base poética ressurgiria no futuro para marcar outra série de movimentos de resistência na Irlanda.

---

<sup>17</sup> ...like medieval Wales, Ireland was a country of local loyalties whose sense of ‘otherness’ was found by looking to the past. It has been suggested, in the Welsh context, that the practice of writing down old traditions is a sign of growing self-consciousness, and, if this be so, then the Gaels were moving towards a growing awareness of their ‘*natio*’ or community. Ireland had a class of poets whose place in early Irish society was similar to that of the druid in ancient Gaul, that of the omnipotent man of learning, the seer. These poets preserved a kind of history compounded of folklore, racial memories, mythology, dynastic propaganda, genealogy, and they were the guardians and expounders of traditional law—law that was held to be good for the whole of Ireland. (BOYCE, 2004, p. 28, tradução da autora)

Foi mantido nos registros literários um manuscrito do século XII, que preservou uma narrativa biográfica de Brian Boru, sendo uma das mais famosas do Ciclo dos Reis, de acordo com Boyce (2004, p. 28). O autor discorre que, não pela última vez, a história irlandesa foi retratada como uma luta contra os estrangeiros, os nórdicos, e conclui, portanto, que foi o impacto dos invasores que ajudou os gaélicos<sup>18</sup> a chegarem ao conceito de uma nação, unidos na veneração de seus antigos costumes e da terra que os originou.

Antes mesmo da chegada de outros povos estrangeiros, ainda no século sétimo, como afirma Boyce (2004, p. 28), os gaélicos começaram a elaborar suas origens por meio de lendas, abrangendo todas as tribos e dinastias do país e tratando os principais elementos da população antiga, celta e pré-céltica, como ramificações de um único grupo, unidos em ancestralidade. Apesar de tal processo haver sido iniciado, não estava consolidado nem articulado a ponto de resistir à dominação dos próximos invasores: os Normandos.

### **A Conquista Normanda da Irlanda: fronteiras culturais e políticas**

Com a chegada dos Normandos, ou anglo-normandos, vindos da Inglaterra no século XII (1169 EC), inicia-se um longo período de colonização na Irlanda.

O pedido de ajuda de MacMurrough pode ter sido o pretexto, mas os ingleses já haviam reivindicado o poder sobre a Irlanda ainda no século XI, quando os arcebispos de Canterbury reafirmaram sua autoridade espiritual sobre todas as ilhas britânicas, com o apoio de vários líderes que queriam que a Igreja fosse unificada, tendo então o Papa Adriano IV concedido os domínios da Irlanda aos ingleses (GASTON, 2015).

McDowall (1989, p. 32) discorre que não foi difícil derrotar os reis irlandeses, que se encontravam em constantes conflitos, mas temendo que os normandos se tornassem muito independentes de seu domínio, o rei Henrique II foi para a Irlanda com o propósito de reforçar sua liderança sobre irlandeses e normandos, apoiado pelo Papa que, por sua vez, almejava o domínio sobre a Igreja Irlandesa. De acordo com Schorer (1954, p. 301), as invasões normandas, que tiveram início em 1169, enfraqueceram a Igreja Irlandesa, até que perdesse a maior parte de suas características e sua liberdade.

---

<sup>18</sup> A partir deste ponto o termo “gaélico” passa a se referir aos povos celtas originários da Irlanda.

O rei Henrique II da Inglaterra, além de ter suas motivações para a invasão, temia o poder e a independência da Irlanda, portanto os irlandeses eram vistos como uma ameaça à sua autoridade. Contudo, foi sob o pretexto religioso, a princípio, que os Normandos foram enviados para conquistar a Irlanda. Segundo Gaston (2015), em 1250, o monarca inglês tomou controle de oitenta por cento do território irlandês.

É importante lembrar os conflitos internos que a Inglaterra vivia. Com a chegada de Guilherme, o Conquistador, ao poder, em 1066, havia se iniciado uma época de conflitos entre anglo-saxões e normandos, afinal Guilherme foi o primeiro rei normando a governar a Inglaterra (MCDOWALL, 1989, p. 23). Henrique II teve também de lidar com conflitos de interesses na corte.

McDowall (1989, p. 32) aponta que tanto os nobres normandos como os senhores irlandeses evitavam a autoridade inglesa tanto quanto possível e, como resultado, a Coroa Inglesa controlava de fato apenas a região de Dublin; enquanto os senhores anglo-irlandeses, que foram aqueles normandos que se aproximaram dos nativos, construíram castelos, assim como no País de Gales, mas se tornaram completamente diferentes dos ingleses e semelhantes aos irlandeses em aparência e modos (MCDOWALL, 1989, p. 32).

O rei da Inglaterra, temendo então que os normandos formassem um reino independente, à parte de seu domínio, marchou para a Irlanda no intuito de estabelecer a presença real inglesa, apoiado pelo clero da Igreja Irlandesa, já influenciada pela Igreja Romana (BOYCE, 2004, p. 29).

Como afirma Boyce (2004, p. 29), em 1171 Rory O'Connor, então rei da Irlanda, fez um acordo com o monarca inglês, reconhecendo-o como Senhor da Irlanda em troca da confirmação de seu título de alto rei da Irlanda. O autor aponta ainda que, não tivessem os normandos intervindo, talvez O'Connor tivesse forjado uma monarquia nacional. Isso não ocorreu, nem tampouco os líderes irlandeses se uniram contra os novos invasores, tendo cada um lutado por si, ora contra normandos, ora a favor deles.

Inicialmente, como mencionado, o controle governamental estava centralizado na região de Dublin: Henrique II fez da cidade a capital de sua nova “colônia”, segundo McDowall (1989, p. 32), enquanto a maior parte do leste da Irlanda era governada por senhores normandos, ao passo que o oeste permanecia sob domínio dos irlandeses. Gaston (2015) relata que essa situação perdurou até a chegada dos Tudors, no século XV, pois os reis não tinham recursos para investir

em uma tomada de todo o território da Irlanda; enquanto isso, os normandos foram estabelecendo relações e acordos com os nativos irlandeses.

Boyce (2004, p. 30) afirma que, embora a Irlanda estivesse teoricamente sob domínio de uma única soberania, na realidade o país era governado por dois sistemas: o dos reis nativos e o sistema feudal nos territórios sob domínio normando, o que culminou na dicotomia ‘nativo’ e ‘colonizador’, ou ‘celtas’ e ‘estrangeiros’, que perdurou ao longo do curso da história do país.

Essa divisão era por vezes sutil, e não era racial, segundo Boyce (2004, p. 30-31), uma vez que os casamentos e a adoção de costumes uns dos outros fizeram da sociedade irlandesa algo muito mais complexo do que essas dicotomias poderiam sugerir. Porém, num dado momento, a tensão entre os grupos começou a crescer e os administradores ingleses, temendo as consequências dos laços culturais entre nativos e colonos, estabeleceram uma série de estatutos que foram desde a proibição da união matrimonial entre os grupos até a restrição da vestimenta dada como “irlandesa” aos nativos.

Boyce (2004, p. 30) defende que os eventos do século XII foram significativos para a tradição nacionalista da Irlanda, mas que não se resumem ao começo de um processo de resistência contra os ingleses que perduraria de 1171 a 1921, pois essa luta não poderia ser resumida a dois “lados”.

Na virada do século XII para o XIII, o sucessor de Henrique II da Inglaterra, seu filho João, anexou a Irlanda ao reino da Inglaterra. No ano de 1264, a Irlanda ganhou seu primeiro parlamento, contudo sem representação gaélica alguma até a época de Henrique VIII, mais de duzentos e cinquenta anos depois, ainda assim, contando somente com a participação de senhores gaélicos elevados à nobreza (BOYCE, 2004, p. 32-33).

No século XIII, os primeiros movimentos de resistência à dominação inglesa começaram a tomar forma. Uma vez que os irlandeses que não tivessem ligação sanguínea ou cultural com os ingleses foram excluídos da vida política do país e o comando total da Inglaterra não estar espalhado por todo o território da ilha, as investidas pela derrubada do governo foram possibilitadas.

Apesar de ao longo do século os normandos terem absorvido muitas das características culturais do povo irlandês, estabelecendo assim laços complexos, eles se sentiram no direito de governar o país, por terem sido os primeiros ingleses a chegarem ao local. Esse grupo, os anglo-irlandeses como agora são chamados, apesar dos vários traços em comum com os nativos, muitas

vezes quase indistinguíveis, já aspiravam governar suas áreas vizinhas em nome do governo inglês, porém mais tarde essa dependência deixou de significar lealdade à Coroa inglesa (BOYCE, 2004, p. 33-40).

No século XIV, mais precisamente no ano de 1341, um estatuto definia que a administração de propriedades exercida por anglo-irlandeses, ou seja, ingleses nascidos na Irlanda, fosse transferida para ingleses vindos da Inglaterra. Tal distinção causou revolta nos senhores anglo-irlandeses, que pressionaram o rei, fazendo com que o estatuto fosse revogado dois anos depois (BOYCE, 2004, p. 33).

Entre sucessivos conflitos, os estatutos que impediam a união entre nativos irlandeses e anglo-irlandeses não foram respeitados e, ao deixar de falar o francês normando e o inglês para falar o gaélico, o anglo-irlandês não alterou sua aparência física, mas alterou seu interesse político e sua lealdade para onde residiam suas aspirações diárias e sua família (BOYCE, 2004, p. 36-37).

Com isso, o monarca inglês se viu obrigado a expandir seu poder militar, principalmente para áreas a oeste da Ilha, onde o clero católico exercia grande influência. Além disso, foram efetivadas medidas políticas mais rígidas, onde “qualquer ato, lei ou decreto de qualquer espécie, que fosse tomado pelo parlamento irlandês, deveria passar por aprovação dos governantes ingleses” (VIEIRA, 2015, p. 33).

Apesar do investimento feito pela Coroa contra as manifestações de resistência, as coisas não seguiam muito prósperas na Inglaterra, que também enfrentava problemas políticos internos, o que acabou fazendo com que tivessem que ceder parte de sua autoridade para as famílias anglo-irlandesas, ainda no século XIII. Lembrando que essas famílias viviam em comunhão com os costumes da cultura celta, em proximidade com o povo nativo.

A Escócia já estava em guerra com a Inglaterra e, na tentativa de buscar aliados, no início do século XIV, Eduardo Bruce da Escócia, convocou os irlandeses para que a Irlanda e a Escócia lutassem lado a lado contra os ingleses em nome de sua antiga liberdade. Tanto irlandeses gaélicos como líderes anglo-irlandeses de Ulster se associaram à causa, evidenciando a fraqueza da autoridade do governo inglês. Até o fim da Idade Média, nenhuma outra tentativa de união entre as duas nações ocorreu, porém a invasão de Bruce possibilitou que os irlandeses nativos recuperassem terras, de modo que o governo, já abalado financeiramente, não foi capaz de manter o grau de controle que havia alcançado no século XIII. No curso dos dois séculos seguintes, a

Irlanda viu a possibilidade de um padrão de desenvolvimento totalmente diferente, a partir de um "renascimento gaélico" (BOYCE, 2004, p. 37-38).

Esse conjunto de movimentos, junto da proximidade de costumes entre anglo-irlandeses e gauleses, abriu caminhos para o movimento de restauração do passado céltico irlandês, que por sua vez moldou os projetos nacionalistas que futuramente viriam a se consolidar, como veremos adiante no capítulo. A união pelo resgate do passado irlandês estendeu-se desde a recuperação de terras e a reconquista militar, de acordo com Boyce (2004, p. 38), até as manifestações literárias, como aponta Bruno Rafael de Lima Vieira (2015):

A Irlanda ganhava, dessa maneira, na literatura, a sua mais famosa caracterização, passando a ser representada como uma mulher com o nome de Éire, a Mãe-Terra ou Grande-Mãe. Alguns poetas, porém, não seguiram essa visão “romantizada”, representando o país como uma prostituta que havia se vendido aos ingleses. Ainda na Idade Média, ficaram comuns as baladas poéticas com viés épico que serviam como alegoria política... (VIEIRA, 2015, p. 35-36).

Em 1394, o rei Ricardo II esteve na Irlanda, a fim de controlar a situação e submeter novamente os senhores gaélicos ao seu poder. No entanto, após sua partida, seu assentamento ruiu e, numa segunda investida, não obteve o mesmo sucesso, tendo seus inimigos provado força (BOYCE, 2004, p. 38).

O século XIV foi marcado por conflitos e disputas de poder: a Coroa Britânica ainda controlava de fato uma pequena área próxima a Dublin, conhecida como *The Pale*, apesar de teoricamente o país todo ser governado segundo as leis dos ingleses (EDWARDS, 2005, p. 76).

De acordo com McDowall (1989, p. 43), o século XIV foi um período desastroso para a Inglaterra e para a Europa em geral, devido às pestes que se alastraram. Além disso, o país enfrentava uma guerra contra a França desde 1330, uma guerra contra os escoceses, além de que também lutava para manter o controle sobre o País de Gales e a Irlanda, que já buscavam sair do domínio inglês.

Os normandos, ou anglo-irlandeses, haviam estabelecido divisões políticas básicas, pressionando os nativos para áreas mais pobres, conforme discorre Edwards (2005, p. 76-77). Boyce (2004, p. 38), por sua vez, afirma que apesar dessas divisões, que mantinham irlandeses nativos fora das áreas autônomas dos anglo-irlandeses, e de seus esforços para evitar a assimilação cultural, muitos deles chegavam até a admirar os costumes gaélicos.

Boyce (2004, p. 39) alega ainda que os próprios anglo-irlandeses se reconheciam como uma espécie de nação intermediária, misturada com o irlandês nativo, porém nunca de origem irlandesa, tendo essa divisão se estendido à igreja onde as dioceses eram divididas em duas regiões culturais, privilegiando os anglo-irlandeses. Contudo, na segunda metade do século XIV, com o declínio do poder inglês, representantes religiosos anglo-irlandeses foram obrigados a aprender o inglês, enquanto os gaélicos foram excluídos da atuação nas casas religiosas de domínio inglês.

Em resumo, a autoconsciência anglo-irlandesa, que impediu sua assimilação no mundo político gaélico, foi reforçada pela posição especial que ocuparam na Irlanda do século XV, ou seja, apesar da assimilação de costumes, língua e até mesmo vestimentas entre anglo-irlandeses e gaélicos no decorrer dos séculos XIII, XIV e parte do XV, ainda que com alguma resistência — principalmente neste último período, os anglo-irlandeses não tinham motivos para assimilar também as causas políticas contra a dominação inglesa, uma vez que possuíam privilégios e certa autonomia junto à Coroa inglesa.

A Irlanda emergiu da Idade Média sem um mito unificador central e com a forte distinção entre nativos e colonos, mesmo com a assimilação cultural, casamentos entre si e alianças temporárias por conveniência política (BOYCE, 2004, p. 42).

### **Católicos *versus* Protestantes: uma nação dividida**

#### **SÉCULO XVI**

A Guerra das Rosas, como veio a ser chamada mais tarde, foi a disputa pelo trono entre as principais casas da nobreza da Inglaterra: os Lancaster e os York. Em 1485, após trinta anos de disputas, Henrique Tudor, duque de Richmond e de sangue galês, reivindicou o trono da Inglaterra e foi coroado no campo de batalha onde derrotou o então rei Ricardo III (MCDOWALL, 1989, p. 55).

O rei Henrique VII, fundador da dinastia Tudor (1485-1603), determinou que apenas a Coroa teria um exército armado, fortalecendo sua autoridade, e investiu também no comércio, estimulando a economia. Desde essa época, a população já estava descontente com a forma com que a igreja regia suas propriedades e seus trabalhadores, além da insatisfação em relação aos impostos que tinham que pagar (MCDOWALL, 1989, p. 67-68).

Também descontente com o poder e riqueza da Igreja Católica, Henrique VIII, sucessor do primeiro rei Tudor, rompeu com o Papa e se iniciou um grande período histórico que também influenciou profundamente a história da Irlanda.

De acordo com grande parte dos historiadores, dentre eles nossos eleitos Boyce e McDowall, o rompimento de Henrique VIII com a Igreja Católica não se resume a uma causa religiosa. Estavam envolvidos também fatores políticos e diplomáticos. Segundo McDowall (1989, p. 69), Henrique VIII estava descontente com o poder da Igreja, que possuía muitas terras e propriedades e, por ser uma organização internacional, não podia ser controlada por ele, além de que as taxas pagas à ela afetavam a renda da Coroa. Dadas essas colocações, vem o polêmico desejo de Henrique em se divorciar de sua então esposa Catarina de Aragão, que não tinha tido nenhum filho para ser o herdeiro do trono. Henrique tentou persuadir o Papa, mas o rei da Espanha, Carlos V, que era também sobrinho de Catarina, era mais influente, o que forçou o rei inglês a romper com a Igreja.

Gaston (2015) afirma que os países rivais da Inglaterra, como a França e a Espanha, viram a Irlanda como seu calcanhar de Aquiles — já que a Europa se via dividida entre os estados católico e protestante, tentando jogar a população irlandesa contra os governantes ingleses.

Apesar de o controle sobre as terras irlandesas estar dividido entre os ingleses, anglo-irlandeses e senhores gaélicos, os Tudors enfrentaram várias revoltas pelo país. O contexto foi o seguinte, nas palavras de Vieira (2015):

Os primeiros sinais de reais mudanças na escalada do poder inglês no território irlandês tomam forma quando Henrique VIII é nomeado, em 1541, “Rei da Irlanda”. Antes, o monarca tinha o título de “Senhor da Irlanda”. Com essa medida, foi formalizada a unificação dos dois países. Algumas famílias Anglo-Irlandesas que ainda resistiam ao governo inglês cederam à pressão com a concessão de títulos doados pela Coroa. Os ingleses, porém, tinham rivais que precisavam controlar, os Líderes Gaélicos (*Gaelic Lords*), que eram considerados “inimigos do Estado” (VIEIRA, 2015, p. 36-37).

Durante os três séculos que se passaram desde a chegada dos normandos, os irlandeses-gaélicos ainda viviam em seu próprio sistema, falando sua língua e praticando sua religião assim como seus antepassados. Porém, os Tudors se tornaram uma ameaça à sua independência, o que resultou numa inimizade mais hostil por parte dos senhores gaélicos.

Segundo Boyce (2004, p. 48), até o século XVI, as rebeliões contra o sistema dominador inglês não pretendiam inaugurar mudanças no país, mas manter as coisas como estavam; a Revolução Irlandesa (*Irish Revolution*) que se iniciou entre 1541 e 1543 não foi obra de anglo-

irlandeses nem tampouco dos nativos rebeldes, mas sim do governo inglês que pretendia remodelar a sociedade irlandesa, de forma a obter mais controle.

Primeiro, o rei inglês teve seu título de Senhor da Irlanda elevado para Rei da Irlanda, por força do parlamento irlandês. Para dar significado a seu título, Henrique VIII precisou buscar uma forma diferente de se relacionar com os habitantes, tanto anglo-irlandeses como nativos. Esse processo iniciou-se com a instauração de uma lei em que os grandes senhores gaélicos entregariam suas terras para o governo inglês para então recebê-las de volta como um feudo da Coroa, e passá-las futuramente para o filho mais velho, de acordo com o costume inglês.

O objetivo do rei inglês era introduzir novos costumes e criar uma relação de obediência por parte da população irlandesa, porém os anglo-irlandeses interessados em provar sua lealdade à Coroa demandavam controle sobre os nativos, e os nativos, por sua vez, entraram em conflito entre si, uma vez que nem todos os senhores de terras foram submetidos à nova lei, o que acabou levando à construção de fortes em áreas de domínio gaélico bem como a separação do *The Pale* do restante do país (BOYCE, 2004, p. 49).

Para McDowall (1989, p. 76), não fossem as ameaças externas de países católicos, os Tudors poderiam ter deixado de tentar controlar a Irlanda, mas a Europa católica viu ali um ponto estratégico de onde atacar os ingleses. Quando o rei inglês Henrique VIII percebeu que essa poderia ser sua grande fraqueza, ele iniciou uma política chamada “*Plantation*” (Plantação), que perdurou até o reinado de seus filhos. Nesse sistema, os irlandeses nativos eram expulsos de suas terras e substituídos por ingleses; porém, como o número de colonos era bem inferior ao de nativos, eles estavam em desvantagem para se defender dos nativos expulsos, de forma que o sistema não foi tão efetivo a princípio. As plantações posteriores, porém, como a de Ulster que se iniciou em 1609, sob o comando do rei inglês Jaime I, contaram com colonos vindos da Escócia, que também se encontrava sob o reinado de Jaime I (GASTON, 2015).

Said (2011, p. 270) afirma que a história da servidão colonial é inaugurada para o nativo quando ocorre a perda de seu lugar para o estrangeiro, então, a partir daí, é preciso que ele busque recuperar sua identidade geográfica, ainda que devido à presença desse estrangeiro colonizador essa terra só possa ser recuperada pela imaginação.

De acordo com Boyce (2004, p. 46-50), a religião é certamente um fator determinante na nacionalidade irlandesa, mas até meados do século XVII não era uma força potente para a união

política entre os irlandeses, ainda que tivessem tentado usá-la com tal propósito, por não haver então outro princípio unificante possível, dada a relação entre nativo e colono da sociedade.

O parlamento irlandês aceitou a legislação eclesiástica de Henrique VIII de 1536 e 1537, o que levou alguns padres e frades a encorajarem uma invasão ao *The Pale*, porém entre gaélicos e anglo-irlandeses tais discursos tiveram pouco impacto, uma vez que a população não estava em posição de resistência ao monarca inglês (BOYCE, 2004, p. 51).

Neste mesmo período, o País de Gales estava sob total comando da Inglaterra: o inglês tornou-se a única língua oficial, galeses foram incluídos no parlamento e o território foi organizado como nos condados ingleses. Além disso, a língua nativa pôde permanecer apenas na Bíblia, o que se tornou a base da sobrevivência da língua céltica galesa (MCDOWALL, 1989, p. 76).

Boyce (2004, p. 51) aponta que os anglo-irlandeses não ficaram muito contentes com a reforma religiosa de Henrique VIII por se tratar de uma instituição eclesiástica sem o Papa, mas como sua condição privilegiada, bem como seus costumes, dependiam da Coroa, eles aceitaram lealmente a nova legislação. Por outro lado, ainda segundo o autor, a situação política ainda era instável.

Na Inglaterra, os sucessores de Henrique VIII chegaram a perseguir e executar ora católicos ora protestantes, dada a instabilidade religiosa no país durante os reinados de Eduardo IV, protestante como o pai e muito ligado à religião como forma de poder; Maria, católica como a mãe divorciada do pai; e Elizabeth I, protestante, porém ligada à prosperidade do comércio como o avô Henrique VII (MCDOWALL, 1989, p. 72-73).

Na Irlanda, a situação se desenvolveu de uma forma um pouco diferente. No século XVI, durante o reinado de Elizabeth I, poucos esforços persuasivos e mais esforços militares estavam sendo empregados para promover a reforma religiosa, já que era mais urgente para a Coroa afirmar sua autoridade política, especialmente nas áreas gaélicas. Enquanto isso, um comissário do papa, David Wolfe, iniciou a missão de dar uma forma mais administrativa para a Igreja Católica na Irlanda, mas seu apelo não era político e sim espiritual, uma vez que o Papa tinha esperanças de que a rainha inglesa voltaria para a fé católica, sem necessidade de um conflito direto (BOYCE, 2004, p. 52-53).

Pelas palavras de Boyce (2004), podemos ilustrar a posição dos anglo-irlandeses diante da situação da Reforma:

Os anglo-irlandeses enfrentaram o problema que sempre esteve implícito na política Tudor: se o governo não os considerasse uma parte essencial de sua política "avançada", então eles teriam mais dificuldade em manter a parte inglesa de sua política e identidade cultural. O governo enfrentou as consequências de sua atitude para com os anglo-irlandeses: se já não os via como a elite colonial dominante, então de que adiantava gastar tempo e dinheiro tentando convertê-los à nova religião? (BOYCE, 2004, p. 52, tradução da autora<sup>19</sup>)

A elite anglo-irlandesa foi posta de lado e a nova elite da Rainha Elizabeth I, com a dissolução das ordens religiosas na Irlanda, se beneficiou tanto quanto os anglo-irlandeses, outrora normandos enviados em nome da Coroa Britânica (BOYCE, 2004, p. 52).

Tendo em vista que os anglo-irlandeses já não eram mais distintos fisicamente e que, muitas vezes eram diferenciados também em termos de hábitos e costumes, os ingleses podem tê-los considerado bárbaros e selvagens, dentre outras razões, pelo fato de eles terem adotado a língua céltica em decorrência das uniões matrimoniais com irlandeses nativos. Em contraste com a maioria, anglo-irlandeses da região de *The Pale* mantiveram seus costumes mais próximos de sua origem. Segundo Boyce (2004, p. 55), porém, quando levada em consideração a religião que representavam, podem ter sido colocados no mesmo patamar que os demais, já que na realidade não “compreendiam” do que se tratava sua prática.

Na verdade, mais do que isso, a população irlandesa era considerada uma ‘raça inferior’ pelo ponto de vista do colonizador e, portanto, precisava ser ‘civilizada’, como discorre Boyce (2004):

O argumento era, sem dúvida, circular e autojustificativo: a colonização e conquista de um país e de seu povo bárbaro podiam ser justificados com o fundamento de que, se o país não fosse bárbaro, não precisaria de colonização; o próprio fato de estar sendo colonizado era prova de sua barbárie; e sua barbárie era mais uma prova da necessidade de colonizá-lo. Mas havia muitos aspectos da sociedade irlandesa como a prevalência de rixas, a desordem, a prática religiosa não ortodoxa, e até mesmo a vestimenta a aparência das pessoas, que davam testemunho genuíno de um país em um estágio inferior de civilização. (BOYCE, 1996, p. 55, tradução da autora<sup>20</sup>)

---

<sup>19</sup> The Anglo-Irish faced the problem which had always been implicit in Tudor policy: if the Government failed to regard them as an essential part of its ‘forward’ policy, then they would find it more difficult to retain the English part of their political and cultural identity. The Government faced the consequences of its attitude to the Anglo-Irish: if it no longer perceived them as the essential ruling colonial élite, then what was the point in spending time and money attempting to convert them to the new religion? (BOYCE, 2004, p. 52)

<sup>20</sup> The argument was, undoubtedly, a circular and self-justifying one: colonization and conquest of a barbarous country and people could be justified on the grounds that if the country were not barbarous, then it would not need colonization; the very fact that it was being colonized was proof of its barbarity; and its barbarity was further proof of the need to colonize it. But there were many aspects of Irish society—the prevalence of the feud, the disorder, the unorthodox religious practice, even the dress and appearance of the people—which bore genuine witness of a country in a lesser stage of civilization. (BOYCE, p. 55)

Em 1575, um importante passo para a colonização foi dado: os ingleses ficaram cara a cara com os senhores gaélicos que, ao se recusarem a fazer quaisquer acordos, foram considerados irracionais e bárbaros (BOYCE, 2004, p. 54). Considerados também como bárbaros e incivilizados pelos novos oficiais ingleses, religiosos e colonos, os anglo-irlandeses foram excluídos da possibilidade de ter funcionado como uma estrutura administrativa para manter obedientes os irlandeses e anglo-irlandeses "degradados" e forçá-los eventualmente a submeter-se à lei inglesa, ou seja, a Irlanda poderia ser governada por sua classe colonial com um mínimo de tropas governamentais se a Coroa inglesa tivesse considerado essa situação (BOYCE, 2004, p. 54).

Para Boyce (2004), o que realmente estabeleceu a relação entre Irlanda e a Inglaterra não foi a Reforma Protestante, mas sim a colonização inglesa:

A Irlanda sob os Tudors era considerada parte de um "império", que é uma coleção heterogênea de pessoas (irlandeses, galeses, ingleses) vivendo sob o governo de um único monarca; e não havia nada de incomum em um conjunto de pessoas com uma cultura ou língua diferente vivendo sob tal sistema, desde que houvesse um reconhecimento mútuo dos direitos da elite governante, por um lado, e os do rei, do outro e não apenas as elites dominantes deviam ser cuidadas (BOYCE, 2004, p. 54, tradução da autora<sup>21</sup>).

No entanto, a religião cunha a distinção entre anglo-irlandeses e irlandeses e, posteriormente, entre irlandeses em geral e ingleses a partir do momento em que, ainda de acordo com Boyce (2004, p. 56), o catolicismo em sua forma irlandesa torna-se o emblema da raça inferior; colocando naturalmente o protestantismo como a religião da raça superior, civilizadora e colonizadora — uma vez que os anglo-irlandeses receberam também a marca do catolicismo irlandês inferior, daí seu agrupamento junto dos irlandeses nativos como parte da raça irlandesa inferior. A princípio, os anglo-irlandeses, de forma geral, seguiram a Reforma Protestante, mas isso não foi o suficiente para continuarem sendo vistos como elite privilegiada na Irlanda, portanto, os ingleses encontraram outra forma para colocá-los no mesmo patamar dos nativos: seus costumes. Afinal, depois de quatro séculos, ficava cada vez mais distante a identidade “inglesa” dos anglo-irlandeses, outrora normandos.

---

<sup>21</sup> Ireland under the Tudors was considered part of an ‘empire’, that is a heterogeneous collection of people (Irish, Welsh, English) living under the rule of a single monarch; and there was nothing unusual about a set of people with a different culture or language living under such a system providing there was a mutual recognition of the rights of the ruling élite on the one hand, and those of the king on the other and not only ruling élites were to be cared for. (BOYCE, 2004, p. 54)

## O alvorecer do Nacionalismo Irlandês

Os anglo-irlandeses viram na religião católica, de acordo com Boyce (2004, p. 57), o único elo possível com os irlandeses nativos, para que pudessem forjar uma aliança política e talvez manter sua identidade como inglês de sangue. No período de 1569 a 1579 alguns nomes representaram as tentativas de reunir a população contra o domínio inglês, mas não ganharam notoriedade, tampouco popularidade: “a religião não poderia unir os anglo-irlandeses em uma causa comum, muito menos os anglo-irlandeses e os gaélicos irlandeses”. (BOYCE, 2004, p. 58, tradução da autora<sup>22</sup>).

Enquanto isso, dentro do sistema gaélico também surgiram movimentos reacionários à colonização, como as obras dos bardos que passaram a ter caráter político em prol da luta pela existência nacional da Irlanda e a poesia que refletia o caráter selvagem da guerra racial travada entre o gaélico e o inglês no final do período Tudor, segundo Boyce (2004, p. 60). Esses conflitos se intensificaram ao longo das décadas, culminando no surgimento de movimentos de resistência mais articulados, tanto entre os nativos como entre anglo-irlandeses.

A Guerra dos Nove Anos ou Rebelião de Tyrone (1593-1603), liderada por Hugh O’Neill, baseada no sentimento racial gaélico e na afirmação de direitos históricos dos chefes irlandeses, proporcionou uma maior articulação entre eles, e a noção de uma luta nacional contra o domínio inglês acabou se tornando parte da vida política da Irlanda, inclusive dos anglo-irlandeses (BOYCE, 2004, p. 64).

Boyce (2004, p. 64) critica que mesmo os rebeldes dessa época eram elitistas, já que a maior parte da população estava alheia aos processos políticos em situações de submissão. Dessa forma, o autor defende que, tendo as rebeliões obtido sucesso, a Irlanda seria aristocrática.

## SÉCULO XVII

Logo no início do século XVII, as terras de Ulster haviam sido confiscadas pela Coroa após os proprietários, os rebeldes *Earls* de Tyrone e Tyrconnell, fugirem com suas famílias para o

---

<sup>22</sup> “Religion could not unite the Anglo-Irish in a common cause, let alone the Anglo-Irish and the Gaelic Irish.” (BOYCE, 2004, p. 58)

continente. Esse evento ficou conhecido como o Voo dos *Earls* (1607) “para longe de seus territórios, que eram a única parte da ilha a ter resistido aos ingleses e à anglicização, [e] representou para muitos a morte do antigo sistema gaélico na Irlanda.” (GASTON, 2015).

Boyce (2004) afirma que nesse período era comum que os novos colonos considerassem todos os irlandeses como católicos e todos os católicos como irlandeses, sem a distinção entre anglo-irlandeses e nativos. Portanto, eles foram colocados no mesmo patamar inferior pelos ingleses colonos:

Os gaélicos e os anglo-irlandeses se viram sob crescente pressão política, legal e econômica, vivendo em uma época incerta e turbulenta: seus títulos e posições desafiadas, suas liberdades e sua antiga herança política minadas por um governo centralizado e sua religião considerada com crescimento antipatia e suspeita por parte dos novos funcionários e colonos precisamente porque era a religião deles, e não a religião dos novos ingleses (BOYCE, 2004, p. 56, tradução da autora<sup>23</sup>).

Logo no início do século XVII, Jaime VI da Escócia tornou-se Rei da Inglaterra, sucedendo Elizabeth I. O novo rei procedeu com a política de sua antecessora e colonizou Ulster, a parte norte da Irlanda, principalmente com fazendeiros vindos do sul da Escócia. Segundo McDowall (1989, p. 90), os católicos irlandeses foram expulsos das terras e mesmo aqueles que haviam trabalhado para colonos protestantes foram substituídos por trabalhadores protestantes da Escócia e da Inglaterra.

Em 1641, durante o reinado de Carlos I (1625-1649), afirma McDowall (1989, p. 90-93), a Irlanda explodiu em rebelião contra os colonos ingleses e escoceses, resultando na morte de mais de 3.000 pessoas, principalmente em Ulster. Nesta época, o então rei inglês estava em conflito com seu parlamento, e tanto a Irlanda como a Escócia haviam se rebelado, o que acabou resultando numa guerra civil na Inglaterra.

Na revolta, durante o encontro dos grupos em *The Pale*, o líder Rory O'More apelou para a religião como elo entre nativos e anglo-irlandeses. Àquela altura, tanto clérigos das faculdades católicas internacionais como anglo-irlandeses e irlandeses nativos identificavam a religião católica como a herança irlandesa, vendo os protestantes como uma calamidade comum para a nação (BOYCE, 2004, p. 81-82).

---

<sup>23</sup> “Gaelic and Anglo-Irish alike found themselves under increasing pressure, political, legal and economic, living in an uncertain and turbulent time: their titles and rank challenged, their liberties and their ancient political heritage undermined by centralized government, and their religion regarded with growing dislike and suspicion by the new officials and settlers precisely because it was their religion, and not the religion of the New English” (BOYCE, 2004, p. 63).

Boyce (2004, p. 81) afirma que esse conceito de uma nação irlandesa católica unida não foi inventado na ocasião da rebelião, mas os eventos ocorridos neste ano certamente fortaleceram o que já vinha sendo postulado pelos próprios anglo-irlandeses desde o século XVI.

Nas negociações com o rei Carlos, os anglo-irlandeses mal inseriram as demandas dos irlandeses nativos, o que levou a conflitos entre os grupos, evidenciando para os gaélicos que os anglo-irlandeses haviam se apropriado da rebelião para seus fins próprios, porém um fator externo selou novamente essa união abalada: a conquista Cromwelliana da Irlanda. (BOYCE, 2004, p. 83).

Os interesses do parlamento inglês e do rei já estavam em divergência há algum tempo, de tal modo que, quando Carlos I propôs reunir um exército para controlar os rebeldes vizinhos, o Parlamento temeu que ele usasse esse mesmo exército para assumir total controle sobre a Inglaterra. Numa sucessão de conflitos, o rei acabou preso em 1645 e, quatro anos depois, foi executado sob a sentença de traição contra o reino e o Parlamento. McDowall (1989, p. 92) aponta que a maior parte dos ingleses queria o rei de volta ao trono, mas um grupo de puritanos, que eram comandantes do exército, estava determinado a se livrar do rei. Com isso, a Inglaterra foi uma República de 1649 a 1660.

Durante esse período, o filho de Carlos I, reconhecido pelos seus aliados escoceses como Carlos II, lutou contra o exército do Parlamento, mas foi derrotado e escapou para a França, e a Escócia foi dominada pelos ingleses novamente. Na Irlanda, sob o comando de Oliver Cromwell, líder do Parlamento, o exército inglês tomou as cidades de Drogheda e Wexford em 1649, resultando na morte de mais de 6.000 irlandeses, como forma de punição pelas mortes dos protestantes na rebelião de 1641 (MCDOWALL, 1989, p. 93).

Além disso, Boyce (2004, p. 85) diz que os ingleses estavam obcecados com a ideia da culpa coletiva dos irlandeses pelas atrocidades da rebelião de 1641 e, portanto, fazia mais sentido punir os culpados do que perder tempo convertendo-os à verdadeira religião. De qualquer maneira, já não parecia mais valer a pena empreender uma conversão em massa dos católicos, uma vez que a religião protestante era a marca de um *status* político e social superior. Então, em 1652, o Parlamento inglês aprovou um Ato de resolução que, na verdade, dividia o povo da Irlanda entre "protestantes ingleses" e "papistas<sup>24</sup> irlandeses".

---

<sup>24</sup> Termo usado pelos protestantes para designar católicos romanos.

Em 1658, Cromwell morreu, mas seu filho não foi capaz de dar sequência ao seu governo republicano da forma como os comandantes militares desejavam, até que um deles marchou para Londres no ano de 1660 convidando Carlos II para subir ao trono, e com isso foi restituído o sistema monárquico anulando, portanto, as leis do governo de Cromwell (MCDOWALL, 1989, p. 93).

Carlos II, como mostra McDowall (1989, p. 93-94), foi mais cauteloso que seu pai, apesar de compartilhar do sentimento de soberania divina que deveria ser atribuída ao rei. Ele concedeu cargos privilegiados a parlamentares e puniu somente os que tiveram envolvimento direto na morte de seu pai. Além disso, o rei procurou manter a paz entre os diferentes grupos religiosos, permitindo que grupos de puritanos e católicos que não aprovavam a Igreja Anglicana reunissem-se livremente, o que gerou uma preocupação para os parlamentares, que já temiam que o rei se tornasse católico e temiam mais ainda que seu irmão católico Jaime assumisse o trono após sua morte.

Em 1685, Jaime II se tornou rei após a morte de seu irmão e tentou trazer a Igreja Católica de volta à Inglaterra, levando o Parlamento a buscar o apoio da filha protestante de Jaime, Maria, que era casada com o também protestante governante da Holanda, Guilherme de Orange. Em 1688, Guilherme chegou a Londres e se tornou rei, marcando o início do que ficou conhecido como a Revolução Gloriosa (MCDOWALL, 1989, p. 95). Neste mesmo período o Parlamento Inglês tornou-se o poder supremo, por meio da Declaração de Direitos de 1689, significando que o poder da monarquia estava subjugado aos parlamentares. Em 1701, foi definido que somente um protestante poderia herdar a Coroa no Decreto de Estabelecimento, que permanece até os dias atuais (MCDOWALL, 1989, p. 96).

Na Irlanda e na Escócia, a remoção de Jaime II do trono não foi bem aceita. A Escócia, que tinha então um sistema de leis à parte da Inglaterra, bem como a liberdade legal de escolher seu próprio rei, representava para os ingleses o risco de ter como vizinho um rei católico novamente. Com isso, o Parlamento inglês limitou o comércio escocês até que, em 1707, por meio de um ato, foi instaurada a união das duas nações, dando-se o início do estado da Grã-Bretanha. Contudo, a Escócia ainda manteve seu próprio sistema legal e jurídico, além da própria igreja (MCDOWALL, 1989, p. 96).

Em 1689, na esperança de recuperar seu trono, Jaime desembarcou na Irlanda com o apoio da França, e um parlamento católico em Dublin definiu que as terras fossem retiradas do

domínio de protestantes em todo o país (MCDOWALL, 1989, p. 97). Esse parlamento, embora existisse desde tempos medievais, era até então subordinado à Coroa Britânica (GASTON, 2015).

Esperando apoio dos colonos de Ulster, já que eram monarquistas — e Jaime era o rei legítimo, o exército chegou a Londonderry. Porém, cerca de 30.000 protestantes se trancaram na cidade, chamada de Derry pelos católicos, até que em 1690 o rei Guilherme derrotou Jaime, perto do rio Boyne, que por sua vez partiu para a França definitivamente (GASTON, 2015).

As tentativas de restituir Jaime II ao poder, que duraram de 1688 a 1746, ficaram conhecidas mais tarde como a Guerra dos Jacobitas, e sua derrota em 1690 ficou conhecida como a Batalha de Boyne, que para muitos representou a vitória do Protestantismo sobre o Catolicismo (MCDOWALL, 1989, p. 97).

A Guerra dos Jacobitas perdurou até 1746, devido às tentativas de restituir os Stuarts ao poder, posteriormente com Jaime III, filho do rei deposto em 1688.

## **SÉCULO XVIII**

Quando a rainha Ana da Grã-Bretanha, última dos Stuart, faleceu em 1714, alguns conservadores cogitaram de o filho de Jaime II assumir o trono, contanto que ele se convertesse ao protestantismo, porém essa não era sua intenção. Jorge de Hanôver, na Alemanha, que era o parente protestante mais próximo de Ana, assumiu o trono. Em 1715, ele foi desafiado por Jaime III, mas seu exército derrotou com facilidade os ingleses e escoceses jacobitas, ou seja, aqueles a favor da linhagem Stuart (MCDOWALL, 1989, p. 107-108).

Em 1746, a Guerra Jacobita chegou ao fim com a derrota de Carlos, filho de Jaime III, que marchou para a Inglaterra, vindo da Escócia. As consequências foram duras para os escoceses envolvidos na rebelião: os animais e as fazendas foram queimados e, além disso, sua vestimenta tradicional, bem como a gaita de fole, foram proibidas, de modo que aqueles que não cumpriam a lei eram mortos (MCDOWALL, 1989, p. 113).

A Inglaterra vivenciou no século XVIII um período de grande riqueza: tornou-se a marinha mais poderosa do mundo e superou a França no desenvolvimento do comércio. Nessa época, quem tomava as decisões eram os ministros do rei e o Parlamento, sendo o mais famoso deles Robert Walpole, que permaneceu como o maior líder político por mais de vinte anos (MCDOWALL, 1989, p. 108). Basicamente, os limites para a monarquia eram: o rei não poderia

ser católico, o rei não poderia remover ou modificar leis, o rei dependia do Parlamento para sua renda financeira e para seu exército (MCDOWALL, 1989, p. 108).

Em 1756, a guerra contra a França explodiu novamente e, três anos depois, a Inglaterra tomou Quebec no Canadá. Além disso, o controle do comércio na Índia também foi favorecido devido à derrota da França. Alguns anos mais tarde, porém, a ascensão de Jorge III ao trono mudou o curso da história: o rei fez as pazes com a França em 1763 (MCDOWALL, 1989, p. 108).

Jorge foi o primeiro descendente da casa de Hanôver a nascer em solo inglês e, ao contrário de seus antecessores, possuía interesse em uma maior autonomia para escolher seus próprios ministros e, portanto, governar o império. O Parlamento era composto por um número reduzido de representantes e somente cidadãos que tinham uma determinada renda podiam votar, o que significava que a política era realizada por uma minoria aristocrática.

É nesse contexto que surge uma figura notória: John Wilkes. Mesmo sendo membro do Parlamento, ele não concordava com a forma com que a Inglaterra vinha sendo governada e acreditava que todos tinham o direito de discutir política. Quando Jorge III fez as pazes com a França, não comunicou sua aliada, a Prússia, que permaneceu na luta contra os franceses. Wilkes então usou um jornal para publicar uma crítica ao governo, o que acarretou em sua prisão. Porém, o rei e seu Parlamento não estavam acima da lei, e isso foi provado com a absolvição de Wilkes na corte, inaugurando um novo pensamento político comum na Inglaterra (MCDOWALL, 1989, p. 111).

Segundo McDowall (p. 111), o número de jornais aumentou entre 1750 e 1770 e o alcance das notícias e informações fez com que a população se articulasse para reivindicar direitos básicos junto ao Parlamento. No século XVIII, a população comum inglesa estava distribuída basicamente em quatro classes: os mercadores mais abastados, mercadores e comerciantes comuns, artesãos qualificados e o grande número de trabalhadores que não tinham grandes habilidades (MCDOWALL, 1989, p. 114).

No final do século XVIII, o império britânico sofreu grandes perdas. Na colônia americana a tributação imposta pela Coroa gerou insatisfação, o que acabou culminando numa série de rebeliões que marcaram o processo de independência dos atuais Estados Unidos da América. A guerra na América durou de 1775 a 1783 e, de acordo com McDowall (1989, p. 112), deu força para os novos ideais de democracia e independência.

Na Irlanda, o apoio a Jaime gerou consequências para toda a população não protestante. Uma classe anglicana de proprietários de terras conhecida como *Protestant Ascendancy* (Ascendência Protestante), que atuou desde o século XVII até o início do século XX, levou o Parlamento irlandês a introduzir uma série de medidas políticas contra os nativos: as Leis Penais. Os católicos foram então proibidos de votar, ter educação formal, portar armas, comprar ou herdar terras de protestantes (GASTON, 2015).

Católicos não poderiam se tornar advogados, nem frequentar uma universidade, tampouco entrar para a marinha ou assumir qualquer posto público; além disso, as escolas católicas foram proibidas e, mesmo sendo maioria no país, os irlandeses católicos tornaram-se cidadãos de segunda classe (MCDOWALL, 1989, p. 113).

O próximo passo dos ingleses seria banir os bispos da Igreja de Roma de seus postos e obrigar os sacerdotes que permanecessem a jurar lealdade à Coroa, com a crença de que isso levaria a uma redução e então extinção dos católicos (GASTON, 2015).

Boyce (2004, p. 89-90) afirma que a perda da influência política dos anglo-irlandeses e dos gaélicos significou que os católicos da Irlanda, independentemente de sua origem diversa, passaram a se considerar herdeiros de uma tradição comum de espoliação, perseguição e derrota; foi então que o território e a religião tornaram-se centrais para essa experiência, que viria a ser a força motriz para o ressurgimento do nacionalismo do século XIX.

Gaston (2015) pontua que milhares de famílias irlandesas tradicionais escolheram o exílio, como os Condes de Tyrone e Tyrconnell haviam feito um século antes, devido às severas medidas contra os católicos; no entanto, muitas das leis discriminavam também os não anglicanos, dentre eles protestantes dissidentes e escoceses-irlandeses presbiterianos.

Os católicos começaram a responder às represálias por meio da criação de uma imagem negativa dos ingleses, apontando-os como bárbaros e invasores, com a formação de partidos políticos e distribuição de panfletos (VIEIRA, 2015, p. 39). Então, em 1770 as Leis Penais foram reformadas ou revogadas, numa tentativa de conciliação com os católicos (GASTON, 2015).

Em 1770, as leis mais severas contra os católicos foram revogadas, ainda que alguns grupos de protestantes, principalmente em Ulster na região norte, fossem contra qualquer liberdade concedida a eles (MCDOWALL, 1989, p. 113).

Ainda no século XVIII, foi dado um passo importante para o nacionalismo irlandês. Segundo Boyce (2004, p. 94), a natureza corrupta e não representativa do Parlamento irlandês,

juntamente com as leis penais, revelavam a xenofobia da Ascendência Protestante em relação aos irlandeses. Diferentemente dos anglo-irlandeses, outrora normandos, os novos colonos ingleses tinham o apoio do governo britânico e, portanto, conseguiram poder por meio das suas leis, que oprimiam e controlavam todo o território da Irlanda.

Porém, a guerra da Independência dos EUA que havia se iniciado em 1775 também influenciou os protestantes na Irlanda, e foi neste período que se iniciou o Nacionalismo Protestante. Os líderes desse movimento buscaram na Constituição Irlandesa as bases para suas demandas, alegando que, diferentemente da América, a Irlanda não era uma colônia e, portanto, deveria ter sua própria autonomia (BOYCE, 2004, p. 101-104). Seus argumentos eram de que a Irlanda possuía um parlamento e postos de justiça próprios e, portanto, era ‘anexada’ à Grã-Bretanha, não uma colônia (BOYCE, 2004, p. 111).

Tudo isso levantou questões a respeito dos herdeiros legítimos do governo. Boyce (2004, p. 105-106) coloca que era fácil manter uma fantasia de que os católicos haviam sido extintos da Irlanda, já que foram extintos da política graças à efetividade das Leis Penais. Com isso, os nacionalistas protestantes definiram como irlandês todo aquele que fosse anglicano nascido na Irlanda, portanto esse seria o legítimo cidadão irlandês apto para governar o país.

Segundo Gaston (2015), em 1775, o advogado irlandês Henry Grattan começou uma campanha para a reforma aliado aos Voluntários, uma milícia não oficial que tinha como objetivo defender o país e manter a ordem enquanto o exército britânico lutava contra os revolucionários americanos. Ainda que o grupo nunca tivesse desafiado o governo, a possibilidade de uma ameaça, caso suas exigências fossem ignoradas, serviu como estímulo para que a Coroa Britânica tomasse medidas cautelosas já que, somada a tudo isso, uma crise econômica atingiu principalmente Dublin em 1778, sem mencionar o risco de uma invasão francesa (BOYCE, 2004, p. 112). Em 1782, o Parlamento em Londres, acuado por eventos fora de seu controle, renunciou à sua posição superior e concedeu independência legislativa ao Parlamento de Dublin, como uma estratégia para evitar que a situação se agravasse no país (GASTON, 2015).

Boyce (2004, p. 118) alega que, entre o final do século XVIII e início do XIX, as contradições do nacionalismo protestante começaram a vir à tona, pois sua retórica se mostrava desigual diante da pluralidade que formava a sociedade irlandesa.

Os nacionalistas irlandeses não defendiam a teoria da constituição, como os nacionalistas protestantes, e tampouco se basearam na luta dos americanos pela independência, pois ainda que

ambos os territórios fossem colônias, seus objetivos eram diferentes: os americanos buscavam um novo modelo de regras, enquanto a Irlanda buscava a autonomia que vinha sendo negada por séculos (BOYCE, 2004, p. 111).

Na transição dos séculos, um novo movimento começou a tomar forma. Wolfe Tone se tornou a figura representante de um nacionalismo que se propunha a unir todas as classes irlandesas em nome da liberdade da nação.

Durante a década de 1790, inspirados pela Revolução Francesa (1789-1791), a Sociedade dos Irlandeses Unidos baseou-se no modelo francês para uma futura nação inclusiva (KEARNY, 2007, p. 37). O grupo se iniciou na região norte do país em 1792, de acordo com Hugh Kearney (2007, p. 64), mas logo ganhou adeptos por todo o território, inclusive nas áreas católicas — apesar de a maioria de seus fundadores ser protestante (GASTON, 2015). De acordo com McDowall (1989, p. 128), a Revolução Francesa gerou medo por toda a Europa e o governo britânico temia tanto que uma revolução se espalhasse por seus territórios que chegou a prender líderes radicais. Porém, em 1793 a Bretanha declarou guerra à França, depois de Napoleão ter invadido os países baixos, atualmente Holanda e Bélgica.

Aproveitando o contexto da guerra, os Irlandeses Unidos instigaram um levante em 1798, com a esperança de que fossem apoiados pelos franceses revolucionários, e chegaram a tomar a cidade de Wexford no sudoeste irlandês. Muitos acabaram mortos depois que o governo inglês retomou o controle da situação. O líder Tone cometeu suicídio antes da data de sua sentença de morte, tornando-se mártir e herói nacionalista (GASTON, 2015).

A rebelião de 1798 marcou, segundo Boyce (2004, p. 132), o início do fim do parlamento anglo-irlandês, mas não do nacionalismo protestante e de seus ideais.

## **SÉCULO XIX**

Marcando o início do século XIX, em 1801 a Irlanda foi unida à Grã-Bretanha e o parlamento de Dublin extinto, sob a promessa de que líderes católicos receberiam oportunidades iguais de voto. O Rei Jorge III e seus fiéis aliados protestantes não permitiram que a promessa fosse cumprida. Essa medida de união foi tomada para aumentar o controle, de modo que o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda permaneceu por 120 anos (MCDOWALL, 1989, p. 113).

Segundo Kearney (2007, p. 23-38), muitos católicos irlandeses que viram as Leis Penais gradualmente relaxarem desde a década de 1770 — como resultado da pressão do governo britânico sobre a Ascendência Protestante, estavam dispostos a aceitar a união; porém, dada a fundição do parlamento irlandês com o inglês, a Ascendência Protestante novamente emergiu com sua posição privilegiada.

Então, em 1823 Daniel O’Connell fundou uma nova Associação Católica, a fim de mobilizar católicos romanos em busca de seus direitos políticos (BOYCE, 2004, p. 138). No passado, a Associação Católica havia sido um grupo que marcou a organização política católica, com sua fundação em 1759 (BOYCE, 2004, p. 123).

Os apelos pelo restabelecimento de um parlamento irlandês vinham principalmente de católicos, aponta Gaston (2015), e seu principal líder foi Daniel O’Connell. Ele mobilizou camponeses e trabalhadores e seus comícios chegaram a ser vistos como ameaça à ordem pública. Em 1829, foi derrubada a restrição de católicos como membros do Parlamento e uma nova campanha foi iniciada por O’Connell, a *Home Rule*, que foi um período de tentativas de estabelecer um autogoverno regional na Irlanda, como era antes da Lei da União de 1800. O fato de que um católico podia então entrar no Parlamento aumentou o sentimento nacionalista irlandês (MCDOWALL, 1989, p. 149).

Vale ressaltar que nos primeiros anos do século XIX o nordeste da Irlanda começou a divergir economicamente do restante do país e, no curso do século, Belfast<sup>25</sup> se tornou uma das cidades industriais mais importantes das ilhas britânicas, enquanto as outras áreas permaneciam na agricultura (GASTON, 2015).

Segundo Boyce (2004, p. 401), a ideia de uma república secular, radical e democrática ganhou mais suporte dos presbiterianos do norte em 1790. Em 1798 nem todos os presbiterianos eram republicanos radicais. Boyce (2004, p. 402) afirma ainda que os nacionalistas do norte demoraram a se organizar, eleger uma liderança e reagir diante dos movimentos que estavam transformando o cenário político no restante da Irlanda. Desde o século XVII, quando colonos vindos da Escócia foram enviados pelo Rei Jaime I da Inglaterra para as terras de Ulster, o Presbiterianismo criou suas raízes no norte da Irlanda e, ainda que já no século XIX os nacionalistas fossem maioria no norte, os protestantes eram numerosos e tinham mais propriedades e influência política.

---

<sup>25</sup> Capital da atual Irlanda do Norte.

Daniel O'Connell, apesar de ter levado os protestantes em suas lutas políticas, tinha a visão nacionalista de que os católicos eram os irlandeses, propriamente ditos (BOYCE, 2004, p. 149).

### **Preservação da língua irlandesa**

Segundo Eric J. Hobsbawm (1989), desde o século XVIII a Europa já enfrentava uma crise nos velhos regimes. O autor afirma que, durante as últimas décadas, ocorreram muitas agitações políticas e movimentos anti-coloniais em busca de autonomia:

A quantidade de agitações políticas é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma “era da revolução democrática”, em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão. Na medida em que a crise do velho regime não foi puramente um fenômeno francês. (HOBSBAWM, 1989, p. 72)

O historiador aponta ainda que evitar uma segunda Revolução Francesa, que inspirou a Revolução Americana no século anterior, tornou-se o objetivo supremo das potências mundiais, que temiam uma revolução europeia generalizada (HOBSBAWM, 1989, p. 127).

Apesar disso, de acordo com Gaston (2015), no século XIX a Europa testemunhou de forma geral um crescente sentimento de identificação dos povos “não como súditos de um monarca ou cidadãos de um estado, mas membros de grupos étnicos e culturais homogêneos”, apoiados num interesse pela cultura popular e por seu passado histórico. E, na Irlanda, o renascimento desse interesse foi veiculado principalmente por meio do periódico *The Nation*, que “defendia a independência e apresentava a velha Irlanda celta, de língua gaélica, como uma idade de ouro perdida” (GASTON, 2015).

Esse interesse pode ser entendido a partir de Said (2011), que defende que junto com prenúncios nacionalistas como “a busca de autenticidade, de uma origem nacional mais adequada do que a fornecida pela história colonial, de um novo panteão de heróis e (de vez em quando) heroínas, mitos e religiões, [...] sempre se segue um novo desenvolvimento como que alquímico, de inspiração quase mágica, da língua natal” (SAID, 2011, p. 272).

Grupos nacionalistas católicos, como a Associação Católica, começaram a reivindicar a preservação da língua irlandesa, mas, além deles, os anglo-irlandeses também tinham esse objetivo. Foi o líder nacionalista protestante Thomas Davis quem iniciou uma busca não só pela

restauração da língua gaélica, mas também uma nova tentativa de ressignificação do passado folclórico, mitológico e político do país (VIEIRA, 2015, p. 43-44).

Said (2011, p. 268) usa a palavra “nacionalismo” para designar “a força mobilizadora que se aglutinou como resistência contra um império exterior de ocupação, por parte de povos que possuíam uma história, uma religião e uma língua comum” e foi a partir de então que esses três elementos, especialmente a língua céltica, foram consolidados para fortalecer a identidade do irlandês.

Vieira (2015) discorre que o projeto de Davis era criar barreiras linguísticas entre a Irlanda e a Inglaterra e, para isso, os jornais contribuíram disseminando a língua gaélica, especialmente o periódico *The Nation*, que era escrito em gaélico, circulando com tiragem diária de mil exemplares, penetrando em áreas rurais marginalizadas do país, especialmente a oeste (p. 44). Esse material em irlandês passou a ser impresso e distribuído na década de 1860 no *The Nation* (BOYCE, 2004, p. 236).

### **Jovem Irlanda (católicos e protestantes unidos)**

Em meio aos projetos nacionalistas de O’Connell e Davis, surge na década de 1840 um novo grupo composto por católicos e protestantes movimentados a princípio pelas ideias de O’Connell, mas direcionando-se posteriormente para atitudes mais radicais. Em 1848, os membros da Jovem Irlanda (*Young Ireland*) tentaram uma revolta contra o domínio britânico, mas seus líderes foram presos e punidos (GASTON, 2015).

O grupo embarcou em uma campanha que influenciou profundamente não apenas o nacionalismo irlandês, mas também a relação entre a literatura e o nacionalismo na Irlanda. Eles procuraram subordinar a literatura irlandesa ao nacionalismo irlandês e usá-la para promover e fomentar um senso de nacionalidade entre as pessoas (BOYCE, 2004, p. 160).

Durante todo o século seguinte e além, afirma Kearney (2007, p. 38), a União permaneceu uma questão central. Com ela, veio o questionamento se a nação irlandesa era uma entidade étnico-religiosa ou cívica, questionamento este que está por trás da luta política entre os partidos de Daniel O’Connell e de Thomas Davis.

Em sua proposta de se identificarem com as classes menos favorecidas, definindo a si mesmos como plebeus, os membros da Jovem Irlanda forjaram o conceito de camponês irlandês,

que tipificava tudo o que havia de melhor e nobre no caráter irlandês e tudo o que era essencialmente irlandês (BOYCE, 2004, p. 169-170). Os acontecimentos que estavam por vir dariam um sentido ainda mais profundo a esse conceito.

### **A Grande Fome (século XIX - 1845-1849)**

*An Gorta Mór*, em irlandês, teve início em 1845, quando uma praga se alastrou pelas plantações de batata, a principal fonte de alimento de muitas famílias irlandesas, que ainda viviam num sistema econômico agrícola subdesenvolvido (GASTON, 2015).

Nos dois anos seguintes, a safra de batata fracassou totalmente, após uma queda parcial de produtividade em 1845 (BOYCE, 2004, p. 170). Segundo Gaston (2015), os resultados desses repetidos fracassos na colheita foram desastrosos: no início, os agricultores ficaram financeiramente arruinados e acabaram expulsos das fazendas, e então centenas de milhares de pessoas morreram de fome e de doenças epidêmicas, como tifo e cólera. As condições eram ainda piores nas regiões mais pobres a oeste e sudoeste do país, onde aldeias inteiras foram dizimadas (GASTON, 2015).

Boyce (2004, p. 170) aponta que entre 1845 e 1851, pelo menos 800.000 pessoas morreram de fome e doenças, cerca de um décimo da população.

Kearney (2007, p. 34) afirma que, enquanto o resto da Irlanda foi duramente atingido pela Grande Fome de 1845-48, o Nordeste permaneceu relativamente incólume, e que as memórias amargas da Fome não alimentaram ressentimento lá como fizeram em outras partes da Irlanda.

Nas palavras de McDowall (1989):

Durante três anos, 1845, 1846 e 1847, a cultura da batata, que era o principal alimento dos pobres, falhou. Desde o início do século, a população cresceu rapidamente de cinco para oito milhões. Nestes três anos, 1,5 milhões (cerca de 20 por cento) morreram de fome. Ao mesmo tempo, a Irlanda tinha trigo suficiente para alimentar toda a população, mas era cultivado para exportação para a Inglaterra pelos proprietários de terras, principalmente protestantes. O governo de Londres não percebeu a gravidade do problema (MCDOWALL, 1989, p. 149, tradução da autora<sup>26</sup>).

---

<sup>26</sup> For three years, 1845, 1846 and 1847, the potato crop, which was the main food of the poor, failed. Since the beginning of the century the population had risen quickly from five to eight million. In these three years 1.5 million (about 20 per cent) died from hunger. At the same time Ireland had enough wheat to feed the entire population, but it was grown for export to England by the mainly Protestant landowners. The government in London failed to realise the seriousness of the problem. (MCDOWALL, 1989, p. 149)

Christine Kinealy (2017, p. 19) defende que, ao verem a Fome como uma forma de “retificar as distorções demográficas e econômicas da sociedade irlandesa”, atribuída a Deus ou à natureza, as autoridades em Londres e Dublin foram isentas de qualquer responsabilidade moral pelo sofrimento resultante. Para a autora, a Fome foi uma oportunidade para que a Inglaterra aplicasse seus planos de modernizar o sistema de agricultura, substituindo proprietários de terras e trabalhadores pobres por fazendeiros comerciantes, aproveitando o enorme deslocamento social resultante. Para que o plano funcionasse, Kinealy discorre que a intervenção do governo precisava ser mínima, o que foi explicado por Charles Trevelyan, principal administrador da política governamental:

“A mudança de um cultivo ocioso e bárbaro de batata para o cultivo de milho, que liberta a indústria e une empregador e empregado em relações mutuamente benéficas requer capital e uma nova classe de homens” (KINEALY, 2017, p. 19, tradução da autora<sup>27</sup>).

Pelo menos um milhão de irlandeses deixaram o país durante o período da fome e muitos outros fizeram o mesmo posteriormente, devido à grande pobreza que permaneceu. Boa parte se instalou nos Estados Unidos e outros mudaram-se para a Grã-Bretanha (MCDOWALL, 1989, p. 149). Mais tarde, por volta de 1880, os irlandeses-americanos apoiariam o movimento de independência irlandês, dando suporte financeiro para que grupos militantes como a Irmandade Feniana ganhassem força (GASTON, 2015).

Enquanto isso, de acordo com McDowall (1989, p. 150), o parlamentar protestante irlandês Charles Parnell exigia direitos mais amplos para o povo irlandês, em particular o direito ao autogoverno (*Home Rule*). Em 1885, a maioria dos irlandeses pôde votar pela primeira vez, elegendo oitenta e seis membros da parte irlandesa de Parnell para o Parlamento. Ainda assim, a Irlanda não ganhou o direito ao autogoverno, até trinta anos depois, pois mesmo com o apoio da maioria dos liberais, os conservadores não abraçaram a causa de Parnell. O autor afirma ainda que a guerra entre a Grã-Bretanha e Alemanha atrasou a ocorrência do autogoverno da Irlanda e que, quando a guerra terminou, os nacionalistas irlandeses decidiram que só poderiam ganhar a liberdade lutando por ela (MCDOWALL, 1989, p. 150).

---

<sup>27</sup> “The change from an idle, barbarous isolated potato cultivation, to corn cultivation, which frees industry, and binds together employer and employee in mutually beneficial relations... requires capital and a new class of men.” (KINEALY, 2017, p. 19)

A Grande Fome marcou o início de um período de resistência e de resgate da identidade do povo irlandês, presente principalmente nos movimentos literários que vieram a surgir no final do século XIX, abordados no capítulo adiante. Como figura de destaque desses movimentos, Yeats retrata em *The Countess Cathleen* tanto a complexidade e a pluralidade da identidade irlandesa — resultante de um processo histórico colonial diverso — como a fome, que foi tanto o contexto social de concepção da peça como seu cenário principal.

## CAPÍTULO 2 - IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: O RESGATE DA IDENTIDADE CELTA COMO PROJETO DE RESISTÊNCIA

[...] o mundo da literatura é tal que nos inspira a confiança de que algumas proposições não podem ser postas em dúvida; que ele nos oferece, portanto, um modelo, imaginário tanto quanto se quiser, de verdade. (ECO, 2011, p. 15)

### Renascimento Literário Irlandês ou Renascimento Celta

Boyce (2004, p. 404) define a Irlanda dos séculos XVI ao XIX como: “no início do período moderno, uma espécie de reino e uma espécie de colônia; no século XVIII, um reino e um estado dependente; no século XIX, uma parte do Reino Unido com uma administração separada”.

No final do século XIX, Parnell era o representante irlandês do Parlamento inglês e, apesar de ser protestante, era político e, portanto, chegou a um entendimento com as forças do nacionalismo católico; porém essa aliança se quebrou quando ele se casou com O’Shea, a esposa divorciada de seu amigo (KEARNEY, 2007, p. 74). A união tornou-se um escândalo e a partir de então grupos clericais e anticlericais começaram a vivenciar amargas divisões. Após a morte de Parnell, em 1891, essa divisão entre norte e sul aumentaria ainda mais (KEARNEY, 2007, p. 39).

Em Ulster, ao norte, protestantes começaram a temer uma Ascendência Católica, dada a proporção que ganhava o autogoverno promovido por Parnell, e isso se intensificou após a publicação de um decreto papal que impunha condições restritivas a casamentos entre católicos e protestantes (KEARNEY, 2007, p. 39).

Em meio a isso, surgiam figuras que defendiam o catolicismo como traço essencial do irlandês, como o jornalista D. P. Moran, que publicava incessantemente no *The Leader* suas convicções de que a Irlanda era de fato uma nação católica (KEARNEY, 2007, p. 40). Richard Killeen (2007<sup>28</sup>) aponta que Moran era um sectário étnico-nacionalista sem remorso e que para ele irlandês significava exclusivamente gaélico e católico. O autor afirma que o jornalista deu expressão ao ressentimento da classe média baixa, que encontra inimigos em intelectuais, artistas, ricos, entre outros tipos de pessoas.

---

<sup>28</sup> Não paginado.

De acordo com Kearney (2007, p. 34), apesar do envolvimento de presbiterianos e protestantes, o nacionalismo irlandês não criou raízes no norte da Irlanda e, à medida que o autogoverno se tornou dominante no sul, durante a década de 1880, um contranacionalismo centrado na Grã-Bretanha se desenvolveu no norte.

Concomitante a esses eventos políticos, um renascimento cultural irlandês culminou na formação de duas importantes organizações: a Associação Gaélica de Atletismo (*Gaelic Athletics Association*), cujo objetivo, segundo Gaston (2015), era “promover os esportes ‘nativos’ para contrabalançar com os ‘estrangeiros’, como o futebol e o *rúgbi*, e a Liga Gaélica (*Gaelic League*), que incentivava o uso da língua irlandesa.”

Iniciou-se também nesse período um nacionalismo literário pós-fome. Com intuito de superar essa dicotomia protestante-católica, motivados pelo sentimento anti-inglês, surgiram grupos nacionalistas com a proposta de usar a literatura e os jornais a seu favor, já que durante os séculos XIX e XX era comum a leitura de romances vitorianos na Irlanda, por meio dos quais a literatura inglesa propagava um discurso que funcionava como um mecanismo do colonialismo cultural (ABRANTES, 2018, p. 63).

Nesse processo, um importante grupo foi fundado: a Irmandade Feniana (*Fenian Brotherhood*), inspirados por antigos membros da Jovem Irlanda (*Young Ireland*) que tinham seus interesses pautados no passado gaélico. O objetivo dos Fenianos era estabelecer, após uma rebelião armada, uma república da Irlanda (GASTON, 2015). O próprio nome *Fenian* vem de *Fianna*, a força militar liderada pela guerreira homônima de uma lenda celta (BOYCE, 2004, p. 177).

Os Fenianos usaram o sentimento anti-inglês e antiprotestante que surgira no período pós-fome como estratégia para fazer sua propaganda, buscando aliados nos locais onde se concentrava a burguesia católica e também entre artesãos e trabalhadores. De acordo com Boyce (2004, p. 178-179), apesar de o grupo ter dado mais ênfase na conquista pela independência da Irlanda do que em quaisquer outras reformas sociais ou políticas, eles alimentaram a luta entre os trabalhadores e os grandes donos de terras, que se beneficiavam de leis que os permitiam subjugar os empregados.

Eis a contribuição dos Fenianos para o movimento nacionalista irlandês, segundo Boyce:

A principal expressão do Fenianismo foi sua contribuição para a "renacionalização" da Irlanda, ou de partes da Irlanda, após o colapso da política nacionalista na Grande Fome. O comprometimento dos Fenianos com a causa nacional, seu trabalho árduo, sua

propaganda assídua, converteu menos do que eles almejavam, mas ajudaram a direcionar a política irlandesa de volta a estrutura ‘Inglaterra *versus* Irlanda’; e esse processo foi assistido pelo Governo britânico, que se mostrou tão deficiente em entender a opinião pública irlandesa quanto eficiente na organização da segurança do Estado. (BOYCE, 2004, p. 183, tradução da autora<sup>29</sup>)

Surgiram no final do século XIX outras sociedades literárias como: a Sociedade Gaélica de Dublin (*Gaelic Society of Dublin*), Sociedade Ibero-Celta (*Ibero-Celtic Society*), Sociedade Celta (*The Celtic Society*), Sociedade Ossiânica (*Ossianic Society*) e a Sociedade Literária Fênix (*Phoenix Literary Society*). Como aponta Vieira (2015, p. 55), “essas ligas, em sua maioria, não buscavam apenas fazer uma propaganda nacionalista, mas criar no país um sentimento que pudesse ser despertado pelo povo: o orgulho pela nação.”

Diante da morte de Parnell em 1891, e de sua figura de líder perdido, eclodiu a Ressurreição Literária (*Literary Revival*) que, para Boyce (2004, p. 233), não foi um movimento agregador como o Parnellismo, já que não havia uma classe média substancial para sustentar um movimento literário que aspirava a padrões criativos, fora de Belfast e Dublin. No entanto, o autor afirma que ainda que o Renascimento Literário tenha começado e permanecido um assunto minoritário, o movimento contribuiu para a tradição nacionalista irlandesa e mesmo os que não participaram ou se envolveram de alguma forma, viveriam em uma Irlanda que o movimento ajudou a moldar.

Nesse mesmo ano, um órgão foi formado para promover a cultura irlandesa e as ideias políticas: a *Young Ireland League*, incluindo John O’Leary, W. B. Yeats, Arthur Griffith e Michael Cusack, que cinco anos mais tarde propôs uma celebração nacional para marcar o centenário da rebelião de 1798<sup>30</sup> (BOYCE, 2004, p. 263).

Ainda em 1891, Yeats e T. W. Rolleston fundaram a Sociedade Literária Irlandesa de Londres (*Irish Literary Society of London*) e, um ano depois, com a ajuda de John O’Leary, surgiu a Sociedade Literária Nacional (*National Literary Society*) em Dublin, a fim de promover estudos sobre o passado folclórico irlandês, de modo a criar um senso de identidade que refletisse e reconhecesse a natureza pluralista da sociedade irlandesa. No entanto, o movimento levantou

---

<sup>29</sup> The chief significance of Fenianism was its contribution to the ‘renationalisation’ of Ireland, or of parts of Ireland, after the collapse of nationalist politics in the great famine. The Fenians’ commitment to the national cause, their hard work, their assiduous propaganda, made fewer converts than they liked to claim; but they helped direct Irish politics back into an ‘England versus Ireland’ framework; and this process was assisted by the British Government, which showed itself as deficient in understanding Irish public opinion as it was efficient in organizing state security. (BOYCE, 2004, p. 183)

<sup>30</sup> Ver página 45.

questionamentos acerca do uso da língua inglesa na produção dessa literatura em vez da língua irlandesa (BOYCE, 2004, p. 234-235).

Apesar das controvérsias acerca da língua usada nos textos, a Ressurreição Literária foi mais do que um movimento literário, pois foi por seu intermédio que surgiu também um renascimento da política, que não veio nem dos movimentos nacionalistas mais radicais, nem dos governantes locais, mas desses grupos nacionalistas literários marginais que se desiludiram com o comportamento pouco edificante dos políticos (BOYCE, p. 262-263).

Entre 1853 e 1913, o número de jornais e periódicos aumentou de 109 para 230. Boyce (2004, p. 204) afirma que os jornais eram, na verdade, literatura política e que entre 1900 e 1922, havia 114 jornais provinciais de persuasão nacionalista, com outros 28 descritos como "independentes", muitos dos quais simpatizavam com a causa nacionalista.

De acordo com Barry Cunliffe (2003, p. 122<sup>31</sup>), para criar uma integridade cultural foi necessário criar instituições que identificassem e promovessem a cultura regional em todas as suas vertentes e perpetuassem os seus resultados por meio de publicações e eventos regulares.

Nesse sentido, é inegável a contribuição do movimento literário para o cenário político da Irlanda, que continuava em busca da sua autonomia. Entretanto, para que uma identidade nacional, consolidada em um mito fundacional, uma "origem", pudesse servir de instrumento para estabelecer um Estado independente, era preciso que houvesse espaços para que essa identidade se manifestasse e atuasse como uma força motriz. É aí que entram as peças ricas em simbolismo do grupo de Yeats, encenadas num primeiro momento no Teatro Literário Irlandês.

Enquanto na Irlanda o grupo de Yeats promovia suas peças nacionalistas, evidenciando e valorizando a figura do camponês, que desde meados do século XIX vinha sendo celebrada pelo grupo nacionalista Jovem Irlanda, outros países de origem celta também tiveram suas buscas por uma identidade.

Ainda no século XIV, pesquisadores da França, Gales e Escócia começaram a escrever sobre os celtas, sendo o escocês George Buchanan o primeiro a introduzir uma discussão sobre o termo "celta", ainda em 1582 (CUNLIFFE, 2003, p. 112). Foi a partir do final do século XVII, no entanto, que o assunto começou a ganhar mais notoriedade. Segundo Cunliffe (2003, p. 114-115), não foi coincidência que obras que honravam um passado anterior ao domínio inglês fossem

---

<sup>31</sup> "To create cultural integrity it was necessary to set up institutions to identify and foster regional culture in all its various aspects and to perpetuate the results through regular publications and events." (CUNLIFFE, 2003, p. 122)

publicadas numa época em que a anglicização era imposta em toda a Grã-Bretanha. Para o autor, esse foi um mecanismo para recriar uma identidade distinta, de modo que o fato de a Escócia e Gales ainda falarem sua própria língua foi um benefício adicional, pois a partir de então a língua poderia ser desenvolvida como o principal identificador cultural.

No século XVIII, discorre Cunliffe (2003, p. 122), o País de Gales já havia começado a formar sociedades para o resgate do passado celta, enquanto na Escócia, devido à violenta repressão durante a Guerra dos Jacobitas, o nativo deixou de ser uma ameaça e sua imagem foi domesticada. Porém, a Escócia tornou-se um popular destino turístico e, com isso, surgiu a necessidade de projetar uma imagem cultural distinta. Foi então que elementos como o *Kilt* e a dança escocesa ressurgiram.

Apesar de esses países terem a língua nativa ainda falada como vantagem na época, o movimento literário na Irlanda foi o fator principal para a volta ao passado celta e resgate dessa identidade. Antes ainda da fundação da Liga Gaélica em 1893, voltada para o incentivo do uso da língua irlandesa, a *Royal Irish Academy* já havia iniciado seus estudos irlandeses em 1785 (CUNLIFFE, 2003, p. 124).

### **William Butler Yeats e o Teatro Literário Irlandês**

Maria Rita Drummond Viana (2015, p. 71) aponta que há um número surpreendente de estudos biográficos sobre William Butler Yeats, o que reflete sua relevante e central participação no Renascimento Literário Irlandês, sua inspiração para movimentos como o Simbolismo e o Modernismo, e seu reconhecimento como um dos maiores poetas líricos da literatura ocidental, além de seu papel como senador do Estado Livre Irlandês.

Os aspectos desse artista são tão diversos que, segundo Helen Vendler (1992, p. 327<sup>32</sup>), precisaríamos de uma biografia intelectual de Yeats como leitor, uma biografia estilística de Yeats como poeta, uma biografia política que “o posicionasse como sujeito britânico, bem como

---

<sup>32</sup> Realmente precisamos de uma biografia intelectual de Yeats como leitor, sem o *parti pris* do estudo de F. A. C. Wilson. Precisamos também de uma “biografia estilística” de Yeats como poeta (“estilo” aqui entendido de forma ampla, como o funcionamento da imaginação por meio da linguagem). Beneficiar-nos-íamos muito de uma biografia política de Yeats, que o posicionasse como sujeito britânico, bem como anglo-irlandês, irlandês nacionalista e europeu. [...] Precisamos também de uma biografia teatral, e talvez outra sobre Yeats, o ocultista. (VENDLER, 1992, p. 327; tradução de Maria Rita Drummond Viana, 2015, p. 78-79)

anglo-irlandês, irlandês nacionalista e europeu” e ainda uma biografia teatral e talvez uma biografia ocultista.

Yeats recebeu o prêmio Nobel de Literatura de 1923 e ganhou uma breve biografia por Sir John Franck Kermode em um volume da série de livros homônima, que, além de trazer uma “pequena história” da atribuição do prêmio ao autor irlandês, reúne seis de suas peças traduzidas, publicadas sob o título *Teatro* em 1971<sup>33</sup>. Do texto biográfico, trazemos as informações que se seguem.

Yeats descendia de ricos comerciantes anglo-irlandeses por parte de pai, aliados por casamento à poderosa família dos Butler, condes de Ormonde. Embora tivesse nascido em Dublin e passado grande parte da vida em Galway, em Londres e no estrangeiro, a cidade de Sligo, situada na costa oeste irlandesa, é o centro da paisagem yeatsiana, e Drumcliff seu ponto terminal.

Em sua família, muitos seguiram o caminho da prática religiosa, mas seu pai John Butler Yeats, tornou-se pintor, apesar de não ter ganhado muito dinheiro com seus quadros. Yeats, por sua vez, passou longos meses em Sligo, que considerava seu lar, e em Londres, onde teve contato com poetas, pintores e pessoas do teatro.

É relatado que o poeta nunca aprendeu o irlandês e que sua educação, dada pelo pai, possuía muitas lacunas como o não domínio das línguas clássicas, mas, apesar disso, sua vivência em Sligo compensou em partes essas lacunas com mitos e cenários.

Aos 15 anos, começou a escrever os primeiros versos, impressionado pela poesia de P. B. Shelley, e aos 19 frequentou uma escola de arte e pintura, onde conheceu a figura que o influenciou em seus estudos de magia e ocultismo: George Russel, poeta, místico e pintor.

Nas palavras de Kermode (1971, p. 30), assim como outros poetas da época, Yeats “tinha necessidade de um subterfúgio para se defender contra o domínio universal e odioso da ciência”, e suas “novas concepções da teosofia e da espiritualidade, bem como seu culto da nacionalidade e dos mitos irlandeses, desenvolveram-se de tal maneira que encerraram seus conhecimentos de história e filosofia em uma espécie de teoria secreta e mística da história, da personalidade humana, e até da teologia.”

Seus primeiros poemas foram publicados em 1885 na Revista da Universidade de Dublin e no mesmo ano fundou a Sociedade Hermética, evidenciando seu interesse por magia e

---

<sup>33</sup> YEATS, W. B. *Teatro*. Tradução de Paulo Mendes Campos. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1971.

ocultismo. Ao se alistar na *Young Ireland League* em 1891, associou às suas crenças a política. Devido à grande influência que John O’Leary, então presidente do grupo, exerceu sobre ele, Yeats “compreendeu que a participação que lhe cabia na luta irlandesa seria literária, e pôs mãos à obra.” (KERMODE, 1971, p. 32).

Seu interesse pelo teatro se deu após seu contato com John Todhunter, pioneiro do ramo, e com a atriz Florence Farr. No ano de 1889, conheceu a atriz Maud Gonne<sup>34</sup>, por quem se apaixonou. Esse encontro, nas palavras de Kermode “foi, sem dúvida, da maior importância, pois [...] por bem ou por mal, manteve-o ligado ao nacionalismo irlandês extremista.” (KERMODE, 1971, p. 32-33). A musa de Yeats, que sempre recusava suas várias propostas de casamento, inspirou a peça *The Countess Cathleen*, que conta com uma dedicatória a ela.

Foi em 1896, viajando pela Irlanda, que o autor conheceu outra mulher que marcaria definitivamente sua vida, Lady Gregory, que auxiliou Yeats em suas questões financeiras, a fim de proteger o talento do poeta, que se encontrava esgotado financeiramente, e mais tarde tonou-se sua colaboradora nos projetos literários nacionalistas (KERMODE, 1971, p. 36).

Lady Gregory, que teve contato com camponeses do Condado de Galway durante grande parte da sua vida, ainda que de ascendência inglesa e fé protestante, desenvolveu grande interesse pelo folclore daquele povo e, como aponta Cunliffe (2003, p. 124), contribuiu para os estudos irlandeses com a publicação de uma versão em inglês das histórias do Ciclo do Ulster, tornando as façanhas dos primeiros heróis disponíveis pela primeira vez para um grande número de leitores, lembrando o mundo da notável literatura vernácula que a Irlanda tinha herdado.

Junto de Yeats e com a colaboração de Edward Martyn e George Moore, Lady Gregory desenvolveu o Teatro Literário Irlandês, com o propósito de apresentar peças de caráter nacional levando o povo irlandês a uma reflexão sobre sua identidade. O grupo iniciou suas apresentações no Ancient Concert Rooms de Dublin, em 8 de maio de 1899, contando com a encenação da peça *The Countess Cathleen* em sua estreia (ZANETTI, 2001, p. 59).

No mesmo ano, Yeats obteve grande sucesso com o poema *O Vento nos Junciais*, mas posteriormente concentrou seus esforços no teatro. Depois de *The Countess Cathleen*, seguiu-se *Diarmuid e Grania* em 1901, peça que contou com a colaboração de George Moore. Além disso, com o auxílio de Florence Farr, Yeats se iniciou na arte de se exprimir em verso, tendo dessa efervescência nascido o Abbey Theatre (Teatro da Abadia), em 1904 (KERMODE, 1971, p. 37).

---

<sup>34</sup> Maud Gonne, além de musa de Yeats, foi uma ativista nacionalista.

Até o século XIX, o teatro dependia de patrocínio do governo inglês protestante, o que impedia a manifestação de um sentimento mais nacionalista, voltado para as questões irlandesas (ZANETTI, 2001, p. 59). Em seu livro *Our Irish Theatre*, de 1913, Lady Gregory relata como ela e seus companheiros reuniram esforços na busca por patrocinadores, enviando inúmeras cartas para amigos e figuras que poderiam ter interesse na causa. Apesar dos resultados, que possibilitaram a criação do grupo, em 1904 o Teatro Literário Irlandês enfrentou problemas com a saída de alguns atores para a América e com as recorrentes críticas de muitos opositores. O grupo contou então com a ajuda de Miss Horniman, que financiou a reforma de um velho e pequeno teatro de menos de seiscentos lugares, cedido ao Teatro Literário Irlandês. Assim, surgiu o Abbey Theatre (ZANETTI, 2001, p. 58-59).

Depois de uma experiência de gestão democrática, a direção do Abbey Theatre foi confiada a Lady Gregory, Yeats e Synge. Segundo Kermode (1971, p. 39-40), Yeats não queria que fosse um empreendimento comercial comum e estava decidido a continuar suas experiências no drama poético, pondo de lado a linguagem habitual, os jogos de cena e os cenários tradicionais, ainda que tenha chegado a escrever e encenar tais peças. Todavia, o teatro teve êxito comercial, o que no fundo não era compatível com as aspirações de Yeats, pois o público urbano estava longe de seu público ideal: os mesmos camponeses que inspiravam seus esforços literários.

A ideia subjacente às produções teatrais dos autores do Teatro Literário Irlandês era justamente cultivar um orgulho pela identidade do irlandês que era primitivo, mas também poético, valorizando e engrandecendo suas características, para que assim o povo pudesse se levantar e lutar por uma nação livre (ZANETTI, 2001, p. 67-68).

À frente do Abbey Theatre, Yeats enfrentou problemas, como as consequências da recusa dos diretores em fechar o teatro no dia da morte do Rei Eduardo VII em 1910, que era contra o autogoverno da Irlanda. A decisão de manter a estreia do dia causou um tumulto, o que fez com que o grupo perdesse a ajuda material de Miss Horniman, deixando a Yeats o encargo de todas as preocupações financeiras (KERMODE, 1971, p. 41).

Sobre o projeto de Yeats e de seus colegas, Kearney (2007, p. 42<sup>35</sup>) afirma que a visão do grupo e do Teatro da Abadia eram a de uma Irlanda não sectária.

---

<sup>35</sup> The vision of Yeats and the Abbey Theatre was of a nonsectarian Ireland. (KEARNEY, 2007, p. 42)

***The Countess Cathleen* (publicada em 1892 - encenada em 1899)**

Após o estudo do contexto histórico, passando pela formação da identidade do irlandês que seria resgatada para os projetos nacionalistas do século XIX, pela complexa formação da mitologia irlandesa forjada junto ao Cristianismo singular levado pelos monges católicos para a ilha a partir do século V, pelo processo de colonização inglesa da Irlanda e os conflitos políticos pelo autogoverno promovido principalmente por Parnell, chegamos até a peça de Yeats, a fim de pensarmos de que forma algumas dessas questões se apresentam nessa obra e, mais à frente, de que forma essa mesma literatura contribuiu e impulsionou acontecimentos posteriores à sua primeira encenação.

Para a análise da peça, selecionamos a tradução de Paulo Mendes Campos, presente no livro *Teatro*, de W. B. Yeats, edição 1971. As devidas citações dos trechos originais são do livro *The Collected Plays of W. B. Yeats* de 1982.

A obra tem como enredo principal a chegada de dois mercadores a uma vila que sofre com a fome. Os camponeses desesperados começam a vender suas almas para os dois estranhos mercadores que, por sua vez, ficam sabendo da existência da Condessa Cathleen, uma jovem abastada que distribui dinheiro e consolo para os camponeses a fim de ajudá-los. Porém, por conta de sua ingenuidade, os mercadores furtam todo o ouro que havia em sua casa, o que a leva a tomar medidas mais drásticas, como vender seus bens e propriedades, ficando apenas com sua casa. Com o dinheiro, ela encomenda navios de mantimentos. O desfecho da peça mostra a redenção de Cathleen: ao se ver sem sua riqueza, ela oferece sua própria alma para os mercadores, para que com o dinheiro ela compre de volta as almas dos camponeses e sacie a fome do povo.

Como observou Zanetti (2001), *The Countess Cathleen* trata das questões nacionais da Irlanda, ao representar seu passado histórico por meio dos mitos, e da sua situação colonial dentro do contexto político do momento: “Yeats usa os mitos para, metaforicamente, discutir a pressão colonialista vivida na época e o renascimento do sentimento nacional necessário para se criar uma nação livre.” (ZANETTI, 2001, p. 63).

**Principal cenário da peça: A Grande Fome**

SHEMUS — Fui sentar-me depois entre os mendigos, na

encruzilhada, e estendi também minha mão vazia.

(CENA 1, p. 67<sup>36</sup>)

Assim como na peça, no período da Grande Fome as pessoas vagavam em busca de alimento ou dinheiro. Os níveis de criminalidade subiram e a quantidade de pessoas que passaram a vagar pelo país sozinhas, sem casa, em 1847 era quase 50 mil, segundo Kinealy (2017).

Em 1843, o governo instaurou a *Poor Law*, pela qual uma ajuda mínima seria oferecida à população. A Irlanda foi dividida em regiões, cada uma com um Conselho de Guardiões para gerenciar o fornecimento de ajuda. Além dos oficiais, a Igreja Católica também esteve presente mesmo nas partes mais remotas do país, atuando como intermediária entre as comunidades locais e os funcionários dos centros de ajuda humanitária, o que aumentou sua influência (KINEALY, 2017, p. 21).

Adrian Frazier (1999, p. 14<sup>37</sup>) afirma que durante o período da grande fome, fazendeiros protestantes ofereciam sopa aos camponeses, caso eles mudassem de religião, e que, embora não muitos tenham aceitado tal proposta, os que o fizeram foram lembrados e ridicularizados.

Em janeiro de 1847, a então Rainha Vitória doou duas mil libras para a Irlanda (KINEALY, 2017, p. 24). O Sultão Abdulmejid do Império Otomano, atual Turquia, enviou mil libras para o país, mas muitos acreditam que ele tinha intenção de doar dez mil libras, mas foi impedido pela Rainha Vitória, já que a própria havia doado uma quantia muito menor. Uma cópia da carta que comprova a doação, assinada pela nobreza anglo-irlandesa da época, encontra-se no escritório da Comissão Europeia em Dawson Street, Dublin<sup>38</sup>.

Além disso, acredita-se que o sultão tenha enviado secretamente três navios carregados de alimentos para o porto de Drogheda, já que a marinha britânica não permitiria que nenhum navio estrangeiro atracasse nos portos de Dublin ou Cork. Apesar de tal informação ter sido proferida publicamente pela então presidente da Irlanda, Mary McAleese, em 2010, de acordo com o jornal *The Irish Times*, a Sociedade Histórica de Drogheda informou que não existe registro de nenhum

---

<sup>36</sup> SHEMUS. After that  
I sat among the beggars at the cross-roads,  
and held a hollow held among the others  
(CENA 1, p. 5).

<sup>37</sup> Meanwhile, Protestant landlords offered to give them soup if they changed their religion. Not many changed it, however, and those who did are remembered and ridiculed today—"soupers," they are called. (FRAZIER, 1999, p. 14)

<sup>38</sup> *Role of Turkey during Famine clarified*, Irish Times, 1 de junho de 2010. Disponível em:  
<<http://www.irishtimes.com/newspaper/ireland/2010/0601/1224271591118.html>>

navio que chegasse à cidade naquele momento com carga da Turquia; no entanto, o embaixador turco em Dublin, Murat Burhan<sup>39</sup>, defende a informação e inclusive guarda uma carta atribuída a dignitários locais de Drogheda, agradecendo a generosidade do sultão.

Na peça encontramos um trecho que nos relembra esse evento, quando a Condessa Cathleen encomenda com seu despenseiro navios com trigo e bois:

CATHLEEN — Conserva apenas esta casa e vende todo o resto. Vai negociar onde quiseres, mas volta com rebanhos de gado e navios de mantimentos.  
(CENA 2, p. 88<sup>40</sup>)

Mais tarde, na terceira cena, um dos mercadores conta o paradeiro dos navios, porém é dito mais adiante que se trata de uma mentira. Na quinta cena, finalmente descobrimos que os navios na verdade já estavam a caminho, ainda que não cheguem antes da morte de Cathleen:

PRIMEIRO MERCADOR — Encontramos no Pantanal de Allan um homem que a senhora tinha encarregado de comprar gado. Adoecera gravemente. Perto de Faird Head, vimos veleiros que transportam o seu trigo imobilizados, sem um sopro de brisa, na noite sombria. Os reflexos de suas lanternas ardiam no mar, imóveis como eles.  
(CENA 3, p. 96<sup>41</sup>)

Além dessa referência, o texto traz outras possíveis alegorias para retratar a Inglaterra colonizadora. É válido lembrar que durante o período da Grande Fome a Irlanda já não tinha seu parlamento e era, portanto, anexada ao Reino Unido da Grã-Bretanha, por meio da Lei da União desde 1800. Pensar na forma como o governo britânico lidou com esse triste episódio, ignorando sua responsabilidade para com seu reino, propriamente dito, é sem dúvidas uma memória que não

<sup>39</sup> *Ireland remembers how 19th-century aid from Sultan Abdulmejid changed fate of thousands*, Anadolu Agency, 15 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/europe/ireland-remembers-how-19th-century-aid-from-sultan-abdulmejid-changed-fate-of-thousands/1734689>>

*A Irlanda recorda a ajuda do sultão Abdul Mejid durante a Grande Fome*, TRT, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.trt.net.tr/portuguese/cultura-e-arte/2020/02/17/a-irlanda-recorda-a-ajuda-do-sultao-abdul-mejid-durante-a-grande-fome-1360423#>>

<sup>40</sup> CATHLEEN. Keeping this house alone, sell all I have,  
Go batter where you please, but come again  
With herds of cattle and with ships of meal.  
(CENA 2, p. 23)

<sup>41</sup> FIRST MERCHANT. We saw a man  
Heavy with sickness in the bog of Allen,  
Whom you had bid buy cattle. Near Fair Head  
We saw your grain ships lying all becalmed  
In the dark night; and not less still than they,  
Burned all their mirrored lanthorns in the sea.  
(CENA 3, p. 30)

pode ser apagada do passado colonial da Irlanda, o que justifica a ostensiva interpretação da peça dentro deste mesmo cenário.

Sandra Luna (2014, p. 140) relata que durante o período da Grande Fome, os comerciantes da Inglaterra fizeram fortuna com a escassez de alimentos na Irlanda. Encontramos então inúmeras interpretações onde os mercadores da peça são os próprios ingleses. Lembrando-nos que a Inglaterra fica a leste da Irlanda, Zanetti (2001, p. 63) busca no texto original um trecho da descrição dos personagens, que evidencia sua origem:

*A man dressed as an Eastern Merchant*

(RUBRICA, CENA 1, p. 11)

Essa marca perde-se um pouco na tradução, uma vez que existe no imaginário coletivo uma imagem mais ou menos definida de um mercador oriental<sup>42</sup>, que normalmente não se pareceria com um inglês, especialmente quando este carrega um tapete.

Outra possível análise sobre os mercadores é compará-los com os protestantes, majoritariamente concentrados a leste da ilha, que ofereciam sopa aos irlandeses famintos em troca de sua conversão, como mencionado anteriormente (LUNA, 2014, p. 140). Sobre essa mesma interpretação, Adrian Frazier (1990) discorre que os mercadores são os “vilões sobrenaturais que aparecem como o inimigo natural dos irlandeses, os britânicos: estranhos com boas maneiras que operam nos princípios do livre comércio mesmo em tempos de fome” (FRAZIER, 1990, p. 18, tradução da autora<sup>43</sup>).

### **A protagonista e o aspecto feminino da Irlanda**

Tanto em *The Countess Cathleen* como em um trabalho posterior, a peça *Cathleen ni Houlihan*, Yeats usa uma alegoria recorrente no folclore e na literatura irlandesa: a personificação da Irlanda na figura de uma mulher (ZANETTI, TOLENTINO, 2001, p. 63-64).

Essa noção de que a terra era uma mulher, que deveria ser adorada, cortejada e conquistada, é um dos conceitos mais antigos na tradição bárdica (KIBERD, 2001, p. 235). Às vezes, ela era imaginada como uma mãe com filhos fortes ou traidores, dependendo do humor do

---

<sup>42</sup> Ver página 70.

<sup>43</sup> “[...] supernatural villains to appearing like the natural enemy of the Irish, the British—strangers with good manners who operate on principles of Free Trade even in times of Famine” (FRAZIER, 1990, p. 18).

poeta, e havia também outras versões da Irlanda como mulher em contraste com a Inglaterra, lançada por sua vez no papel de um predador masculino (KIBERD, 2001, p. 237).

Existe um número considerável de textos comparativos entre Cathleen e o herói mitológico Cuchulain, e até mesmo comparações a Jesus Cristo, que, apesar do aspecto divino sobre-humano, ainda é uma figura masculina. A associação a essas figuras masculinas se dá principalmente por meio do viés do autossacrifício; porém, uma figura feminina em contraste com os mercadores reflete a tradição poética da mulher como mãe da pátria.

Houve momentos da história, porém, em que poetas representaram a Irlanda como uma prostituta, que havia se vendido para os ingleses (VIEIRA, 2015, p. 35). Portanto, ao trazer uma figura feminina, que renuncia a uma vida conjugal e se sacrifica em nome de seu povo, Yeats retoma uma figura que, como defende Vieira (2015, p. 235), deve “direcionar o seu amor não ao indivíduo, mas à pátria, juntamente com os seus filhos”.

Na terceira cena, Aleel declara seu amor pela condessa, que então abdica do seu sentimento pelo bardo:

CATHLEEN — Não estendas para mim tuas mãos suplicantes. Este coração não deve despertar na Terra. Jurei [...] rezar diante deste altar até meu coração elevar-se para o céu como uma árvore, e, no céu, Deus possa ouvir o sussurro de suas folhas até salvar o meu povo.

(CENA 3, p. 94<sup>44</sup>)

A castidade de Cathleen, marca da sobreposição católica em mitos celtas, nos possibilita compará-la também à Virgem Maria — considerando seu lado maternal para com o povo esfomeado. Nesse aspecto, a Condessa diverge das famosas guerreiras celtas, que tomavam a frente de batalhas e enfrentavam seus inimigos, como Boudicca. A personagem traz, no entanto, uma aura divina, não como a de Jesus, pois, sendo uma mulher, que não uma heroína celta, ela é a representação da própria Irlanda.

Na segunda cena, ela declara:

CATHLEEN — De hoje em diante não terei mais alegrias ou tristezas que sejam minhas.

---

<sup>44</sup> CATHLEEN. Do not hold out to me beseeching hands.  
This heart shall never waken on earth. I have sworn [...] To pray before this altar until my heart  
Has grown to Heaven like a tree, and there  
Rustled its leaves, till Heaven has saved my people.  
(CENA 3, p. 27)

Para Vieira, Cathleen transforma-se na “Grande-Mãe irlandesa, a terra, a casa de todos os Celtas, do Cristianismo, o lar das tradições, [e] das lendas” a partir de seu autossacrifício:

[...] Cathleen transforma-se, através do seu sacrifício, na Grande-Mãe irlandesa, a terra, a casa de todos os Celtas, do Cristianismo, o lar das tradições, das lendas. Ela é o símbolo do nascimento, da vida e seu ato a transmuta para a grandiosidade que o sentido da “nação” carrega. (VIEIRA, 2015, p. 234)

## Mitologia celta

Ao longo da história, aparecem seres e figuras mitológicas da cultura celta, marcando a herança mítica de Yeats. A figura do bardo em Aleel é um aspecto mitológico essencial no drama. O harpista acompanha a Condessa, juntamente de sua ama Oona, cantando cantigas ricas em referências tanto cristãs como celtas. Justamente por ser um bardo, Aleel é profundo conhecedor dessas duas mitologias:

[...] com o advento do Cristianismo e o domínio que a nova fé assumiu sobre as melhores e mais ousadas mentes do país, é claro que a era de ouro da composição bárdica terminou. A perda para os bardos foi direta, pelo afastamento de suas sábias posições, e indireta, pela substituição geral por outras ideias por aqueles de quem eles próprios eram ministros. É, portanto, provável que a era da produção e da criação, no que se refere à história étnica, tenha cessado por volta dos séculos V e VI, e que, por volta dessa época, os homens começaram a reunir de forma coletiva a literatura flutuante relacionada ao período pagão. (O’GRADY, 2000, tradução da autora<sup>46</sup>)

Tanto bardos como druidas tentaram resistir à cristianização. Os sacerdotes irlandeses opuseram uma forte resistência ao Cristianismo, no entanto, segundo Edwards (2005, p. 104), com uma considerável habilidade em reconciliar tradições pagãs com rituais cristãos, os missionários conseguiram introduzi-lo com sucesso na Irlanda.

---

<sup>45</sup> CATHLEEN. [...] From this day for ever  
I’ll have no joy or sorrow of my own.  
(CENA 2, p. 23)

<sup>46</sup> “[...] with the advent of Christianity, and the hold which the new faith took upon the finest and boldest minds in the country, it is plain that the golden age of bardic composition ended. The loss to the bardos was direct, by the withdrawal of so much intellect from their ranks, and indirect, by the general substitution of other ideas for those whose ministers they themselves were. It is, therefore, probable that the age of production and creation, with regard to the ethnic history, ceased about the fifth and sixth centuries, and that, about that time, men began to gather up into a collected form the floating literature connected with the pagan period.” (O’GRADY, 2000)

Nos mosteiros irlandeses o povo era educado e, gradualmente, os druidas se adaptaram à nova religião, tornando-se homens profissionais de cultura ou até mesmo monges (EDWARDS, 2005, p. 104).

Com a influência dos romanos, a religião celta dos antigos habitantes da Bretanha e da antiga Gália, sofreu impacto principalmente na nomenclatura dos deuses, além de que os registros deixados por eles traziam sua própria visão e descrição das deidades (DEXTER, 1990, p. 88). O panteão irlandês que, por sua vez, foi registrado pelos monges cristãos, traz semelhanças consideráveis com o do País de Gales (DEXTER, 1990, p. 88).

Das deidades irlandesas, o chefe de todos era Eochaid Ollathair, também chamado de “bom deus”, cultuado como mago divino, deus guerreiro e patrono dos artesãos (DEXTER, 1990, p. 88). Dentre as deusas estava Danu, mãe dos Tuatha Dé Danann, grupo celta que dominava a ‘magia’ e que, de acordo com a mitologia, foi o terceiro a chegar à Irlanda, vindos ou da Gália ou ainda da Espanha, como sugerem pesquisas arqueológicas (MACCULLOCH, 1996).

Nas canções de Aleel encontramos referências a outros importantes deuses. Lugh, que diziam ter uma face tão iluminada que nenhum mortal conseguia encará-lo, era um dos quatro aspectos divinos do Sol — sendo os demais Esus, Teutatés e Belem; Lugh era um deus feiticeiro, carpinteiro e também ferreiro — ocupações muito comuns na sociedade celta (DEXTER, 1990, p. 88). Ele se envolveu numa batalha com Balor, que era temido pelo povo por ter adquirido um poder em seus olhos. Conta-se que quando os druidas de seu pai estavam preparando poções mágicas, seus vapores deram aos olhos de Balor um tamanho poder que, nas batalhas, suas pálpebras tinham de ser levantadas por quatro homens, para que pudessem usar o poder a seu favor (MACCULLOCH, 1996). Aleel narra:

ALEEL — A porta de bronze está escancarada. Balor adianta-se em sua pesada carreta. Os demônios erguem as pálpebras cansadas pela idade, abrindo olhos que outrora transmutaram os deuses em pedras.

(CENA 4, p. 114-115<sup>47</sup>).

Na batalha com Lugh, Balor foi atingido por uma pedra, segundo MacCulloch (1996), quando solicitou que seus homens levantassem suas pálpebras, causando assim sua morte.

---

<sup>47</sup> ALEEL. The brazen door stands wide, and Balor comes  
Borne in his heavy car, and demons have lifted  
The age-weary eyelids from the eyes that of old  
Turned gods to stone;  
(CENA 4, p. 45)

Ainda neste trecho do enredo, Aleel menciona Deirdre, a noiva prometida a Conchobar, tio do famoso herói Cuchulain. De acordo com a lenda, ela fugiu com Noísi, que foi morto por Conchobar, o que fez com que Deirdre morresse de desgosto (SEGANFREDO, 2015, p. 242):

ALEEL — [...] e aquele grande rei de quem o Inferno se apoderou quando ele matou Naoisi<sup>48</sup> e partiu o coração de Deirdre.

(CENA 4, p. 115<sup>49</sup>)

São mencionados também na fala do bardo o druida Barach, personagem da história de Deirdre que ajuda o rei Conchobar em seu plano para impedir a fuga de Noíse e sua amada, e o druida Cailitin, que luta e é derrotado por Cuchulain (MACKILLOP, 2004):

ALEEL — Eis Barach, o traidor, e sua progênie lasciva, e Cailitin, que, lançando uma praga druídica no filho de Sualtim e da velha Dectora, fê-lo fenecer;

(CENA 4, p. 115<sup>50</sup>)

Colocando Balor, Barach, Cailitin e Conchobar como seres malignos, Aleel continua:

ALEEL — As cabeças de todos eles se retorcem. A vida inteira, eles lutaram com obstinação e insidiosa acidez contra a Paz e a Beleza.

(CENA 4, p. 115<sup>51</sup>)

A batalha de Lugh e Balor é retomada pelo bardo, durante a disputa entre demônios e anjos pela alma de Cathleen:

ALEEL — Anjos e demônios se entrechocam no espaço. Lanças de cobre ressoam sobre elmos de cobre. [...] Lá longe, uma flecha<sup>52</sup> brilhante lançada de uma fronda transpassou o olho de Balor: fogem as tribos infernais em meio de gritos, como outrora fugiram do campo de batalha de Moytura.

(CENA 4, p. 118<sup>53</sup>)

<sup>48</sup> Trata-se de Noísi. A grafia dos nomes pode variar conforme o autor.

<sup>49</sup> ALEEL. And that great king Hell first took hold upon  
When he killed Naoise and broke Deirdre's heart.  
(CENA 4, p. 45)

<sup>50</sup> ALEEL. Barach, the traitor, comes  
And the lascivious race, Caitlin,  
That cast a Druid weakness and decay  
Over Sualtim's and old Dectora's child.  
(CENA 4, p. 45)

<sup>51</sup> ALEEL. And all their heads are twisted to one side,  
For when they lived warred on beauty and  
peace  
With obstinate, crafty, sidelong bitterness.  
(CENA 4, p. 45)

<sup>52</sup> No texto de Yeats, o objeto que causou a morte de Balor é uma flecha, porém no livro *Celtic Mythology* de MacCulloch (1996) trata-se de uma pedra.

<sup>53</sup> ALEEL. Angels and devils clash in the middle air,  
And brazen swords clang upon brazen helms. [...]

Outra figura de destaque é a Rainha Maeve, conhecida por ser uma representação da autonomia feminina. Aleel narra um episódio de seu mito na segunda cena:

ALEEL — Dizem que um homem amou Maeve, a Rainha das hostes invisíveis, e, há nove séculos, morreu desse amor. Agora, quando a Lua corre cheia no céu, ela abandona seus dançarinos, estira-se ali naquela platibanda e durante três dias suspira e molha de lágrimas suas faces pálidas.

(CENA 2, p. 82<sup>54</sup>)

Ele continua:

ALEEL — Ela dorme lá no alto do gélido Knocknarea, sobre um marco de pedras, enquanto suas pobres súditas, criaturas do mar, dormem balouçando-se nas ondas. Mas se Maeve lhes grita pelos nomes, elas correm para a terra e dançam ao luar até que, de tão estonteadas, seriam capazes de amar como criaturas humanas e serem pacientes e compassivas. Mas, embora chorem, logo se esquecem, pois são fracas de memória. Ah, e como elas choram quando a Lua está cheia!

(CENA 2, p. 83<sup>55</sup>)

Maeve, também chamada de Medb, pode ser considerada a deusa da fertilidade irlandesa e pertence ao Ciclo de Ulster, assim como Cuchulain (GANTZ, 1981). O druida Cailitin, mencionado anteriormente, é tido como amigo de Medb na mitologia (MACKILLOP, 2004).

Além de guerreira, Maeve era tão rica quanto seu marido Ailil. Os dois eram os soberanos do reino de Connacht, mas, segundo Miriam Robbins Dexter (1990, p. 91), era ela quem

Yonder a bright spear, cast out of a sling,  
Has torn through Balor's eye, and the dark clans  
Fly screaming as they fled Moytura of old.

(CENA 4, p. 49)

<sup>54</sup> ALEEL. A man, they say,  
Loved Maeve the Queen of all the invisible host,  
And died of his love nine centuries ago.  
And now, when the moon's riding at the full,  
She leaves her dancers lonely and lies there  
Upon that level place, and for three days  
Stretches and sighs and wets her long pale cheeks.

(CENA 2, p. 17)

<sup>55</sup> ALEEL. She sleeps high up on wintry Knocknarea  
In an old cairn of stones; while her poor women  
Must lie and jog in the wave if they would sleep —  
Being water-born — yet if she cry their names  
They run up on the land and dance in the moon  
Till they are giddy and would love as men do,  
And be as patient as pitiful.

But there is nothing that will stop in their heads,  
They've such poor memories, though they weep for it.  
O yes, they weep; that's when the moon is full.  
(CENA 2, p. 17-18)

estabelecia regras para o marido, ao contrário de casais reais de outras culturas. Segundo a mitologia, Maeve teve vários maridos e amantes, isso porque era ela a soberana, portanto, um homem só poderia se tornar rei ao casar-se com ela (DEXTER, 1990, p. 93).

Dexter (1990, p. 92) defende que existiam mulheres economicamente independentes na Irlanda antiga e que essa independência social estava refletida na mitologia, onde deusas e heroínas podiam ser autônomas de uma forma impossível para figuras femininas em culturas estritamente patrilineares. Marcando a presença da cultura cristã, Yeats traz em sua obra o exemplo de uma dessas mulheres que jamais poderiam viver como Maeve. Mary, a camponesa católica e fervorosa, que é repreendida pelo marido ao se opor a seu desejo de chamar para dentro os demônios que espreitavam do lado de fora:

SHEMUS — Queres então enfrentar-me e dizer a quem ou ao que devo dar boas-vindas?  
(Ele lhe dá uma bofetada:) Isso é para te ensinar quem manda aqui.  
(CENA 1, p. 73<sup>56</sup>)

A casa de Mary é o primeiro cenário apresentado no texto, onde é narrado o sofrimento de sua família para encontrar alimento. Após uma visita da rica Condessa, que passava pelas redondezas à procura de sua casa, Shemus, marido de Mary, e o filho Teigue, ficam descontentes com a ajuda que Cathleen lhes ofereceu e, após recorrerem aos demônios mercadores, tornam-se os anunciadores de suas atividades comerciais.

Na peça não é explicado de onde vem a grande riqueza de Cathleen, mas é possível fazer uma alusão da condessa a Maeve, em termos de fortuna. O próprio Aleel, após contar a história da rainha, espera que Cathleen dê pistas sobre seus sentimentos, comparando-a com Maeve:

ALEEL — Maldita casa que se intrometeu! Se tivesse mantido a distância, eu ficaria sabendo o que a rainha Maeve pensa quando a Lua murcha, e se ainda agora — como nos velhos tempos — as dançarinas sentem pelos homens seu breve amor.  
(CENA 2, p. 83<sup>57</sup>)

---

<sup>56</sup> SHEMUS. So you'd stand up against me, and you'd say  
Who or what I am to welcome here. [He hits her.  
That is to show who's master.  
(CENA 1, p. 10)

<sup>57</sup> ALEEL. A curse upon it for a meddling house!  
Had it but stayed away I would have known  
What Queen Maeve thinks on when the moon is  
pinched;  
And whether now — as in the old days — the dancers  
Set their brief love on men.  
(CENA 2, p. 18)

E Oona se dirige à condessa, trazendo a castidade, um valor cristão, em sua declaração:

OONA — Apoie-se em meu braço. Esses pensamentos não são para um ouvido cristão.  
(CENA 2, p. 83<sup>58</sup>)

Outra característica comum às deidades femininas, segundo Dexter (1990, p. 90), é que elas podiam assumir formas de animais, especialmente de pássaros, como a deusa da guerra Morrigan, que se transformava em um corvo para buscar as almas dos mortos em batalha. Esses animais, portanto, eram objeto de adoração entre os celtas (MACCULLOCH, 1996). Porém, a metamorfose não era um poder restrito aos deuses. Um exemplo disso são as duas aves com feições humanas que espreitam a família de Mary, logo na primeira cena da peça.

Luci Collin (2011, p. 141) aponta que, para os celtas, as criaturas do ar poderiam também estar ligadas aos mundos inferiores, sendo justamente essas criaturas que se transformam nos dois mercadores de aparência estrangeira, conforme a rubrica:

Um homem vestido como um mercador oriental entra carregando um pequeno tapete. Desenrola-o, sentando-se em uma de suas pontas. Outro homem vestido da mesma maneira entra e senta-se na ponta oposta.

(CENA 1, p. 74<sup>59</sup>)

Tais mercadores se apresentam na forma humana após Shemus e Teigue convocá-los, na esperança de que tivessem dinheiro para oferecer.

## Mitologia cristã

Algumas palavras usadas no texto marcam a herança cristã de Yeats e do povo irlandês em geral, como “demônios” — para se referir aos mercadores, e “inferno”, usada por Aleel ao mencionar o destino do rei Conchobar. Essa dualidade está presente no texto não apenas em elementos textuais, como citado, mas também em referências à mitologia cristã, nas falas dos personagens.

A criação do homem na tradição cristã parte de um elemento básico, o barro, que é “moldado” pelas mãos do criador: “O Senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e

---

<sup>58</sup> OONA. Rest on my arm.

These are no thoughts for any Christian ear.  
(CENA 2, p. 18)

<sup>59</sup> A man dressed as an Eastern merchant comes in carrying a small carpet. He unrolls it and sits cross-legged at one end of it. Another man dressed in the same way follows, and sits at the other end. (CENA 1, p. 11)

inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente” (BÍBLIA, Gênese, 2, 7). Tal mito é mencionado por Cathleen quando ela se dirige a um camponês, falando sobre Deus<sup>60</sup> por meio de metáforas, lembrando a forma como Jesus falava com o povo, por intermédio de parábolas:

CATHLEEN — Ancião, Ele jamais fecha uma porta sem ter aberto outra. Estou desolada, pois em meu coração surgiu um estranho pensamento. Mas ainda tenho fé. Aquietai-vos. Deus não abandona o mundo e continua modelando-o à Sua Imagem. Século após século, a argila resiste a Seus dedos e procura retornar à sua pesada, grosseira forma primitiva; mas às vezes - embora Ele ainda a retenha nas mãos - a argila se esfarela e surgem então hordas de demônios.

(CENA 3, p. 99-100<sup>61</sup>)

O sacramento do Batismo, fundamental para a identificação de um cristão, é também referenciado. Após cantar uma cantiga sobre Maeve, Aleel tem um embate com Oona, que o provoca:

OONA — Continua falando; que importa o que dizes, se não és batizado?

(CENA 2, p. 85<sup>62</sup>)

Aleel replica afirmando que Oona não será perdoada por tê-lo impedido de proporcionar à Condessa um momento de paz, e ela mais uma vez menciona o batismo como forma de invalidar a opinião do bardo:

Como pode um homem que nunca foi batizado saber o que o céu perdoa?

(CENA 2, p. 85<sup>63</sup>)

---

<sup>60</sup> Por essa grafia, a palavra se refere ao deus criador de todas as coisas, segundo o Cristianismo.

<sup>61</sup> CATHLEEN. Old man, old man, He never closed a door

Unless one opened. I am desolate  
Because of a strange thought that's in my heart;  
But I have still my faith; therefore be silent;  
For surely He does not forsake the world,  
But stands before it modelling in the clay  
And moulding there His image. Age by age  
The clay wars with His fingers and pleads hard  
For its old, heavy, dull and shapeless ease;  
But sometimes — though His hand is on it still —  
It moves awry and demon hordes are born.

(CENA 3, p. 33)

<sup>62</sup> OONA. Talk on; what does it matter what you say,  
For you have not been christened?

(CENA 2, p. 19)

<sup>63</sup> OONA. How does a man who never was baptized  
know what Heaven pardons?

(CENA 2, p. 20)

Outra referência a uma famosa passagem da Bíblia aparece na fala de um dos mercadores. Trata-se da negação do apóstolo Pedro a Cristo, narrada a seguir:

[...] Pedro estava sentado no pátio. Aproximou-se dele uma das servas, dizendo: “Tu também estavas com Jesus, o Galileu.” Mas ele negou publicamente, nestes termos: “Não sei o que dizes.” Dirigia-se ele para outra porta, a fim de sair, quando outra criada o viu e disse aos que lá estavam: “Este homem também estava com Jesus de Nazaré.” Pedro, pela segunda vez, negou com juramento: “Eu nem conheço tal homem.” Pouco depois, os que ali estavam aproximaram-se de Pedro e disseram: “Sim, tu és daqueles; teu modo de falar te dá a conhecer.” Pedro então começou a fazer imprecações, jurando que nem sequer conhecia tal homem. E, neste momento, cantou o galo. Pedro recordou-se do que Jesus lhe dissera: “Antes que o galo cante, negar-me-ás três vezes.” E saindo, chorou amargamente (BÍBLIA, Mateus, 26, 69-75).

Depois que Cathleen oferece sua alma aos mercadores, um deles solicita que ela assine um contrato. O outro então sugere:

SEGUNDO MERCADOR — Assine com esta pena. Foi do galo que cantou quando Pedro ousou negar seu Mestre. Todos os que a usam têm grandes honrarias no Inferno.  
(CENA 5, p. 113<sup>64</sup>)

Ainda na segunda cena, a condessa questiona o perdão do que é considerado pecado, referenciando o seguinte trecho: “Não se despreza o ladrão que furta para satisfazer seu apetite, quando tem fome” (BÍBLIA, Provérbios, 6, 30).

Ao chegar à sua casa depois de longa procura, Cathleen, junto de Oona e Aleel, recebe de um dos empregados a notícia de que um grupo de camponeses havia invadido o jardim e roubado meia carroça de repolhos. Diante disso a condessa declara:

CATHLEEN — Um douto teólogo assentou que quem está passando fome pode tomar o que lhe é necessário, e continuar sem pecado.  
(CENA 2, p. 86<sup>65</sup>)

No momento seguinte à fala de Cathleen, Shemus e o filho aparecem anunciando que os dois mercadores negociam almas. É neste trecho que Cathleen ordena que seu despenseiro venda

---

<sup>64</sup> SECOND MERCHANT. Sign with this quill.  
It was a feather growing on the cock  
That crowed when Peter dared deny his Master,  
And all who use it have great honour in Hell.  
(CENA 5, p. 44)

<sup>65</sup> CATHLEEN. A learned theologian has laid down  
That starving men may take what's necessary,  
And yet be sinless.  
(CENA 2, p. 20-21)

seus bens para comprar mantimentos para o povo, como mencionado anteriormente<sup>66</sup>. O empregado então responde:

DESPENSEIRO — A abençoada luz de Deus a iluminou, Senhora Condessa. Assim, será salva esta terra.

(CENA 2, p. 89<sup>67</sup>)

O ato de Cathleen, ao abrir mão de sua própria fortuna, faz alusão a uma parábola bíblica sobre o destino dos ricos, referenciada por Mary ainda na primeira cena:

MARY — Que Deus tenha piedade dos ricos! Houvéssemos nós entrado pelas mesmas portas, visto os pratos postos sobre a madeira polida, à luz de velas de cera, e não seríamos menos duros. E, no final de tudo, ainda há o buraco da agulha.

(CENA 1, p. 69<sup>68</sup>)

Essa fala remete a passagem de Jesus, que afirma que seria mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus:

E, olhando Jesus em derredor, disse a seus discípulos: “Quão dificilmente entrarão no Reino de Deus os ricos!” Os discípulos ficaram assombrados com suas palavras. Mas Jesus replicou: “Filhinhos, quão difícil é entrarem no Reino de Deus os que põem a sua confiança nas riquezas! É mais fácil passar o camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar o rico no Reino de Deus” (BÍBLIA, Marcos, 10, 23-25).

### **Considerações sobre o sincretismo celta-cristão na Irlanda**

MacCulloch (1996<sup>69</sup>) afirma que além do contato entre santos católicos e personagens míticos irlandeses, a cristianização dos mitos também se deu por meio da interpolação de passagens cristãs, de modo a tornar as lendas menos questionáveis.

Segundo o autor, metamorfose e renascimento podem ser frequentemente encontrados em alguns mitos, além da presença de anjos e até mesmo a narração da conversão de heróis pagãos e

---

<sup>66</sup> Ver página 62.

<sup>67</sup> STEWARD. God's blessing light upon your ladyship.

You will have saved the land.

(CENA, 2, p. 23)

<sup>68</sup> MARY. God' pity on the rich!

Had we been through as many doors, and seen

The dishes standing on the polished wood

In the wax candle light, we'd be as hard,

And there's the needle's eye at the end of all.

(CENA 1, p. 6)

<sup>69</sup> “[...] the Irish scribes frequently created new situations or invented tales in which mythical personages were brought into contact with saints and missionaries” (MACCULLOCH, 1996).

divindades ao Cristianismo. MacCulloch (1996) menciona o mito da fada Ethne, que, segundo a lenda, perdeu seus poderes após despir-se diante de seus companheiros para banhar-se rio Boyne. As vestes davam a ela o poder da invisibilidade, ou seja, de viver no mundo extrafísico chamado *Síd*. Ao ser encontrada por um monge, ela contou sua triste história, e então foi levada para ser batizada por São Patrício.

Conforme outra lenda, o Rei Conchobar nasceu no mesmo momento que Cristo, tendo esse evento sido profetizado por seu druida, Cathbad. Conta-se que o rei não morreu enquanto não acreditou em Deus, tendo sido o primeiro pagão a ir para o Céu, embora não antes de sua alma ter viajado para o inferno (MACCULLOCH, 1996).

O livro *The Colloquy with the Ancients*, datado do século XIII e traduzido para o inglês por Standish O'Grady, narra a história de como Caoilte e seu grupo conheceram São Patrício. É contado que o santo e seus clérigos ficaram surpresos com a altura dos homens e com seus enormes cães-lobos, mas que Patrício respingou água benta sobre eles e dispersou nas colinas as legiões de demônios que flutuavam acima deles. Segundo a lenda, atendendo ao desejo do santo, Caoilte mostrou-lhe uma fonte e contou histórias do Ciclo de Fenian e, durante a noite, os anjos da guarda de Patrício ordenaram-lhe que escrevesse todas as histórias que Caoilte contou; na manhã seguinte o guerreiro e seus amigos foram batizados pelo santo (O'GRADY, 1999, p. 107-167).

MacCulloch (1996) afirma que, ao inserirem profecias do Cristianismo nas falas dos velhos heróis míticos, os “celtas cristãos” homenagearam a nova fé, enquanto ainda contavam e preservavam as histórias míticas dos deuses pagãos, por exemplo, ao manterem o mundo extrafísico do *Síd*, e raramente colocando seres e deidades no Inferno.

Barry Cunliffe (2003, p. 58-59) aponta que as sagas registradas no *Livro de Leinster*, do século XII, transcritas pela primeira vez quinhentos anos antes pelos escribas cristãos, provavelmente sofreram significativas mudanças durante esses séculos de transmissão literal e, ainda assim, muito tenha sido transmitido fielmente.

Para MacCulloch (1996), embora a Igreja se opusesse aos antigos cultos, de modo que os mitos celtas adquirissem um aspecto cristão nos costumes populares, os escribas e poetas cristãos contribuíram para a preservação da mitologia do período pagão, especialmente na Irlanda e no País de Gales, onde a romanização não se deu da forma como em outros países, onde esses mitos e contos transmitidos oralmente por tanto tempo, por não terem sido escritos, desapareceram.

Podemos observar como mesmo após séculos de influências, ainda que consideradas menos ou mais invasivas, seres e heróis da mitologia celta permaneceram no imaginário coletivo. Ao olharmos para o Cristianismo irlandês e o passado celta da Irlanda, percebemos que se trata de dois fenômenos indissociáveis, retratados tanto em *The Countess Cathleen* como nas figuras que surgiram e se popularizaram no mundo, como os duendes e as fadas (HOURLY, 2016, p. 45).

### **O impacto da peça na sociedade**

As obras literárias nos convidam à liberdade da interpretação, pois propõem um discurso com muitos planos de leitura e nos colocam diante das ambiguidades e da linguagem da vida (ECO, 2011, p. 12).

A peça que inaugurou o Abbey Theatre em 1904 havia sido encenada num primeiro momento em 1899 no *Ancient Concert Room*, em Dublin, como mencionado anteriormente. As críticas aqui apresentadas são referentes à primeira encenação da peça em 1899.

Ainda que a peça tenha sido publicada sete anos antes, quando a estreia se aproximava, o conselheiro de Edward Martyn, principal financiador do então Teatro Literário Irlandês, o alertou sobre o conteúdo potencialmente blasfemo da peça, e Yeats, sob a ameaça de perder o apoio material, teve de buscar clérigos católicos que pudessem amenizar o medo de Martyn da reação pública (SCHUCHARD, 1999, p. 24).

Frazier (1990, p. 1-2) afirma que a encenação da peça no dia 8 de maio de 1899 foi o evento cultural da década e que, na tumultuada noite da estreia, bem como nas quatro apresentações que se seguiram, compareceram representantes de quase todos os setores da vida social e política do país, incluindo o então presidente da Liga Gaélica, Douglas Hyde, e Arthur Griffith, editor do jornal *United Irishman* e futuro presidente do partido Sinn Féin<sup>70</sup>.

A peça, que foi centro de discussões por semanas antes e depois de sua primeira encenação, foi acusada pelo clero irlandês de retratar heresia e blasfêmia. Motivados pela reprovação da Igreja, um grupo de estudantes da Universidade Católica de Dublin compareceu à sua estreia. Yeats solicitou o auxílio de um grupo de policiais de Dublin, a fim de proteger os atores caso a multidão saísse do controle (FRAZIER, 1990, p. 2-3). No dia seguinte, esse mesmo

---

<sup>70</sup> Ver página 85.

grupo enviou uma carta à imprensa reforçando suas considerações sobre Yeats e a peça, sendo James Joyce o único estudante que se recusou a assiná-la (SCHUCHARD, 1999, p. 27).

Yeats recebeu muitas críticas. No jornal *Daily Express*, foi chamado de ignorante na forma de tratar a verdadeira espiritualidade do irlandês; já no *Daily Nation*, o editor T. P. Gill e outros críticos presumiram que Yeats não compreendia bem os princípios teológicos do catolicismo e que tinha um apego a certas crenças da sociedade, crenças estas que, segundo eles, a maioria de seu público não conseguia aceitar (FRAZIER, 1990, p. 10-11).

O jornalista Frank Hugh O'Donnell que, de acordo com Frazier (1990, p. 6<sup>71</sup>), era um mestre provocador que “odiava tudo que era decente na Irlanda”, escreveu o panfleto *Souls for Gold*, onde acusava a peça de degradar a fé católica exaltando demônios e pecadores.

Existem variantes de *The Countess Cathleen*, como também de outras obras de Yeats. Vemos em algumas das críticas de O'Donnell, em *The Stage Irishman of the Pseudo-Celtic Drama* de 1904, referências a alguns trechos que foram modificados.

Frank O'Donnell classifica uma cena em que um sacerdote é morto por um dos mercadores como repulsiva, definindo ainda a peça como um “absurdo ridículo e ofensivo” (O'DONNELL, 1904, p. 13<sup>72</sup>). Para o autor, ao definir como irlandeses aqueles personagens retratados, Yeats cometia as coisas mais insultuosas concebíveis, enquanto ele dizia estar alcançando o que pensava ser “uma criação poética” (O'DONNELL, 1904, p. 13, tradução da autora<sup>73</sup>).

Sobre uma polêmica cena, posteriormente removida, em que Shemus chuta uma imagem de Maria, O'Donnell cita outro crítico da época, Stephen Gwynn:

“Nenhum irlandês normal teria esperado que um público irlandês olhasse com tranquilidade um camponês irlandês chutando, não importa em que circunstância, uma imagem da Virgem. A mente do Sr. Yeats e suas aspirações artísticas foram moldadas longe da Irlanda”, Mr. Stephen Gwynn. (O'DONNELL, 1904, p. 7, tradução da autora<sup>74</sup>)

<sup>71</sup> “O'Donnell was a master provocateur, a hater of ‘everything decent in Ireland’ (FRAZIER, 1990, p. 6).

<sup>72</sup> “Take the repulsive description of the killing a priest, while reading his breviary too, by the Demon Merchant in the ‘Countess Cathleen’, that ridiculous and offensive absurdity.” (O'DONNELL, 1904, p. 13).

<sup>73</sup> “He is merely constructing an impossible country, with impossible priests and people, out of his own head, as the children say; and when he labels them Irish, he commits the most insulting things conceivable, while he is merely achieving what he thinks ‘a poetic creation’.” (O'DONNELL, 1904, p. 13)

<sup>74</sup> “No normal Irishman would have expected an Irish audience to regard with equanimity an Irish peasant kicking about, no matter in what extremity, an image of the Virgin. The mind of Mr. Yeats and his artistic sympathies had been molded away from Ireland.” Mr. STEPHEN GWYNN (O'DONNELL, 1904, p. 7).

Yeats foi acusado de propagar o paganismo e um sentimento anti-Irlanda. O'Donnell, desaprovando a representação de Yeats da Irlanda, cita o Cardeal Logue, maior líder católico irlandês da época, que declarou: “Um público irlandês que assiste a uma peça dessas deve ter tristemente se degenerado, tanto na religião quanto no patriotismo” (O'DONNELL, 1904, p. 7, tradução da autora<sup>75</sup>).

A reação extrema e defensiva desses líderes religiosos nos lembra o que declarou Umberto Eco em seu ensaio *Sobre Algumas Funções da Literatura*: “Há uma perigosa heresia crítica [...] para a qual de uma obra literária pode-se fazer o que se queira, nelas lendo aquilo que nossos mais incontroláveis impulsos nos sugerirem.” (ECO, 2011, p. 12). Ao tocar nos símbolos e crenças dessas pessoas, Yeats deu início a um processo que, por bem ou mal, movimentou debates e discussões.

Sobre o questionamento de O'Donnell e do Cardeal Logue sobre a “irlandesidade” da peça Frazier (1990, p. 7) questiona:

Mas podemos perguntar: quanto importa se a peça é irlandesa? Até certo ponto, as peças devem ser lidas em seus próprios termos, não por comparação com algum fantasma chamado "realidade". No entanto, isso teve uma grande importância para aquele público em 1899, porque WBY havia dito a eles que, pela primeira vez no palco, ele iria mostrar aos irlandeses quem eles realmente eram. (FRAZIER, 1990, p. 7, tradução da autora<sup>76</sup>)

Em sua defesa, Yeats dizia que sua peça era uma obra de arte e que, portanto, deveria ser apreciada, ou pelo menos tolerada como tal (FRAZIER, 1990, p. 19). Mais tarde em uma autobiografia, ele ainda escreveu:

Eu não queria que minha peça se transformasse em uma manifestação anticlerical, e decidi perante o sentimento de desconforto geral, quando no meu primeiro ato um camponês maldoso pisoteou um santuário católico, que as perturbações eram, em parte, por minha culpa. Ao usar o que eu considerava símbolos tradicionais eu esqueci que na Irlanda eles não são símbolos, mas realidades. (YEATS, 2012, p. 456, tradução da autora<sup>77</sup>)

<sup>75</sup> “An Irish audience which could sit at such a play must have sadly degenerated, both in religion and patriotism” - Cardinal Logue (O'DONNELL, 1904, p. 7).

<sup>76</sup> But one might well ask, how much does it matter if the play is Irish? To an extent plays are meant to be read on their own terms, not by comparing them with some phantom called "reality." It mattered a great deal to that audience in 1899, however, because WBY had told them beforehand that for the first time on stage, he was going to show the Irish people who they really were. (FRAZIER, 1990, p. 7)

<sup>77</sup> I did not want my play turned into an anticlerical demonstration, and decided from the general feeling of discomfort when an evil peasant in my first act trampled upon a Catholic shrine that the disturbances were in part my own fault. In using what I considered traditional symbols I forgot that in Ireland they are not symbols but realities. (YEATS, 2012, p. 456)

A repercussão da peça foi tamanha que, para Frazier (1990, p. 3), *The Countess Cathleen* é um documento fundamentalmente significativo na tomada de consciência da nação irlandesa. R. Schuchard (1999, p. 27) afirma que a peça também se tornou indissolúvel na memória de James Joyce.

Joseph Holloway, arquiteto do Abbey Theatre, que viria depois com o apoio de Miss Horniman, ficou extasiado com a peça, afirmando ter se sentido em um conto de fadas (SCHUCHARD, 1999, p. 27). G. K. Chesterton, do *Daily News*, dizia que Yeats era um artista original, que conseguiu recuperar o sentido real do cantar e da lira dos tempos antigos (VIEIRA, 2015, p. 157-158).

A polêmica figura do camponês, representada no texto de Yeats principalmente por Shemus, foi adotada de diversas formas na literatura da época, moldada de acordo com os grupos que dela se apropriavam. Frazier (1990, p. 9) aponta que no século XIX, os pecados mais comuns vistos pela Igreja e pela sociedade eram retratados nos romances irlandeses como personagens ou avarentos, ou incendiários, ou ainda extremamente crentes em fadas e outros seres. Os pecadores no drama de Yeats não apresentam tais características. Talvez por isso o público tenha reagido: Yeats trouxe uma representação do irlandês supersticioso, mas não como um pecado, pois a superstição era para ele a força do camponês.

Cunliffe (2003) critica esse reforço do estereótipo do celta, que havia sido resgatado e valorizado pelo grupo Jovem Irlanda, pois, para o autor, esse processo se assemelha ao que fizeram os escritores gregos e romanos ao definir para aquele povo uma identidade 2000 anos antes:

A visão do Celta, criada no século XVIII, refinada e remodelada para se adequar ao crescente nacionalismo do século XIX, está indubitavelmente sobrecarregada de uma grande quantidade de bagagem moderna, grande parte dela retirada e higienizada da escuridão das tradições populares ou simplesmente inventada com o propósito de dar um sentido de *pedigree* às aspirações políticas. (CUNLIFFE, 2003, p. 143-145, itálico nosso, tradução da autora<sup>78</sup>)

Para Barry Cunliffe (2003, p. 143-145), esses grupos que buscaram ressignificar esse estereótipo, chamados pelo autor de “neo-celtas”, estavam simplesmente redefinindo uma identidade já enraizada na natureza indígena de sua herança e na notável sobrevivência de sua

---

<sup>78</sup> The vision of the Celt, called into being in the eighteenth century and refined and remodelled to suit the growing nationalism of the nineteenth century, is undoubtedly encumbered with a great deal of modern baggage, much of it dredged up and sanitized from the murk of folk traditions or simply invented for the purpose of giving a sense of pedigree to political aspirations. (CUNLIFFE, 2003, p. 143-145).

língua, herança essa que serviu para que os inimigos dos gregos e romanos se engajassem mais facilmente em sua condição de estrangeiro no passado.

Ao representar o camponês de tal forma, Yeats desagradou tanto anglo-irlandeses, que tendiam a inserir traços aristocráticos em suas representações, como grupos nacionalistas católicos, que o representavam com uma fé católica inabalável. T. P. Gill, editor do *Daily Express*, alegou que o enredo de *The Countess Cathleen* foi calculado para ferir as suscetibilidades religiosas do povo irlandês (MOORE, 2017).

Frazier (1990, p. 16-17<sup>79</sup>) afirma que essa contradição social, ou seja, a harmonia entre aristocracia e campesinato em tempos de escassez, se transforma em uma unidade imaginária dessas classes potencialmente opostas em prol de uma luta contra o inimigo externo. Nesses termos, sob a liderança dos protestantes, a Irlanda seria salva da Inglaterra. Cabe aqui a crítica que o autor faz a Yeats, lembrando-nos que o dramaturgo era nacionalista, mas não democrata, quando por meio da sua narrativa ele teria não só o objetivo aparente de unir a Irlanda contra a Inglaterra, mas também de subordinar o campesinato aos latifundiários, na figura da Condessa.

O significado político que Yeats deu à peça aparece em uma comparação entre o quadro da sociedade irlandesa que Yeats pintou e o quadro que a maioria de seus compatriotas viu diante deles. Eles olhavam para uma Irlanda com uma aristocracia irresponsável e rendeiros rebeldes lutando por igualdade e independência; ele exibiu para sua admiração uma Irlanda com uma aristocracia conscienciosa e rendeiros sofrendores e equivocados, finalmente felizes por se acomodarem de volta em sua posição na hierarquia. Mas o público não admirou sua utopia: o mundo de *The Countess Cathleen* não era nem o que a Irlanda realmente era nem o que eles queriam que fosse. (FRAZIER, 1990, p. 19, itálico nosso, tradução da autora<sup>80</sup>)

A partir da definição de propaganda de Jacques Ellul<sup>81</sup> (1973), Frazier (1990, p. 18) discorre sobre como Yeats incorporou valores de nacionalistas de classe alta a seu texto. O autor defende que ao ter captado certas atitudes em relação ao valor da tradição, aos modos nobres e ao

<sup>79</sup> “A social contradiction (harmony of aristocracy and peasantry in time of scarcity) is turned into an imaginary unity by means of gathering the potentially opposed classes together against an external enemy: under the leadership of the Protestants, Ireland will be saved from England. Yeats can thus be seen to have colonized a typical narrative expression of the poorer classes, altering its plot and thus its social meaning, with the apparent goal of uniting Ireland against England and subordinating the peasantry to the landlords. One must remember that Yeats was a nationalist but not a democrat.” (FRAZIER, 1990, p. 16-17)

<sup>80</sup> The political meaning Yeats gave the play appears in a comparison of the picture of Irish society Yeats painted and the picture most of his countrymen saw before them. They looked upon an Ireland with an irresponsible aristocracy and a rebellious tenantry struggling for equality and independence; he exhibited for their admiration an Ireland with a conscientious aristocracy and a suffering, misguided tenantry at last happy to settle back down into their position in the hierarchy. But the audience did not admire his utopia: the world of *The Countess Cathleen* was neither what Ireland really was nor what they wanted it to be. (FRAZIER, 1990, p. 19)

<sup>81</sup> 1973 apud FRAZIER 1990.

sistema feudal, Yeats estaria fazendo uma propaganda sociológica. Por definição, a propaganda sociológica trata-se da assimilação da ideologia dominante e seu uso para reforçar no público um conjunto de valores já em vigor que se julga espontâneos, dando expressão a tais valores como se fossem verdades universais e não as crenças de uma classe.

Além dessa definição básica, a propaganda se divide ainda, segundo Ellul (1973), entre propaganda de agitação, um trabalho subversivo em oposição ao *status quo*, e propaganda de integração, que tenta conservar o *status quo* e criar contentamento com ele. Para Frazier (1990, p. 18), Yeats apresentou sua dramatização como propaganda de integração, mas ainda assim a peça deixou grupos religiosos e nacionalistas incomodados a princípio, uma vez que não viram na peça seus ideais fielmente representados:

Uma forma de descrever o clamor em torno de *The Countess Cathleen* é observar que o que Yeats ofereceu como propaganda sociológica e de integração foi tomado pela parte nacionalista da audiência como propaganda política e subversiva. Eles se acostumaram a uma visão nacionalista do povo irlandês como rebeldes valentes e piedosos vencendo uma guerra contra um assentamento de terras injusto (em que alguns milhares de proprietários em grande parte Unionistas e Protestantes viviam dos aluguéis de milhões de inquilinos predominantemente católicos e nacionalistas) e a idealização de Yeats do *status quo* ante bellum pareceu-lhes um movimento de uma poderosa minoria para retomar o controle do ímpeto político no país. Eles se recusaram a assimilar os valores da aristocracia como seus. Além disso, como o cenário da Fome se tornou a chave pela qual eles interpretaram a peça, eles não deram crédito a Yeats pelo lado progressista de seu nacionalismo: sua sugestão de que os proprietários poderiam aumentar sua glória servindo seus inquilinos e até vendendo uma parte de suas propriedades para aumentar as pequenas propriedades camponesas (FRAZIER, 1990, p. 18-19, *italico* nosso, tradução da autora<sup>82</sup>).

O alvoroço causado na estreia da peça fez com que o grande público encarasse a obra como propaganda política, o que deixou grupos religiosos e nacionalistas incomodados a princípio, uma vez que não viram na peça seus ideais fielmente representados. Quando interpretada sob o ponto de vista artístico, porém, *The Countess Cathleen* ganhou seus admiradores e apoiadores (FRAZIER, 1990, p. 20).

---

<sup>82</sup> One way to describe the clamor over *The Countess Cathleen* is to observe that what Yeats offered as integration and sociological propaganda was taken by the nationalist part of the audience as political and subversive propaganda. They had become accustomed to a nationalist view of the Irish people as valiant, pious rebels winning a war against an unjust land settlement (in which a few thousand largely Unionist and Protestant landlords lived off the rents of millions of predominantly Catholic and nationalist tenants), and Yeats's idealization of the status quo ante bellum struck them as a move by a powerful minority to recapture control of the political momentum in the country. They refused to assimilate the values of the aristocracy as their own. Furthermore, because the setting of the Famine became the key by which they interpreted the play, they did not give Yeats credit for the progressive side of his nationalism: his suggestion that the landlords could increase their glory by serving their tenants and even selling off a part of their estates to enlarge peasant smallholdings. (FRAZIER, 1990, p. 18-19)

## O Legado político de Yeats

Para Declan Kiberd (2001, p. 231), a relação entre política e cultura na Irlanda era dialética, portanto a literatura não foi apenas um depósito de sabedoria e tradição ao longo do tempo para um povo, mas também uma espécie de dínamo, reunindo energias em foco e liberando mais.

Richard Killeen (2007) considera Yeats o melhor poeta de língua inglesa de seu tempo, mas relembra seu controverso posicionamento ao odiar o materialismo burguês e, paradoxalmente, ser um defensor do princípio aristocrático e do republicanismo radical. O autor afirma que tudo o que Yeats celebrava como positivo em seu país estava sendo menosprezado pelo crescente materialismo da classe média baixa irlandesa (KILLEEN, 2007).

O trabalho do escritor como um todo trouxe uma revisão do passado, de uma paisagem autenticamente irlandesa, sendo por isso, afirma Kiberd (2001, p. 231), que ele é celebrado em todo o mundo como um dos principais poetas da descolonização, período entre o final do século XIX e início do XX, que o crítico literário Edward Said (2011, p. 265) chama de era da descolonização.

Seamus Deane (1990, p. 5) declara que Said se concentra em Yeats considerando seu trabalho como exemplar e inicial do processo de descolonização: a libertação da comunidade do poeta de sua inata e opressora servidão para uma nova condição potencialmente revolucionária.

Said (2011, p. 272) em seu ensaio<sup>83</sup> sobre Yeats e descolonização da Irlanda questiona a ambiguidade da lealdade da Ascendência Protestante para com a nação e discorre que, no caso de Yeats como seu membro, essa lealdade é absolutamente contraditória. Para o crítico, o que dominava o poeta, e ao mesmo tempo lhe dava forças, era a sobreposição entre seu nacionalismo irlandês e sua herança cultural inglesa, sendo essa tensão política e secular o que o levou a tentar resolvê-la em um nível apolítico, por meio das suas histórias excêntricas e estilizadas, na tentativa de “alçar a Irlanda, por assim dizer, acima do solo” (SAID, 2011, p. 272).

O autor declara que o misticismo e essa incoerência deliberada de Yeats encarnam um potencial revolucionário que está longe de representar um nacionalismo ultrapassado (SAID, 2011, p. 273). Por outro lado, Said aponta que o poeta tem uma atitude colonialista britânica ao

---

<sup>83</sup> *Yeats and Decolonization*, primeiramente publicado em 1988, posteriormente incluído no livro *Cultura e Imperialismo* (1993), com tradução de Denise Bottmann (2011).

tentar especificar um caráter nacional para Irlanda na busca de um rótulo, como fizeram os gregos e romanos, como assevera Cunliffe (2003, p. 143-145).

Já para Eugene O'Brien (1998, p. 129), Yeats não estava apenas invocando o passado em suas obras, mas sim 'reinventando' esse passado à luz do seu próprio senso ambíguo da identidade do irlandês, e, além de buscar o âmago dessa identidade no passado celta, havia nele uma vontade de tentar ampliar as noções estereotipadas do irlandês (O'BRIEN, 1998, p. 134).

Dadas as contradições políticas do poeta, Edward W. Said afirma que "seria mais exato definir Yeats como exemplo exacerbado do fenômeno nativista que floresceu em outros lugares, como resultado do embate colonial" (SAID, 2011, p. 273). O crítico relata que Yeats é citado com frequência como poeta cuja obra advertia justamente contra os excessos nacionalistas (SAID, 2011, p. 281).

Said (2011, p. 273-274) afirma que ainda que os vínculos físicos e geográficos entre a Inglaterra e a Irlanda sejam mais estreitos do que entre a Inglaterra e a Índia, por exemplo, a relação imperial está presente em ambos os casos, e que, uma vez que nas relações coloniais o princípio básico é manter uma distinção hierárquica nítida e absoluta, o nativismo reforça essa distinção, mesmo quando busca valorizar características de seu povo, podendo levar a afirmações demagógicas sobre o passado nativo.

Said (2011, p. 276) apresenta outra alternativa ao nativismo: uma visão mais pluralista do mundo, onde o imperialismo prossegue e a relação de dominação continua, porém com oportunidades abertas de libertação. Para ele, Yeats se enquadra nessa perspectiva, levando em conta seu constante sentimento antibritânico, principalmente durante sua última fase poética, onde a alternativa vai além da independência nacionalista, para a libertação, com a transformação da consciência social para além da consciência nacional (SAID, 2011, p. 276). Em contrapartida, o crítico defende que a incoerência e o misticismo do poeta na década de 1920, bem como sua recusa da política e adoção de uma postura autoritarista, não podem ser desculpadas, mas que podemos "facilmente situar e criticar essas atitudes inaceitáveis de Yeats sem modificar nossa avaliação de Yeats como poeta da descolonização" (SAID, 2011, p. 276).

Declan Kiberd (1995, p. 118) discorre que, para Yeats, era difícil prestar atenção a algo menos interessante do que seus próprios pensamentos, e que a arte, nesse sentido, pode ser vista como um esforço constante do homem para criar para si mesmo uma realidade diferente daquela que é dada, negando-se a imaginar as coisas como elas são para poder imaginar como elas

deveriam ser; dessa forma, a ficção, ainda que trate do inexistente, pode ajudar as pessoas a dar sentido ao mundo a seu redor.

Para Kiberd (1995, p. 118), a pressão em autores como Yeats é imensa, pois enquanto um escritor em um estado livre pode trabalhar sob a certeza de que a literatura é apenas uma das instituições sociais que projetam os valores que a nação admira, assim como a lei, o governo e exército, por exemplo, um escritor em uma colônia sabe que esses valores podem ser incorporados plenamente apenas na palavra escrita — daí a seriedade com que povos subjugados tratam a literatura. Ainda segundo o autor, este papel quase profético do artista é frequentemente ligado a sociedades "subdesenvolvidas", pois nessas sociedades a necessidade de recorrer à arte não representacional é óbvia — para aqueles escritores que procuram elaborar uma paisagem de consciência interna em vez de se submeter a um ambiente externo desprezado (KIBERD, 1995, p. 118).

Isso posto, Kiberd (1995, p. 118-119) defende que, com esse movimento, escritores como Yeats tornam-se os primeiros artistas de um mundo descolonizado, estabelecendo-se como os principais expoentes das literaturas emergentes da Modernidade que, por sua vez, formam-se em torno do questionamento da possibilidade de expressar a vida sem uma expressão plena na literatura escrita.

Said (2011) relata que para muitos Yeats é:

[...] um grande poeta irlandês moderno, com profundas raízes e grande interação com suas tradições nativas, com o contexto histórico e político de sua época, além da posição complicada de ser um poeta escrevendo em inglês numa Irlanda de um nacionalismo tumultuado. [Apesar disso] ele apresenta um outro aspecto fascinante: o do poeta nacional de inquestionável grandeza que, durante um período de resistência anti-imperialista, expressa a vivência, as aspirações e a visão restauradora de um povo sob o domínio de uma potência externa (SAID, 2011, p. 264-265).

Richard Killeen (2007) defende que, ao lado de Lady Gregory, John Synge e Sean O'Casey, Yeats era uma voz ora de consciência e celebração, ora de reclamação, mas uma voz cuja retórica se infiltrou na consciência da Irlanda moderna com uma força como nenhuma outra.

Kiberd (2001) relembra a declaração de um dos líderes militares do movimento de independência da Irlanda, Michael Collins: “Nós só tivemos sucesso depois de termos começado a voltar aos nossos costumes irlandeses; depois de termos feito um grande esforço para falar nossa própria língua, depois de termos nos esforçado novamente para governar a nós mesmos” (KIBERD, 2001, p. 231).

## **Revoltas e violência**

Segundo Kermode (1971, p. 42), a princípio, a guerra não afetou muito Yeats, tendo o poeta passado o primeiro inverno na companhia de seu então secretário Ezra Pound, responsável por apresentar a ele o teatro japonês, que viria a influenciar fortemente sua obra.

Antes da Primeira Guerra Mundial, de acordo com McDowall (1989, p. 163), o governo inglês havia concordado em ceder o autogoverno à Irlanda, apesar do receio de que o norte pudesse entrar em uma guerra civil, caso o autogoverno fosse introduzido em Ulster; portanto, com o início da guerra, sua aplicação foi adiada e os irlandeses foram encorajados a se juntar ao exército britânico.

Esse receio dava-se pelo fato de que a população majoritariamente protestante concentrada no norte era unionista, ou seja, contra o autogoverno da Irlanda. Em 1912 uma petição foi criada para coletar assinaturas daqueles que viam no autogoverno uma ameaça à sua liberdade civil e religiosa. A partir de então, os movimentos de resistência no norte contaram com a formação da Força Voluntária de Ulster, um exército Unionista privado que visava manter a Irlanda sob o governo inglês (GASTON, 2015). Em resposta, foi criado no sul o grupo dos Voluntários Irlandeses, mais tarde conhecido como Exército Republicano Irlandês (IRA), e então uma guerra civil foi instaurada.

Em 1914 eclodiu a Primeira Guerra Mundial. Segundo Bruce Gaston (2015), alistaram-se no exército britânico tanto nacionalistas quanto unionistas, esperando que sua contribuição fosse recompensada por algum acordo constitucional de seu interesse no pós-guerra, dentro dos objetivos de cada um desses grupos.

No entanto, outro grupo que, como aponta McDowall (1989, p. 163), não via propósito algum em morrer por um país que havia tratado tão mal a Irlanda, não queria mais apenas o autogoverno, mas a total independência de seu país.

No dia 24 de abril de 1916, durante a Páscoa, um grupo de homens armados invadiu um prédio em Dublin, reivindicando a liberdade da Irlanda do domínio inglês (GASTON, 2015). A maioria dos irlandeses não aprovou o ato, mas ao decretar a execução dos envolvidos, o governo britânico chocou a população, tanto na Irlanda como em Londres, e também nos Estados Unidos (MCDOWALL, 1989, p. 163).

Kiberd (2001, p. 232) afirma que muitos dos jovens que se juntaram aos rebeldes de 1916 o fizeram acreditando que estavam encenando o sacrifício de Cuchulain, o antigo herói celta, que defendeu sua terra contra todos os que chegavam, até a morte.

Alguns meses após a Revolta da Páscoa na Irlanda, a Batalha do Somme, da Primeira Guerra Mundial, teve início na França. Segundo Gaston (2015), a Divisão 36 do Exército de Ulster, que contava com membros da Força Voluntária de Ulster, foi uma das poucas divisões a atingir seus objetivos. A perda dos 5.500 soldados, mortos ou feridos nos dois primeiros dias de batalha, foi vista como um “sacrifício” da Divisão de Ulster, e acabou sendo usada como um argumento dos unionistas contra a “saída forçada de seu povo do Império Britânico”, que era como eles viam o autogoverno (GASTON, 2015).

Kermode (1971, p. 44) relata que a Revolta da Páscoa teve inúmeras consequências para Yeats; dentre elas: a tragédia nacional, o seu luto pessoal — já que conhecia vários dos envolvidos, e uma espécie de liberação, uma vez que dentre os líderes executados estava MacBride, marido de Maud Gonne. Em 1917, Yeats partiu para a França, onde residia a viúva, para pedir sua mão em casamento, e ela recusou novamente. O poeta acabou se casando com Miss George Hyde Lees no mesmo ano.

### **Independência: República da Irlanda**

De acordo com Cunliffe (2003, p. 130-131), nas eleições dos representantes irlandeses para o Parlamento Britânico em 1918, o partido Sinn Féin, que buscava a independência da Irlanda, ganhou 73 das 105 cadeiras irlandesas, mas, em vez de enviar seus representantes para Westminster, foi declarado um governo republicano em Dublin — tendo ainda o partido encorajado o Exército Republicano Irlandês a se engajar em atividades militares contra a presença dos ingleses.

Gaston (2015) afirma que, em 1919, a disputa entre os dois governos pela soberania da Irlanda assumiu um aspecto militar, após dois membros da Polícia Real Irlandesa serem mortos pelo IRA — evento frequentemente considerado como o início da Guerra da Independência, como chamam os irlandeses, ou Guerra Anglo-Irlandesa, para os britânicos.

Após muitos conflitos, Cunliffe (2003, p. 130-131) aponta que o Estado Livre Irlandês foi declarado no sul, após longas negociações, em 1921, deixando os seis condados protestantes do norte permanecendo como parte do Reino Unido da Grã-Bretanha.

Apesar da resistência dos Unionistas em cooperarem com um acordo, o Tratado Anglo-Irlandês, proposto pelo primeiro-ministro britânico David Lloyd George, foi assinado pelos representantes irlandeses Arthur Griffith e Michael Collins, o que resultou em mais uma guerra civil que durou até 1923 (GASTON, 2015).

Pelos termos do tratado, o novo Estado Livre Irlandês deveria aceitar o uso contínuo de certos portos pela marinha britânica e a soberania da Coroa, além da perda da Irlanda do Norte de seu território (MCDOWALL, 1989, p. 163). O acordo dividiu opiniões dentre os líderes irlandeses e até mesmo entre membros do IRA — tendo parte do grupo se voltado para ações terroristas no Estado Livre, na Irlanda do Norte e na Grã-Bretanha ao longo das décadas seguintes (GASTON, 2015).

Em princípios de 1922, primeiro ano da Independência da Irlanda, ainda que dentro do Tratado Anglo-Irlandês, Yeats era, de acordo com Kermode (1971, p. 49), “seu maior homem de letras e fora nomeado senador da República Irlandesa.” Mesmo sendo contra os que recorreram à violência para contestar o Tratado, Yeats nunca falava em política, porém englobava a guerra civil em seu mito, já que essa guerra “representava para ele a primeira fase da queda geral do Ocidente” (KERMODE, 1971, p. 49).

Apesar de o acordo entre a Grã-Bretanha e Irlanda ter se estabelecido, contrariando os republicanos que reivindicavam todo o território, incluindo a Irlanda do Norte, pouco mais de uma década depois, em 1932, um novo partido republicano denominado Fianna Fáil ganhou as eleições. Sob o comando de Eamon de Valeta, o Tratado começou a ser desfeito, até que em 1937 a parte sul da Irlanda foi declarada república, deixando de ser submissa à Coroa Britânica (MCDOWALL, 1989, p. 164).

Após a instauração da nova Constituição, algumas mudanças foram propostas pelo governo, como a mudança do nome do Estado para Éire e a oficialização do irlandês como primeira língua (GASTON, 2015).

O movimento nacionalista irlandês, segundo Said (2011, p. 282-283), foi dominado pela vontade de reconquistar o controle da sua terra, onde, nos termos da proclamação que fundou a

República irlandesa em 1916, “o direito do povo da Irlanda à propriedade da Irlanda, e à livre determinação dos destinos irlandeses, [deve] ser soberano e irrevogável”.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> “We declare the right of the people of Ireland to the ownership of Ireland, and to the unfettered control of Irish destinies, to be sovereign and infeasible.” (Proclamation of Independence, 2008) Disponível em: <<https://www.gov.ie/en/publication/bfa965-proclamation-of-independence/>>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hook (1957, p. 43) defende que a literatura assume as características de seu tempo e, por isso, com ela podemos aprender sobre as pessoas do passado, até mesmo mais do que com as coisas materiais que restaram de suas civilizações. Para o autor, se a literatura de um período trata principalmente de guerras e conquistas, estes são muito provavelmente os principais interesses do contador de histórias e do ouvinte, mas, se por outro lado, ele torna seu herói gentil, cortês e confiável, então, essas qualidades refletem as que ele mais admira e as que seus ouvintes gostam de ouvir. Portanto, conclui o autor, “uma história, um poema ou uma peça de teatro nos contam algo não apenas sobre as pessoas sobre as quais o autor escreve, mas sobre o próprio escritor e sobre as pessoas para quem ele está escrevendo sobre seus interesses e ideais” (HOOK, 1957, p. 43, tradução da autora<sup>85</sup>).

Umberto Eco (2011, p. 20) afirma que a verdadeira função educativa da literatura “não se reduz à transmissão de ideias morais, boas ou más que sejam, ou à transformação do sentido do belo”, e Yeats nos mostrou, de sua forma poética, que ela pode impulsionar e movimentar ideias, materializando aquilo que antes fora descrito em palavras e cenários.

Ao voltarmos nosso olhar para *The Countess Cathleen*, articulando as proposições que dela pudemos enunciar em relação ao mundo e à urgência do povo irlandês em ser o condutor autônomo e independente da sua própria terra, testemunhamos o poder da literatura, que representou os ideais do dramaturgo irlandês e daqueles que consumiram suas palavras, ainda que não tenham se encontrado de imediato nas representações que confrontaram. Ainda assim, ao reagir e impulsionar discussões, um movimento se deu, e testemunharam juntos o que a virada do século XIX para o XX representou para a liberdade da Irlanda.

Por ser um anglo-irlandês, de fé protestante, e ao mesmo tempo um nacionalista convicto, Yeats tinha uma natureza ambígua. Em contraste com grupos protestantes do norte, que desejavam que a União prevalecesse, Yeats se dedicou à emancipação da Irlanda, retomando e ampliando o estereótipo do camponês irlandês, retratando o sincretismo religioso indissociável da identidade que os nacionalistas tanto buscavam. Ao incomodar os grupos protestantes e católicos,

---

<sup>85</sup> “[...] a story or poem or play tells us something not only of the people about whom the author writes, but of the writer himself and of the people for whom he is writing their interests and their ideals.” (HOOK, 1957, p. 43)

confrontando suas representações marcadas por traços aristocráticos e uma fé católica inabalável, Yeats proporcionou um novo modelo de identidade, ou pelo menos um início dela.

Said afirma que ainda que o poeta não tenha chegado a imaginar uma libertação política completa, ele nos deixou “uma grande realização internacional no campo da descolonização cultural” (SAID, 2011, p. 286).

Para Kiberd (2001, p. 233<sup>86</sup>), as palavras sempre foram as armas dos desarmados, de modo que, no momento em que essas palavras refletiram na literatura os aspectos conflitantes de religião e fé, grandes marcas do povo irlandês, elas foram essenciais atuantes na tomada de consciência da sua identidade, já que estão ligadas à sua origem e essência. Concluímos, portanto que, a menos que essa mesma literatura que ambicionou a liberdade de uma nação se valesse desses fatores, os que aspiravam à Independência da Irlanda não teriam encontrado nela a força que deu respaldo à sua causa. Não obstante, Yeats e Lady Gregory criaram o Teatro da Abadia. Abadia é a casa da fé, da religião, e, portanto, o teatro de Yeats é a própria manifestação dessa fé.

Após esta jornada pela revisão histórica do processo de colonização da Irlanda, desde os primórdios assentamentos celtas antes da Era Comum, da chegada dos monges cristãos e sua catequese, passando pela chegada dos povos nórdicos e a conquista normanda no século XII — que abriu caminhos para o estabelecimento da supremacia inglesa e sua força anglicizadora, até a elaboração de um senso de nacionalidade que contribuiria para a Independência da nação por meio dos movimentos literários nacionalistas, chegamos à peça de cinco atos de Yeats, contemplando alguns dos elementos dessa plural herança colonial em suas alegorias e metáforas, pelas quais o poeta-dramaturgo registrou seu anseio pelo futuro que veio a se suceder. Como declarou Aristóteles:

[...] o poeta conta, em sua obra, não o que aconteceu e sim as coisas quais poderiam vir a acontecer, e que sejam possíveis tanto da perspectiva da verossimilhança como da necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem por escrever em verso ou em prosa [...]; a diferença é que um relata os acontecimentos que de fato sucederam, enquanto o outro fala das coisas que poderiam suceder. E é por esse motivo que a poesia contém mais filosofia e circunspeção do que a história; a primeira trata das coisas universais, enquanto a segunda cuida do particular (ARISTÓTELES, Poética).

O teatro irlandês, portanto, teve um papel fundamental na construção da Independência da Irlanda e, como constatado, W. B. Yeats é um dos principais nomes da efetivação desse papel no drama irlandês. Desse modo, ao lançarmos um olhar crítico para a peça yeatsiana *The Countess*

---

<sup>86</sup> “Words have always been the last weapons of the disarmed...” (KIBERD, 2001, p. 233)

*Cathleen*, com ênfase nas imbricações entre a arte dramática e os processos políticos e históricos irlandeses, percebemos o papel de preponderância que o teatro de Yeats e a peça enfocada tiveram, por terem sido instrumentos eficazes do renascimento celta e da emancipação política e artística da Irlanda.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elisa Lima. *Reflexões contemporâneas sobre o Celtic Revival irlandês do século XIX*. Brathair, v. 18, n. 1, p. 56-70, abr./mai. 2018. Disponível em: <<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>> Acesso em: 03 nov. 2020.

ARISTÓTELES. *A poética*. Tradução de Eudoro de Souza. 2. ed., São Paulo: Ars Poetica, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Tradução: Centro Bíblico Católico. 75ª. edição. São Paulo: Editora AVE-MARIA Ltda., 1993. p. 50.

BRYANT, Sophie. *The Genius of the Gael*. Londres: T. Fisher Unwin, 1913.

BOYCE, George. *Nationalism in Ireland*. Taylor & Francis e-Library, 2004.

COLLIN, Luci. *Animais da mitologia celta na poesia irlandesa contemporânea*. Aletria, v. 21, n. 3, p. 139-151, Set./Dez. 2011.

CUNLIFFE, Barry. *The Celts: A very Short Introduction*. Edição do Kindle. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

CUNLIFFE, Barry. *The Ancient Celts*. Edição do Kindle. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

DEANE, Seamus. Introduction. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.: *Nationalism, Colonialism, and Literature*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1990.

DEXTER, Miriam Robbins. *Whence the Goddesses: A Sourcebook*. Nova Iorque e Londres: Teachers College Press, 1990.

ECO, Umberto. *Sobre a Literatura*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

EDWARDS, Ruth. *An Atlas of Irish History*. Terceira edição. Taylor & Francis e-Library, 2005.

FRAZIER, Adrian. *Behind the Scenes: Yeats, Horniman, and the Struggle for the Abbey Theatre*. 1º edição. Los Angeles: University of California Press, 1990. Disponível em: <<https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft8489p283&chunk.id=d0e808&toc.depth=100&toc.id=d0e808&brand=ucpress>> Acesso em: 08 jun. 2018.

GASTON, Bruce. *Uma História Resumida da Irlanda*. Tradução de Makoto Yamamoto. Edição do Kindle. Babelcube, Inc., 2015.

- GANTZ, Jeffrey. *Early Irish Myths and Sagas*. Edição do Kindle. Penguin, 1981.
- GREGORY, Lady Augusta. *Our Irish Theatre: A Chapter of Autobiography*. Nova Iorque e Londres: The Knickerbocker Press, 1913.
- HAVERFIELD, F. J. (A) Roman Britain. In: *The Cambridge Medieval History*. The Macmillan Company, 1911, p. 367-380.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HOOK et all. The beginnings of English Literature. IN: *Literature of England*. GINN & Company, 1957, p. 35-44.
- HOURLY HYSTORY. *Celtic Mythology: A Concise Guide to the Gods, Sagas and Beliefs*. Edição do Kindle, 2016.
- KEARNEY, Hugh. *Ireland, Contested Ideas of Nationalism and History*. Nova Iorque e Londres: New York University Press, 2007.
- KIBERD, Declan. *Inventing Ireland: The Literature of the Modern Nation*. London: Jonathon Cape, 1995. Disponível em: <<https://rk1bukz.cf/book.php?id=Fip5AuaAP4IC>>
- KIBERD, Declan. Irish Literature and Irish Politics. In: *The Oxford History of Ireland*. Oxford University Press, 2001. Disponível em: <<https://archive.org/details/oxfordhistoryofi00rffo>>
- KILLEEN, Richard. *A Short History of the Irish Revolution, 1912 to 1927: From the Ulster Crisis to the formation of the Irish Free State*. Edição do Kindle. Gill Books, 2007.
- KINEALY, Christine. *The Great Irish Famine*. Edição do Kindle. Macmillan, 2017.
- LAGUARDIA, Adelaine; SOUSA, Raimundo Expedito Dos Santos. *(Ence)nação teatral: a representação do feminino em The Countess Cathleen, de William Yeats*. A cor das letras, Feira de Santana, v. 18, n. 1, p. 133-144, jan./abr, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1618>>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- LUNA, Sandra; VIEIRA, Bruno Rafael De Lima. *O sacrifício mítico na peça de The Countess Cathleen, de William Butler Yeats*. Interdisciplinar, Itabaiana/SE, v. 21, p. 133-144, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/2590>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- MACBAIN, Alexander. *Celtic Mythology and Religion*. A. & W. MACKENZIE, 1885.
- MACCULLOCH, John Arnott. *Celtic Mythology*. Edição do Kindle. Chicago Review Press, 1996.

- MACCULLOCH, John Arnott. *The Religion of the Celts*. Edimburgo: T. & T. CLARK, 1911.
- MACKILLOP, James. *A Dictionary of Celtic Mythology*. Oxford University Press, 2004.
- MCDOWALL, David. *An Illustrated History of Britain*. Longman, 1989.
- MONAGHAN, Patricia. *The Encyclopedia of Celtic Mythology and Folklore*. Infobase, 2004.
- MOORE, George. *Hail and Farewell*. HardPress, 2017.
- O'BRIEN, Eugene. *The Question of Irish Identity in the Writing of W.B. Yeats and James Joyce*. Edwin Mellen Press, 1998.
- O'DONNELL, Frank. *The Stage Irishman of Pseudo- Celtic Drama*. Primeira edição. Londres: Haymarket, 1904.
- O'GRADY, Standish. *Early Bardic Literature, Ireland*. Edição do Kindle. Library of Alexandria, 2000.
- O'GRADY, Standish. *The Colloquy with the Ancients*. Canadá: In parentheses Publications, 1999.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SAID, Edward. Yeats and Decolonization. In: EAGLETON, Terry; JAMESON, Fredric; SAID, Edward W.: *Nationalism, Colonialism, and Literature*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, 1990.
- SANTOS, Dominique. *As Ogham Stones: fontes para o estudo da Hibernia e da Britannia romana (e pós-romana)*. Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 8, p. 35-50, 2016.
- SCHORER, Maria Thereza. *Alguns aspectos do monasticismo irlandês, através da "História Ecclesiástica Gentis Anglorum" do Venerável Beda*. Revista de História, n. 18, v. 8, p. 273-302, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36380>> Acesso em 18 Mar. 2019.
- SCHUCHARD, R. *The Countess Cathleen and The Revival Of The Bardic Arts*. South Carolina Review, v. 32, n. 1, p. 24-31, 1999. Disponível em: <[https://dolmetsch.com/024\\_Schuchard.pdf](https://dolmetsch.com/024_Schuchard.pdf)> Acesso em: 25 out. 2015.
- SEGANFREDO, Carmen. *As Mais Originais Histórias da Mitologia Galesa: Mabinogion*. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2015.
- SOUSA, Raimundo E. S. *Da feminização à remasculinização: gênero e raça na dialética angloirlandesa*. Orientadora: Adelaine LaGuardia. 2013. 361f. Dissertação (Mestrado em

Estudos Literários) - Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2013.

VIEIRA, Bruno Rafael de Lima. *O folclórico e o político no teatro de Yeats: estética romântica e nacionalismo em The Countess Cathleen*. 2015. 254 f. Orientadora: Sandra Amélia Luna Cirne de Azevedo. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

VIANA, Maria Rita Drummond. “*Não se pode lutar uma batalha com sussurros*”: a prática epistolar de W. B. Yeats e sua correspondência paraperiódicos no século XIX. 2015. 323 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

YEATS, William Butler, FITZGERALD, Mary (Ed.); FINERAN, J. Richard (Ed.). *The Collected Works of W. B. Yeats Volume VIII: The Irish Dramatic Movement*. Nova Iorque, Londres, Toronto, Sydney, Singapura: Scribner, 2003. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=9u92Wj3turMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 05 jun. 2018.

YEATS, W. B. *Autobiographies*. Londres: Touchstone, 2012.

YEATS, W. B. *Teatro*. Tradução de Paulo Mendes Campos. Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1971.

YEATS, W. B. The Countess Cathleen. In: YEATS, W. B. *Collected Plays*. Londres: Papermac, 1982.

WELLS, Peter S. “*Who, Where, and What Were the Celts?*” Londres, 1998, p. 814. Disponível em <[https://www.jstor.org/stable/506101?read-now=1&seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/506101?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em 15 jan. 2019.

WROLEWSKI, Erik. *Noções básicas e primeiros passos: os Celtas*. Revista Vernáculo, n. 17 e 18, p. 138-158, 2006.

TOLENTINO, Magda Velloso F.; ZANETTI, Sheila Amaral. *A re-invenção do nacional no Renascimento Literário Irlandês*. VERTENTES, São João del Rei, n.18, p. 58-68, jul./dez. 2001.